

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Coronel Chagas  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputada Aurelina Medeiros

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Marcelo Natanael

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado George Melo

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Jean Frank

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Remídio Monai

**Atos Administrativos**

Resoluções de Afastamentos nº 523 a 525/2012 2

**Atos Legislativos**

Projeto de Resolução Legislativa nº 009/2012 2

Resolução da Mesa Diretora nº 029/2012 3

Ata da 2169ª Sessão Ordinária - Sucinta 3

Ata da 2156ª Sessão Ordinária - Íntegra 4

 Ata de Reunião da Comissão de Orçamento,  
 Fiscalização Financeira, Tributação e Controle 10

 Ata de Reunião da Comissão Especial  
 Externa - Resolução nº 018/2012 22

SUMÁRIO

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
 Gerente de Documentação Geral

 FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA  
 Diagramação

EXPEDIENTE

 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa  
 deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através  
 de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de  
 segunda a sexta-feira até às 15:30h

 É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos ór-  
 gãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as  
 correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como,  
 o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 523/2012**

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de  
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com  
 a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor  
 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**, para viajar com destino a  
 cidade de Brasília-DF, no período de 18.12 a 22.12.2012, com a  
 finalidade de tratar de assuntos inerentes à Comissão de Indústria,  
 Comércio e Turismo desta Casa Legislativa junto ao Congresso  
 Nacional, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de dezembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
**3º Secretário**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 524/2012**

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de  
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com  
 a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **IZABELA DA  
 CUNHA PEREIRA**, Matrícula **011931**, para viajar com destino a  
 cidade de Goiânia-GO, no período de 17.12 a 22.12.2012, com a

 finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições  
 funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de dezembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
**3º Secretário**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 525/2012**

 A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de  
 Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade  
 com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **ADEMIR  
 GUEDES SILVA**, Assessor Parl. FS-3, **CLEANE CLÍCIA  
 ARAUJO ALENCAR REZENDE**, Assessora Parl. FS-1,  
**CRISTINE AMORIM OLIVEIRA**, Assessora Parl. FS-5,  
**DAIANE ARAÚJO LEITÃO**, Assessora Parl. FS-1, **HILDO  
 LOPES DE LIMA**, Assessor Parl. FS-4 e **RICELLA  
 CORDEIRO DA COSTA**, Assessora Parl. FS-3, para viajarem  
 com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 18.12 a  
 22.12.2012, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes  
 às suas atividades funcionais junto a Assembleia Legislativa do  
 Estado do Amazonas, serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 18 de dezembro de 2012

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
**3º Secretário**
**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETO DE RESOLUÇÃO**
**PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 009/12**

 Altera dispositivos normativos  
 da Resolução Legislativa nº 025/  
 11 de 27 de dezembro de 2011 que  
 cria na Estrutura Organizacional  
 da Assembleia Legislativa do  
 Estado de Roraima, o Serviço de  
 Orientação e Defesa do  
 Consumidor – PROCON  
 ASSEMBLEIA e dá outras  
 providências.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
 ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber  
 que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução Legislativa:

**Art. 1º** Os incisos V e XV do art. 4º da Resolução Legislativa  
 nº 025/11, de 27 de dezembro de 2011 passam a vigorar de acordo  
 com a seguinte redação:

**Art. 4º** [...]

[...]

 V – Auxiliar como Órgão Executivo da Comissão Permanente de  
 Defesa do Consumidor, nos assuntos relativos às relações de consumo e  
 medidas de defesa do consumidor previstas da Lei Federal nº 8.078, de  
 1990, nos termos das alíneas “a” e “b” do inciso V do art. 40, do Regimento  
 Interno, observado ainda o disposto no inciso XIII deste artigo; (NR)

[...]

 XV – Oferecer assistência jurídica, integral e gratuita ao  
 consumidor carente; (NR)

**Art. 2º** O art. 6º, da Resolução Legislativa nº 025/2011, de 27  
 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 6º** Ficam acrescidos aos Anexos II e III da Resolução  
 Legislativa nº 009/2011, de 06 de julho de 2011, os cargos  
 comissionados com os seguintes quantitativos:

**ANEXO II**

DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANT.	REMUNERAÇÃO	TOTAL
Consultor Jurídico	05	4.000,00	20.000,00

## ANEXO III

DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANT.	REMUNERAÇÃO	TOTAL
Assistente III	05	1.500,00	7.500,00
Assistente IV	05	1.000,00	5.000,00
Auxiliar IV	10	700,00	7.000,00

**Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução Legislativa correrão da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa de Roraima.

**Art. 4º** Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de dezembro de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

### RESOLUÇÃO DA MESA

#### RESOLUÇÃO Nº 029/12

**Altera a Resolução nº 027/12 que cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 059/12.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 31 da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, "j", e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica alterada a Resolução nº 027/12 que criou a Comissão Especial Externa para analisar e emitir Parecer ao **Projeto de Lei nº 059/12**, que "**Dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB), e dá outras providências**", a qual passa a ser constituída pelos seguintes parlamentares:

- **Aurelina Medeiros;**
- **Coronel Chagas.**
- **Flamarion Portela;**
- **Gabriel Picanço;**
- **Ionilson Sampaio;**
- **Jalser Renier;**
- **Joaquim Ruiz;**
- **Rodrigo Jucá; e**
- **Soldado Sampaio;**

**Art. 2º** A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de até 60 (sessenta) dias, para emissão do respectivo parecer.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 18 de dezembro de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **AURELINA MEDEIROS**

1ª Vice-Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

### ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia treze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura do Expediente. EXTERNO: Ofício nº 321/12, de 10/12/12, da

Procuradoria Geral de Justiça, encaminhando, em anexo, Ofício nº 524/12/2ºPrCível/MP/RR, da lavra do Promotor de Justiça da 2ª Promotoria Cível da comarca de Boa Vista, Dr. Luiz Antônio Araújo de Souza, para conhecimento e providências. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Erci de Moraes iniciou seu pronunciamento justificando sua ausência da tribuna, informando que otimiza seu tempo para analisar projetos de interesse da sociedade e aprofundamento de questões que possam contribuir para o desenvolvimento do Estado ou interagindo com os cidadãos. Em seguida, destacou que tem havido debates interessantes, composto por oposição e situação e que formam blocos organizados, cada um cumprindo o seu papel. Ademais, o exercício democrático exige postura equilibrada, pautando pela imagem da Assembleia Legislativa que, antes de qualquer fato, é composta por representantes do povo e, por conseguinte do Poder Legislativo. Prosseguindo, reportou-se à oposição dizendo que tem feito uma oposição sistemática, acusando o lado negativo da administração do Governo Anchieta Júnior, mas ao mesmo tempo passa o recibo de que é, na maioria dos casos, discurso de oposição, porque se for realizado um levantamento dos Projetos encaminhados pelo Poder Executivo será notado que as matérias, na sua maioria, foram aprovadas com os votos da oposição. Continuando, destacou que durante os debates ocorrem alguns excessos que precisam ser corrigidos, e que, independente do grupo ao qual pertençam, todos têm o mesmo direito, e que deva ser mantido o respeito mútuo, agindo sempre com postura elevada. De acordo com o Parlamentar, parte das dificuldades por qual passa o Estado é resultado da crise internacional, que só agora atingiu o Estado de Roraima, mas não ouviu nenhum político reconhecendo a situação. Prosseguindo, fez uma retrospectiva da vida do Ex-Governador Ottomar Pinto, que completou cinco anos de falecimento no dia onze do corrente. Segundo o Senhor Parlamentar, se tivesse que nomear um pai para o Estado de Roraima, o Senhor Ottomar seria a pessoa indicada, pois foram inúmeras as contribuições desde a época de Território até a formatação do arcabouço de leis na transformação para Estado. Destacou que era uma pessoa com muitas virtudes, um grande político que só veio engrandecer a política do Estado, era também um excelente gestor, homem de atitude forte e decidida, que fazia acontecer, e como exemplo deixou inúmeras obras, mas que tinha defeitos, também, como todo ser humano, caso contrário seria concorrente de Deus. Com relação à federalização da CERR, achou necessário, uma vez que era uma empresa deficitária que gerava prejuízo na ordem de sessenta milhões por ano, acumulando uma dívida junto à ELETROBRAS que estava cada vez mais difícil saná-la, correndo o risco de ser cancelada a concessão de energia, o que geraria o caos no interior do Roraima. Segundo o Parlamentar, só por esse motivo é justificada a pressa em fazer o empréstimo para federalização, ademais, nessa dívida levantada estão inclusas dívidas contraídas por outras estatais como: CODESAIMA e CAER, que não pagavam energia junto à ELETROBRAS. Finalizou, dizendo que na política não se pode ter inimigos, se quiser ser um político sintonizado tem que ter no máximo adversários eventuais, porque o adversário de hoje pode ser um aliado amanhã. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que "altera dispositivos e anexos da Lei Complementar Estadual nº 142, de 29/12/08, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26/01/11; pela Lei Complementar Estadual nº 177, de 05/05/11; pela Lei Complementar nº 189, de 02/12/11 e pela Lei Complementar Estadual nº 195, de 22/03/12 e dá outras providências." de autoria do Tribunal de Justiça. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 065/11, que "Dispõe sobre a instalação de Câmara de Segurança nas Escolas Públicas do Estado de Roraima", de autoria do Deputado Naldo da Loteria; do Projeto de Lei nº 096/11, que "Institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Básica à Saúde", de autoria do Deputado Rodrigo Jucá e do Projeto de Lei nº 053/12, que "Dispõe sobre o reconhecimento, no Estado de Roraima, de Diploma de Pós Graduação Strictu Sensu (Mestrado e Doutorado) expedido em outros países e dá outras providências," de autoria do Deputado Joaquim Ruiz. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para que as comissões, em conjunto, pudessem analisar e emitir pareceres às referidas matérias. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando que, por falta de quorum nas

Comissões, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. O Senhor Presidente solicitou à Assessoria Legislativa que registrasse a presença, em Plenário, dos Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria e Remídio Monai, bem como, solicitou do setor competente que descontasse a falta dos Senhores Deputados ausentes a Sessão. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 18 à hora regimental. Estiveram presentes, no início da Sessão, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 18/12/12

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2156ª SESSÃO, EM 08 DE NOVEMBRO 2012.**

**44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.**  
( Em exercício )

Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Convido o Senhor Deputado Joaquim Ruiz para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Coronel Chagas) - Senhora Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) – Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Coronel Chagas) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

### RECEBIDOS DOS DEPUTADOS

-Requerimento nº 002/12, de 07/11/12, da Deputada Aurelina Medeiros - Presidente da Comissão Especial Interna, Criada por meio da Resolução nº 003/12, solicitando prorrogação de prazo por igual período desta Comissão.

-Memo nº 026/12, de 07/11/12, do Deputado Remídio Monai Montesi, comunicando sua ausência na Sessão Plenária dos dias 06 e 07/11/12.

-Memo nº 031/12, de 07/11/12, da Deputada Ângela Águida Portella, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 07/11/12.

-Ofício nº 030/12, de 07/11/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência na Sessão Plenária dos dias 07/11/12.

-Projeto de Lei s/nº, do Deputado Joaquim Ruiz, que dispõe sobre o reconhecimento, no Estado de Roraima, de diplomas de pós-graduação “strictu sensu” (mestrado e doutorado) expedidos em outros países, e dá providências.

### RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO

-Mensagem Governamental nº 46/12, de 07/11/12, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Saúde.

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

-Ofício Circular nº 253/12, de 31/10/12, Comarca de Boa Vista, encaminhando cópia do Ofício Circular nº 007/12.

### DIVERSOS

-Ofício s/nº, de 05/11/12, da Liga das Entidades Sindicais e

Associativas de Servidores e Militares do Estado de Roraima, pedido de Constituição Parlamentar de Inquérito.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros)–Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Coronel Chagas)- Senhora Presidente, não há Oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Passaremos para a Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 086/11, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima reservarem até 05% do total das vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jânio Xingú; do Projeto de Lei nº 005/12, que “dispõe sobre o cumprimento de obrigações contraídas no âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; e do Projeto de Lei nº 007/12, que “assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receberem suas contas de energia elétrica, água e telefonia, impressas no sistema braile, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

Solicito ao Primeiro Secretário que proceda à Leitura do Projeto de Lei nº086/11, das emendas e do Parecer das Comissões afins.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Deputada Aurelina ficou acertado na última reunião que seria o limite de 3% no mínimo.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Isso foi objeto de emenda e será lida agora.

O Senhor Primeiro Secretário (Coronel Chagas)- Lido o Projeto de Lei nº086/11, das emendas e do Parecer das Comissões afins.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Jânio Xingú – Esse Projeto nasceu de uma visita que eu e os Deputados Dhiego Coelho, Coronel Chagas e Soldado Sampaio fizemos à Penitenciária do Monte Cristo. Ao chegarmos lá conversamos com vários familiares de presos. O Deputado Chagas havia dito na reunião que era interessante algo que pudesse ajudar esses presos a se recuperarem. E eu, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, me achei na obrigação de oferecer um Projeto dessa magnitude, para que pudéssemos, através da Secretaria de Estado e Cidadania, ajudar esses presos que na maioria das vezes saem para cumprir pena no regime semi-aberto e, muitos advogados desses presos ganham dinheiro de suas famílias, pois pegam uma empresa fantasma para justificar para o juiz que aquele preso vai ter um emprego aqui fora. Fizemos uma pesquisa, inclusive com o Diretor da Penitenciária, e constatamos que a maioria daqueles presos não tinham local para trabalhar porque a empresa não existia. E aí é que vem o crime, o preso saía para trabalhar e ia cometer vários crimes contra a sociedade. Esse projeto vai preencher essa lacuna porque a Secretaria de Estado da Cidadania vai fazer uma triagem e vai acompanhar esse preso com psicólogo, com assistente social. Enfim, uma equipe vai acompanhar esse preso para que ele realmente saia para trabalhar.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, um dos maiores problemas do sistema prisional brasileiro é a questão da reincidência, porque o reeducando, quando cumpre sua pena e é recolocado no convívio social, ele encontra dificuldades para encontrar trabalho para sustentar sua família e, muitas vezes, por conta disso, acabam retornando ao crime. E aqui, em Roraima, não é diferente. Eu fui Secretário de Justiça, fui Diretor do Estabelecimento Prisional e sei que esse é um problema que também acontece aqui no Estado. Além disso, soma-se o fato que aqueles que estão no regime aberto, semiaberto, ou até mesmo no fechado, obtém a autorização para o trabalho externo, mas, muitas vezes, são empregos apenas de faxada, conseguidos para que esses reeducandos passem o dia fora do presídio e muitos praticando crime. E, no ano passado estivemos fazendo uma visita à penitenciária de Monte Cristo, juntamente com o Deputado Jânio Xingu, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com os Deputados Sampaio, Diego Coelho, para conversarmos com os reeducandos, com os servidores daquele estabelecimento prisional. Lá, sugerimos que fosse feito um projeto com essa finalidade, ou seja, que as empresas vendedoras de certames públicos, com o objetivo de contratação de mão de obra terceirizada no governo do Estado, reservasse um percentual das vagas para dar oportunidade a esses reeducandos, para que saiam dali para trabalhar e não para ficarem de faxadas pelas ruas praticando delitos, furtos e até mesmo traficando drogas ilícitas em nosso Estado. E, o

Deputado Jânio Xingu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, imediatamente apresentou esse projeto, ao qual nós damos total apoio. Ele foi fruto dessa conversa que nós tivemos com os reeducandos e, acreditamos que esse projeto vai contribuir muito com a diminuição da reincidência criminal aqui no Estado e, também, com a redução dos furtos e dos crimes que acontecem diariamente no Estado de Roraima. E digo porque. A maioria dos delitos praticados em nossa cidade são praticados por aqueles que saem do presídio durante o dia, autorizados para trabalhar, mas que, na verdade, não trabalham. Nós, no ano de 2008, fizemos uma força tarefa no sistema prisional e passamos seis meses sem fuga. Nesse período, os índices de furtos, crimes, tráfico de entorpecentes reduziu de forma considerável, chegou a reduzir mais de 60% o índice de crimes nesse período. Então, ali se comprovou que a maioria desses crimes são praticados por detentos que saem para “trabalhar”, mas ficam perambulando pelas ruas na busca de oportunidade de praticar um furto. Ao disponibilizarmos 3% das vagas das empresas vencedoras de serviços terceirizados, acredito que esses detentos que forem selecionados para trabalhar, vão ter que trabalhar mesmo, pois o reeducando vai está prestando serviço e não vai está ocioso pelas ruas, buscando dinheiro de qualquer forma. Por isso que nós propusemos isso, e enalteçemos o Deputado Jânio Xingu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, pela sensibilidade em ter apresentando esse projeto, ao qual, damos total apoio e pedimos aos companheiros que votem favorável, para que possamos encaminhá-lo para o executivo, pois, com certeza, isso irá se constituir num grande avanço para ajudar na diminuição da criminalidade em nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quero cumprimentar o Deputado Jânio Xingu. É louvável a iniciativa de Vossa Excelência. Mas, Senhores Deputados, essa matéria recebeu o Parecer de inconstitucionalidade da consultoria jurídica e da CCJ. O Artigo 22 da Constituição Federal é bem claro, “é competência exclusiva da União legislar sobre o direito civil, comercial, penal, processual, agrário dentre outros. É importante que possamos oportunizar ao preso a ressocialização, mas não podemos aprovar uma matéria inconstitucional. Vejam bem, no mesmo artigo, muito sentenciados perdem a função pública e ficam proibidos de contratar com o poder público, porque o poder público vai intervir na iniciativa privada. Como é competência exclusiva da União, voto contra o seu projeto.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu também quero louvar a iniciativa do Deputado Jânio Xingú e dizer que os reeducandos não têm condições de serem ressocializados. Isso não acontece só no Estado de Roraima, em todo Brasil o sistema prisional está falido. Essa é uma problemática que está sendo enfrentada pelos governos, mas requer ainda muito mais atenção, recursos para estrutura física e pessoal. É um trabalho mais emocional do que físico, é uma questão de saúde pública, não é só questão de segurança pública. Então, eu acredito que os reeducandos, os que pagarem as suas penas e saírem dos presídios, merecem uma oportunidade de trabalho, pois a falta de acesso ao trabalho é um dos principais problemas dessas pessoas. Então, como sou um defensor da geração de emprego e renda na iniciativa privada, eu louvo a iniciativa do Deputado Xingú e voto favorável, esperando que os que saírem, encontrem o apoio da classe empresarial para que possam dar sustento as suas famílias e, a partir daí, trilhar o caminho do bem.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Como bem falou o Deputado Chagas, esse projeto surgiu de uma visita que fizemos em conjunto ao sistema prisional. Por ser da área de segurança, tenho conhecimento da forma como são encaminhada as cartas de empregos ao sistema penitenciário. Acredito que em mais de 50% dessas cartas de empregos, as empresas não existem na prática. Os detentos buscam de alguma forma sair do sistema penitenciário para trabalhar, mas, de fato, eles não exercem nenhuma atividade, passando a cometer os mais variados delitos por falta de oportunidade. Isso é fato, está estatisticamente registrado no sistema penitenciário. Agora, é louvável sua iniciativa, com certeza vai ajudar a diminuir a criminalidade na cidade e a reincidência dos presos. Eu não vejo a inconstitucionalidade nessa lei, nós não estamos interferindo em lei penal, é simplesmente um contrato, onde o Governo do Estado está estendendo a mão a esses reeducandos, até porque é caro para o Estado manter um preso. Seria bem melhor se as pessoas voltassem se reintegrar à sociedade. A Assessoria Jurídica não vem sendo respeitada nesta Casa. Aquele pedido de vista que eu fiz no Projeto da Saúde, criando 153 cargos, teve o parecer da Assessoria Jurídica diferente do parecer do Relator. Inclusive, temos, o quanto antes, fazer concurso público nesta Casa para contratação de

um Assessor Jurídico, para não haver a influência política que estão sofrendo hoje os nossos assessores jurídicos, pois eles dão um parecer de uma forma e as pressões políticas agem de forma diferente. Nós precisamos moralizar os nossos pareceres e recomendações.

Estou com o Projeto da Saúde, que cria 153 cargos. Eu fiz o levantamento do impacto financeiro, que dá quase sete milhões, e está a Assessoria Jurídica pedindo a fonte da despesa, de onde vem esse recurso, ou seja, simplesmente a assessoria jurídica foi ignorada.

Não vejo nenhum empecilho para aprovar o projeto. Agora fica a minha preocupação.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Peço as pessoas que se encontram aqui que não se manifestem, pois estão interferindo na Sessão. O Deputado tem o direito de expressar o seu voto. Esta Casa receberá... fora isso você está desrespeitando a Sessão. Está suspensa a Sessão.

O Senhor Deputado Jalsner Renier – Deputada Aurelina, a Senhora não tem que suspender a Sessão, mas mandar retirar esse tipo de gente do Plenário. Esta Casa não é uma casa de desrespeito e nem tampouco, deve aceitar desmoralização, principalmente de ex-integrantes da Polícia Civil deste Estado. Vossa excelência, ou retira essas pessoas do Plenário agora, ou faço eu na qualidade de Primeiro Secretário.

Solicito ao serviço policial nesse momento, e é uma determinação da Mesa Diretora, que retirem as pessoas do plenário que estão prejudicando a Sessão.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhora Presidente, é hora de mantermos a calma.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Nós estamos sem som aqui na Mesa. Eu apenas estou informando às pessoas que sempre são bem recebidas, ouvidas nesta Casa, que não é permitido a falta de respeito durante as Sessões. Sempre respeitamos a classe de servidores e não aceitaremos desrespeito por parte dos senhores. Então, atendendo à solicitação do Deputado Jalsner, peço que as pessoas se retirem ou vamos encerrar a Sessão.

Solicito que as pessoas que sejam retiradas.

A Sessão está suspensa para que seja mantida a ordem, porque aqui não podemos ter medo.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por reaberta a sessão.

Continua em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Presidente, quero falar da importância do projeto de iniciativa do Deputado, da ajuda que esse projeto vai dar para a redução da criminalidade, pois o sistema penitenciário terá como desfrutar de uma mão de obra, da qual ele vai ter controle efetivo para saber se os reeducandos realmente estão trabalhando, podendo inclusive, acompanhar o horário de entrada e de saída delas. Abordaram aqui também a questão do parecer da Assessoria Jurídica. Agora, Deputada Aurelina, o que me preocupa é que hoje, as terceirizadas sequer estão pagando os servidores, seus colaboradores, pois já estão com 03, 04 meses de salários atrasados. E aí fica a pergunta, será que os detentos, os reeducandos têm interesse em trabalhar em empresas que não pagam seus salários, como acontece hoje na grande maioria das terceirizadas?

Então, fica a nossa preocupação e desde já declaro apoio ao projeto. Obrigado Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Jalsner Renier – Senhora Presidente, quero me reportar a fala do Deputado Soldado Sampaio no tocante à Consultoria Jurídica desta Casa. Ontem, pela manhã, nós tivemos uma reunião com toda equipe técnica desta Casa, principalmente com os advogados e, conforme solicitação, Deputado Sampaio, dos Presidentes de Comissão, chegamos ao entendimento de que, a partir de agora, todos os pareceres da Consultoria Jurídica desta Casa serão acompanhados pelos Presidentes de Comissões e pelo advogado que irá emitir o parecer, o qual terá que estar em plenário no dia da votação para que não haja nenhum tipo de constrangimento com relação aos pareceres. Não existe dentro desta Casa, apesar de ser uma casa política, a preocupação de que os pareceres sejam teleguiados e políticos, porque uma vez que o advogado emitiu um parecer político, ele desqualifica a sua profissão. Se a matéria é inconstitucional e ele dá um parecer constitucional, está no mínimo desqualificando a sua profissão e, não é esse o sentimento e o pensamento da Consultoria Jurídica desta Casa.

Então, só queria dizer a Vossa Excelência que nós estamos nos esforçando e nos empenhando para que haja esse entendimento, até porque já está acontecendo e nós vamos apresentar todas essas questões com relação aos relatórios dentro da comissão. E, apesar do projeto

do Deputado Xingú ter tido um parecer contrário da Consultoria Jurídica da assembleia, o plenário é soberano e politicamente deve decidir. O meu entendimento pessoal, é que o que for para ajudar as pessoas não pode ser considerado matéria inconstitucional, mas, às vezes, até num afã de ajudar, acabam cometendo algum erro no tocante à questão da constitucionalidade.

Quanto ao episódio passado, Deputada Aurilena, perdoe-me por dizer, mas quem muito se abaixa, acaba mostrando os fundos das calças e, nós não estamos aqui para fazer o que as pessoas bem quiserem, a Assembleia Legislativa é um poder que retrata o respeito às pessoas, esse poder tem que respeitado, não é simplesmente chegar aqui e chincalhar a Assembleia, os Deputados Estaduais, desdenhar do Poder que vai resolver qualquer que seja o problema, principalmente quando o problema não é oriundo desta Casa.

Então, a minha intenção, Deputada Aurilena, foi tão somente mostrar que dentro da Assembleia Legislativa, que nesta Casa existem pessoas, cidadãos, pais e mães de famílias que trabalham aqui e que merecem respeito, igualmente os que veem de fora e se sentam nessas cadeiras af.

Quero dizer à Senhora que nós não vamos nos curvar diante disso, não porque temos imprensa, seja escrita, falada ou televisada, que faz parte desta Casa, pois estão muito bem observando o comportamento das pessoas e o ato da Assembleia Legislativa. É como você chegar na Casa de uma pessoa, querer tirar a camisa e achar que é o dono do lugar.

Então, não é assim, eu acho que temos que tratar a Assembleia Legislativa com respeito, pois esta Casa merece o respeito de qualquer cidadão em qualquer situação que ela estiver. E, quero dizer, Deputada, obrigado por compartilhar e entender o mesmo ponto de vista que estamos entendendo aqui.

Quanto ao projeto, Deputado Xingú, eu louvo sua iniciativa e voto favorável.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputada Aurilena, quero parabenizar a Mesa por essa discussão com a equipe técnica da Casa. Eu sou um dos que questionei a presença dos jurídicos em algumas decisões, às vezes arquivando um processo nosso sem o próprio parlamentar saber. Não vou entrar no mérito da questão e nem questionar sobre o problema político da decisão, até porque, Deputada Aurelina e Deputado Jalser, o direito é subjetivo. No artigo de qualquer uma lei que você acusa, eu posso pegar esse mesmo artigo, na subjetividade, Deputado Chagas, Vossa Excelência que é advogado, e fazer a defesa. Vou citar como exemplo o projeto de aluguel solidário que não tem custo para o Estado, mas regula um momento de fenômenos naturais que ocorra em Roraima, onde o Estado precisa de uma lei regulamentada para capitar recursos da Defesa Civil para o aluguel solidário que nós não temos. São seis Estados que não arguíram a inconstitucionalidade. Então, aquilo que um advogado levanta como inconstitucional, eu posso ter um outro advogado e levantar a legalidade do projeto. São esses fatores que eu acho que temos que discutir junto com a equipe técnica. Não é porque a minha profissão não é o direito que eu não possa discutir com alguém que tenha o saber do direito, pois nós conhecemos a Constituição do Estado, do País. Então, eu parabenizo a Mesa por ter tomado essa decisão para que, antes que todos os nossos projetos parlamentares sejam arquivados, sejam escutados e busquemos uma alternativa. Nós temos assessores aqui para nos dar alternativas e não para, numa simples canetada, arquivar tudo o que está sendo elaborado na Casa do Povo.

Sou favorável ao projeto do Deputado Xingú porque não vejo inconstitucionalidade. O arcabouço social, cuja a responsabilidade é do Estado, não intervem na livre iniciativa, porque para quem vai participar de qualquer processo de licitação junto ao Governo, as regras estão colocadas dentro dos editais de licitação, só participa quem quer e só assume a responsabilidade quem assina o contrato de parceria, respeitando as cláusulas que estão estabelecidas entre quem está contratando e aquele que foi contratado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhora Presidente, eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade no projeto, muito pelo contrário, vejo uma excelente iniciativa. E, quero dizer a Vossa Excelência, a Casa e aos servidores que o papel do Estado é controlar o comportamento da sociedade, não basta prender, marginalizar as pessoas e depois não dar a elas uma oportunidade. Esse projeto visa sim dar oportunidade àqueles que precisam e que querem trabalhar, mas que, muitas vezes, são marginalizados, colocados de escanteios porque a sociedade não dá uma oportunidade. Essa é uma grande oportunidade que a Assembleia está dando a essas pessoas.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Obrigada,

Deputado. Aproveitando a oportunidade, quero falar sobre o fato ocorrido hoje para as pessoas que estão presentes. Eu acho que não é de hoje que o meu comportamento à frente desta Casa tem sido sempre de respeito ao Poder Legislativo. Nós recebemos todas as pessoas aqui, todos os representantes de classe, todas as associações, todos os sindicatos e intercedemos, muitas vezes, para resolver o problema de todos. Somos parceiros porque nós somos representantes do povo. Mas, nós não podemos permitir que os Deputados não tenham o direito de expressar seu pensamento, de votar de forma isenta a um projeto. Afinal de contas, as leis que punem e as leis que direcionam a nossa vida são elaboradas pelo Poder Legislativo. Então, o Deputado tem que ter o direito de discutir a matéria, sem pressão, com isenção. E, acima de tudo, nós nunca nos escondemos nem fechamos a porta para nenhuma categoria social ou representante de classe. A Assembleia é aberta a todos, mas ela tem normas, tem respeito. Nós não podemos permitir que uma pessoa fique fazendo graça com a cara dos Deputados que estão na Mesa, como se pudéssemos resolver os problemas do mundo. Muitas vezes essas pessoas, como eu estava falando para o Deputado Sampaio, poderiam estar prestando serviços nesse momento, pois são servidores públicos. Então, sempre que eu estive na presidência dos trabalhos, agi dessa forma e, vou continuar agindo, dizendo que esta Casa é aberta a todos, mas preservando o nosso Estatuto e, acima de tudo, preservando o respeito ao Poder Legislativo e o direito que têm os Deputados de se posicionarem, de falarem e de votarem, porque fazer lei, aprovar projetos, discutir projetos é uma responsabilidade muito grande. Muitas vezes, não podemos nem expressar o nosso pensamento, pois, é obrigação nossa fazermos de acordo com a lei. É para isso que existe uma Constituição. Então, não houve aqui nenhum desrespeito, pelo contrário, nós tentamos coibir o desrespeito com o Poder Legislativo. Nós estamos sendo afrontados, constantemente. E, eu queria dizer a todas as categorias sociais e a todas as pessoas do nosso Estado que a Assembleia Legislativa está de portas abertas para todos, respeitando a todos e pedindo o respeito de todos para com os parlamentares.

Solicito a abertura do painel para a votação do projeto.

O Senhor Soldado Sampaio pede Justificativa de Voto. - Senhora Presidente, voto sim e peço aos demais colegas que votem sim. Como já citamos agora a pouco, na discussão do Projeto, a sua importância, fica o nosso pedido, Senhora Presidente, e quero aproveitar esses 30 segundos, à Mesa, no sentido da realização de concurso público para esta Casa, o quanto antes, para dar segurança, inclusive, aos Assessores Jurídicos, os quais, pela competência ao fazerem o concurso público, vão passar tranquilamente, os quase 100% dos trabalhadores Jurídicos que prestam serviços para esta Casa. E aí sim eles terão segurança nos seus pareceres, não sofrerão influência. Essa história que não tem influência política é história para boi dormir. Influência política há, como bem falou o Deputado Joaquim. O parecer jurídico, o direito em si é subjetivo, nós sabemos disso. Então, fica a recomendação para a Mesa Diretora e para esta Casa, de ocuparmos os cargos desta Casa através de concurso público, o quanto antes.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Encerrada a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 086/2011 por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 005/2012. Informo apenas que é um projeto que também recebeu parecer contrário da Consultoria Jurídica, da Comissão de Constituição e Justiça por vício de iniciativa. É um projeto considerado inconstitucional e foi impetrado recursos contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e o recurso foi acatado pelas comissões conjuntas desta Casa. Agora, o projeto está para ser colocado à disposição dos Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Projeto de Lei nº 005/12, juntamente com o seu parecer

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputada Aurelina, Presidente desta Casa, neste momento, Deputado Jalser, demais parlamentares. Eu acredito que nós fizemos este projeto com a maior clareza possível. Eu não entendo porque é inconstitucional, se não vai gerar despesas ao Governo do Estado. Quando o Governo contrata, ele já tem os recursos garantidos alocados pelo próprio Estado. Eu só fiz este projeto para acabar com aquele dito popular da Secretaria de Fazenda, a porta da Esperança. Às empresas que têm faturas pequenas, consideradas menos de 100 mil reais. Infelizmente, elas passam três, quatro, cinco meses, até um ano para receber as suas faturas. Exclusivamente, eu fiz esse projeto para igualar as empresas. Existem

empresas que faturam mais de 500.000,00 e nem um secretariado de fazenda vai até lá, por telefone elas resolvem o seu problema. E, nós fizemos esse projeto na intenção de melhorar as condições das empresas pequenas, principalmente. Elas têm o dever com o Estado de pagar os seus tributos numa data certa. E o Estado tem que ter também o dever de pagar seus compromissos numa data certa. O Governador, através de um decreto, tem que dizer qual é o dia que vai pagar as empresas para que elas possam se programar para pagar seus funcionários e pagar também os seus compromissos. O que vemos no Estado de Roraima, principalmente, é o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público pagarem rigorosamente, por ordem de chegada, suas faturas dentro das suas Secretarias de Finanças. E, é só o Governo do Estado que paga quando bem quer e quando acha que deve pagar àquelas empresas ou aqueles cidadãos que estão precisando de receber as suas faturas para honrar com seus compromissos. Eu acredito que da mesma forma que temos a obrigação de pagar na data certa os tributos para o Estado, o Estado, depois de assinar contrato, depois de dar a ordem de empenho e a ordem de serviço, tem que ter também a obrigação de pagar as empresas numa data determinada.

Então, eu queria pedir aos nobres pares o voto pela aprovação, pois não há nada que vá aumentar as despesas do Estado. Era essa a minha defesa em referência a esse projeto que eu acredito que só vai engrandecer as empresas, principalmente aquelas que não têm poder econômico para sustentar por muito tempo o recebimento de suas faturas. Esse era o pedido que eu queria fazer a Vossas Excelências para que votassem pela aprovação do projeto, que é bom para o Estado de Roraima; é bom para as empresas e é bom para as famílias daqueles proprietários das empresas que têm aquilo como sustento da sua família. Era só, Senhora Presidente. Obrigado.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora presidente, Senhora e Senhores Deputados, queria cumprimentar o Deputado Gabriel. Foi louvável a sua iniciativa, mas discordo dela. Eu aprendi, Senhora Presidente, que poder você perde, você não entrega. Como é que eu sou ordenador de despesas sem priorizar quem eu devo pagar? Eu vou ter que seguir uma lei. Mas, os Estados e os Municípios não cumprem nem a 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, como é que vai criar uma lei forçando uma obrigatoriedade que acompanha uma relação de pagamento? Eu, como ordenador de despesas, não posso priorizar o que eu vou pagar? É sobre isso que teríamos que fazer uma reflexão para que possamos votar essa matéria. Obrigado, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, solicito a abertura do painel para votação do projeto.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – É o recurso que estamos votando ou é o projeto em si?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – É o projeto em si. O recurso foi aprovado na comissão e já veio. Se houve a aprovação do recurso, quer dizer que o projeto interpôs um recurso nas comissões conjuntas. Já foi votado também em plenário o recurso no dia 04/09/2012, às onze horas e seis minutos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, peço orientação da bancada. A oposição orienta sim? É um projeto que vem moralizar a administração pública? A intenção do Deputado Gabriel Picanço é fazer com que a ordem de pagamento das faturas se deem pela ordem de sua execução, sem favorecimento político ou apadrinhamento político de a ou b? Trabalhou, entregou a obra, tem o direito de receber seus valores devidos? A orientação da bancada de oposição é votar sim?

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, Gostaria de informar que o Projeto do Deputado Gabriel, apesar de eu não ter tido tempo para discutir o recurso, tem dois pareceres de inconstitucionalidade. Gostaria muito de ajudar o Deputado Gabriel, mas, simplesmente vamos entrar na mesma situação de aprovar aqui e ser vetado no palácio e, chega aqui de volta e somos obrigados a derrubar o veto. Infelizmente essa situação é uma situação que se repete aqui e eu não gostaria que isso acontecesse, até por respeito ao Deputado Gabriel.

O Senhor Deputado Jalsner Renier pede justificativa de voto - Senhora Presidente, votei favorável porque a minha intenção não é votar contra nenhuma iniciativa de nenhum Deputado aqui dentro desta Casa, mas, concordo plenamente com que o Deputado Célio falou. A Consultoria Jurídica desta Casa já emitiu um parecer, parecer contrário, o Governo vai vetar o Projeto do Deputado Gabriel, vai enviar para a Assembleia o veto, o veto vai ser mantido ou derrubado, enfim, mas é uma situação que a Assembleia passa. Não tenho interesse

em votar contra o projeto de Vossa Excelência, mas isso vai acontecer sempre aqui. A Consultoria Jurídica da Assembleia tem sido descente em todos os seus pareceres, o problema é que o limite que as Assembleias Legislativas desse País têm é muito pequeno, é muito curta a condição que elas têm para poder legislar.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais nenhum deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 005/12 por 11 votos favoráveis, 04 votos contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 007/12 e do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsner Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 007/12 e do Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão o Projeto de Lei nº 007/12. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação.

A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 007/12 por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

- O Senhor Deputado Jânio Xingú – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero me reportar ao fato ocorrido nas galerias desta Casa em relação à manifestação de alguns servidores da Polícia Civil. Em relação a isso, Senhora Presidente, quero solicitar à Mesa Diretora que informe, de imediato, o que ocorreu nesta Casa ao órgão competente para que tome providências urgentes, evitando que, novamente, manifestações desse tipo voltem a ocorrer.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhora Presidente, demais colegas, só queria usar das Explicações Pessoais para pedir que a Senhora, como vice-Presidente da Casa, solicitasse ao Governador do Estado que não vetasse esse projeto, pois o mesmo é muito bom para o Estado. O Governador Anchieta tem dois anos de mandato só, mas vai vir outros governadores para o Estado e, nós temos que organizar os pagamentos do Estado para que aos próximos ele dê oportunidade de sobreviver. Então, eu queria me juntar a Vossa Excelência e pedir também ao Doutor Célio que ele analisasse com muito carinho o projeto para que não seja vetado, pois ajudará as empresas pequenas de grande importância nesse Estado.

O Senhor deputado Soldado Sampaio – Presidente, gostaria de usar a tribuna. Permita-me?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – O Expediente de Explicações Pessoais tem tempo determinado, não é habitual, mas vou conceder Deputado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, contando os meus 05 minutos. Primeiro, quero dizer que não concordo com nenhum tipo de violência e desrespeito a nenhuma autoridade. Acho que nesta Casa temos ouvido os segmentos, muitas causas ouvimos por ouvir, não é tomado nenhuma providência de fato, não se posiciona, quando se vota algo interessante o Governador veta, volta para esta Casa, o voto é secreto e é mantido. Essa é a realidade. Está aí os históricos das nossas votações. Agora, eu entendo o desespero daquelas pessoas que estavam aqui, trabalhadores, servidores que estão sem receber salários. Salários de miséria que o Governo do Estado ainda atrasa, e não tem motivo para atrasar em virtude....

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Deputado, se atenha as Explicações Pessoais, não é hora de discurso, a Ordem do Dia já passou, o Grande Expediente também...

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, a Senhora me entrevistou durante um minuto, tenho direito a cinco minutos. Então, eu entendo aqueles trabalhadores que estão com seus salários atrasados, que estão sendo enganados pelo Governo do Estado. O orçamento em si está sendo cumprido, o FPE que foi aprovado foi cumprido, estava previsto no orçamento do Estado o salário desses trabalhadores e o Governo do Estado não paga, e o que é pior, esta Casa não tem feito nada de concreto. Isso é fato, não há nenhum posicionamento. Está aqui, comprovado, desvio de recursos do IPER, está claro as irregularidades nas aplicações do IPER. Está aqui empréstimo consignado dos servidores do estado sendo descontado e o nome do servidor indo para o SERASA, SPC e, o governo do Estado

recolhendo dinheiro, até dinheiro do IPER onde é simplesmente depositário, mas está tendo apropriação indébita. Se fosse um cidadão comum, já estaria atrás das grades, mas como é o Governador do Estado, o Secretário da Fazenda, ninguém faz nada. Então, é desesperador um pai de família ganhar dois salários mínimos, ter suas contas atrasadas, seus credores batendo na porta. Sabemos que o Governo do Estado não está pagando em dia. E o que é preocupante, Deputada Aurilena, é que o futuro é tenebroso, porque sabemos do endividamento do Estado para com os servidores e seus credores, e o que nós estamos fazendo? Nós estamos criticando trabalhadores que estão vindo a esta Casa, porque o Governador do Estado não os recebe, quando eles chegam lá, ele bota é a polícia para expulsá-los. E eles têm que vir nesta Casa mesmo, pois a casa do povo é aqui.

Então, fica o meu desabafo, a minha revolta e o meu apoio a esses trabalhadores que estão sendo desrespeitado nos seus direitos em todos os sentidos, na capital e no interior do Estado. Vamos visitar os quartéis da polícia militar, vamos visitar as delegacias da polícia civil, o Hospital Geral, as escolas do interior do Estado para ver o abandono. Vamos olhar a merenda escolar, de péssima qualidade, a alimentação fornecida aos hospitais. Estou com um abaixo assinado, Deputado Jalsler, com 400 assinaturas de usuários do sistema de saúde reclamando da péssima qualidade da comida oferecida nos hospitais do Estado e nos demais hospitais do interior do Estado. Paciência! Não podemos fechar os olhos para a realidade do que está acontecendo. O povo está se manifestando, entrem nas redes sócias para ver o povo se manifestando, algo que nunca aconteceu na história do Estado de Roraima, devido ao desgoverno que aí está e, esta Casa é omissa por não tomar um posicionamento. Se nós tivéssemos coragem, já tínhamos pedido impeachment desse Governador.

Então, Senhora Presidente fica o meu desabafo. Não concordo com nenhum tipo de violência e desrespeito a autoridade, mas tudo tem um limite. Fica o meu apoio aos trabalhadores que estão se manifestando de maneira democrática, pois estão simplesmente buscando seus direitos, porque quando atrasa salário de Deputados aqui, eu vejo nos bastidores pedidos de impeachment do Governador, quando atrasa salário do Tribunal de Contas, eu vejo Conselheiros ameaçando pedir o afastamento do Governador, quando atrasa salários de Desembargadores, eu vejo Magistrados do Poder Judiciário se manifestando, querendo cassar o Governador, agora, quando é o salário do trabalhador que está na ponta da lancha, ninguém faz nada. Obrigada, Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou há tantos anos nesta Casa e quero dizer a Vossa Excelência, aos Senhores Deputados que nós nunca tiramos as razões dos servidores, não proibimos as suas manifestações, pois aqui sempre foi a Casa da voz da democracia, entretanto, nós nunca permitimos que fizessem baderna. Aqui é a casa do povo, mas não é a casa da mãe Joana. Eu quero ser solidário a Vossa Excelência, à Mesa Diretora no sentido de que sempre tome essas decisões. A Assembleia tem participado das grandes decisões do Estado de Roraima e é isso que tem que ficar registrado. Agora, esse tipo de baderna que estão querendo fazer, às por indignações, com os nervos a flor da pele, não devem acontecer. Venham pra cá e se manifestem de forma descende, de forma respeitosa, que aqui vamos sempre respeitá-los, pois é um direito de vocês, mas que também tenham conhecimento do nosso Regimento Interno. Se não quiserem procurar saber do regimento, mas que respeitem o nosso espaço, o local onde estamos trabalhando. Parabéns à Mesa Diretora pela sua decisão.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhora Presidente, eu acho que a bruxa está solta neste Estado. Já aconteceu tanta coisa aqui neste Poder, que eu nunca pensei que pudesse acontecer, inclusive comigo. Pouco tempo atrás, fui tomado por um momento de ira por conta uma questão pessoal, pois mexeram com a minha família e acabei chegando a esse momento de ira, que certamente era desnecessário. Esta Casa nunca se negou a defender os interesses dos servidores do Estado de Roraima em nenhum momento, nem quando eu fui Presidente, nem antes, nem agora, mas eu entendo. Sou contra, como disse o Deputado Soldado Sampaio, qualquer tipo de violência. Entendo que uma decisão por parte da Mesa Diretora teria que ser tomada e tem que ser tomada para proibir esse tipo de coisa, porque daqui a pouco a gente não vai poder fazer Sessão aqui na Casa. Mas, eu me coloco também ao lado dos servidores da polícia civil e de todos os servidores do Estado que estão sendo ameaçados, enchinchados, pisados, cujo único local que têm para reclamar é aqui na Assembleia Legislativa, por estarem aqui todos representantes do povo. Eu, entendo que eles deveriam vir sim, aqui à Assembleia Legislativa e

fazer os pedidos deles, mas não de forma truculenta. Eu sou contra a forma truculenta com que eles chegam aqui. Os direitos que eles têm, terminam perdendo, até porque nenhum de nós nunca negou a defendê-los e nem a lutar pelos direitos e interesses deles, Lamento pelo ocorrido. Tenho certeza que não era intenção deles agirem dessa maneira, mas terminaram sendo levados pela emoção a fazer o que eles fizeram. Sou contra a forma, atitudes e a Mesa Diretora tinha que se manifestar de alguma forma. É preciso que se tenha uma conversa ampla com todos aqueles que frequentam esta Casa, porque embora sejamos representantes deles aqui, Não aceitaremos desrespeito.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores aqui presentes. Eu entendo que nós estamos passando por uma situação delicada. A manifestação, quanto ao mérito, é legítima. Os servidores públicos, sobretudo da segurança pública que aqui estava, estavam reivindicando os direitos de receberem seus salários. Eles não são recebidos no Palácio do Governo, onde devem realmente cobrar, porque o Governador é o coordenador de despesa. Então, eles vêm a Casa do povo, e é legítimo que venham, que se manifestem de maneira pacífica, ordeira. Agora, a forma como se manifestaram, inclusive chamando Deputados de gafanhotos, e uma dessas pessoas que estavam aí não é servidor do Estado, de maneira muito enérgica e desrespeitosa é que está errada. Nós somos sim, como disse o Deputado Mecias, representantes do povo, mas merecemos respeito. Enquanto dermos respeito, merecemos respeito, sobretudo da sociedade que nos colocou aqui. Para os quase 500 mil habitantes, há 24 Deputados aqui, se algum não está servindo a contento, foi o povo que o colocou. Então, eu me solidarizo a todos os servidores. Sobre a questão do mérito, eles têm sim que receber seus salários. Recursos existem. A Casa do povo tem que recebê-los, mas as manifestações devem ser ordeiras e pacíficas, sobretudo respeitosa. E, a Mesa tomou um posicionamento e deve ser enérgica. Portanto, estou de acordo com o posicionamento da Mesa e em desacordo com a forma como foi feita a manifestação, mas de acordo com o mérito, eles merecem receber os salários em dias. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhora Presidente, eu concordo com todos que aqui colocaram a premissa de que esta é a Casa do povo, mas é também a Casa do respeito, é a Casa onde, obedecendo às regras que existem, todos podem se manifestar. Na minha opinião, a manifestação é a essência da reivindicação, é legítima, mas a postura pessoal de alguém é que gerou todo o problema. É preciso que a sociedade entenda que esta Casa sempre estará aberta para ouvir reivindicação de quem quer que seja, desde que seja pautada no respeito, na própria ética e na educação que cada cidadão deve ter, e para isso não é preciso ser muito escolado. O que acontece nesta Casa é o reflexo daquilo que acontece na casa de cada um. Mas, o assunto que queria falar, é sobre a última votação que envolveu um projeto do Deputado Gabriel Picanço e, eu queria explicar porque votei contra. Tudo bem, ele fez o dever dele e não se conformando usou o expediente regimental, pediu reconsideração, mas, observei que quando a Deputada Aurelina levantou o aspecto da inconstitucionalidade, ela sugeriu uma alternativa, que pudesse ter feito uma indicação ou alguma coisa que valha, para que a ideia fosse boa, fosse aproveitada. Usando este mesmo caminho, aprovaro um projeto importantíssimo, de autoria do Deputado Brito e do Deputado Naldo, e eu tinha dado parecer negativo anteriormente, mas recomendando que buscassem o caminho da negociação, através de uma indicação, com as autoridades governamentais para que viesse de lá para cá o projeto e que viesse melhorado. Quem sabe esse não seria o caminho? Esse foi um dos aspectos. O outro aspecto, é que segundo o relator, no caso o Deputado Natanael, relator simplesmente diante do padrão daqui, ele não combateu a inconstitucionalidade que foi levantada no parecer da Deputada Aurilena. No meu entender, ele deveria ter buscado argumentos de que não era inconstitucional. Aí, passamos direto para a votação. Então, essa é a razão pela qual quis demonstrar meu pensamento, dentro daquela ótica de que quando a ideia é boa, temos que baldar todos os esforços para que ela se viabilize e se busque o caminho do diálogo. Sabidamente nós temos limitações para legislar, mas, muitas dessas limitações podem ser contornadas dentro do diálogo e do entendimento. Talvez nem precisasse dar essas explicações, pois apesar do meu não, ele foi aprovado. Oxalá não volte outra vez para cá com o veto e nos deixe de novo em situação complicada. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado Mecias me lembrou de uma frase do Deputado Berinho, emitida neste Poder, e com certeza o Deputado Célio é testemunha presencial deste fato, que diz o seguinte: Aqui pode não estar os melhores, mas estão aqueles escolhidos pelo

conjunto da sociedade! Este Poder deve sempre estar aberto para qualquer manifestação, isso é legítimo, e nós temos feito isso. Este Poder tem feito muitas audiências públicas, têm ouvido as instituições, tem ouvido os reclames. Recentemente, tivemos um Projeto da Polícia Civil que tinha a intenção de beneficiar delegados. Nós travamos lutas durante meses, até que o Projeto foi retirado pelo Governo. Nunca o Poder se negou a ouvir qualquer manifestação, sugestão, crítica ou qualquer ideia que pudesse aprimorar o projeto, porque esse é o nosso dever, essa é nossa obrigação e a Assembleia, com certeza, continuará ouvindo o conjunto organizado da sociedade, continuará colhendo deles as ideias, as propostas. Claro que também entendemos esse momento difícil que o Estado vive. Portanto, é hora de calma, é hora de ter serenidade e, acima de tudo, respeito. Este Poder, e quem quer que esteja sentado nesta cadeira, independente de ser a Deputada Aurelina, o Deputado Chagas, ou qualquer outro membro, representa simbolicamente uma instituição, um Poder que está estabelecido na Constituição, assim como está o Poder Executivo e o Judiciário. Esses três poderes formam o tripé da República Brasileira e este Poder, assim como os outros, deve ser tratado com respeito. O Deputado Brito falou aqui que alguma pessoa se manifestou, independente de nome, mas, a atitude deve ser colhida sempre com respeito. Só quero dizer isso para ilustrar que a Presidência da Casa, estando ela no momento sendo dirigida por qualquer parlamentar, tem que manter o Regimento Interno, tem que manter a ordem, a disciplina. Que nossos presidentes de sindicatos e de organizações entendam isso e entendam também a boa vontade que a Assembleia sempre teve. Portanto, apelamos para que todos tenham calma, a sociedade, os Deputados, pois, sabemos que é um momento difícil que o Estado está passando e temos que ter o equilíbrio para tentar superá-lo. E, que a Mesa deve estar sempre pronta a agir com determinação, com responsabilidade, em obediência ao regimento. O Regimento Interno nada mais é do que um conjunto de normas que estabelecem os critérios para que os trabalhos sejam ouvidos internamente nas comissões, no Plenário, aberto à sociedade e aos demais departamentos e órgãos que compõem este Poder. Portanto, quero aqui, entendendo o momento difícil por que passa o conjunto dos servidores, pedir que essas pessoas também entendam que a Assembleia Legislativa é uma instituição que representa a sociedade. Volto a dizer, se não estão os melhores, mas estão aqui aqueles que a sociedade escolheu. A sociedade é um mosaico e esta Casa também é um grande mosaico. Por isso, quero mais uma vez, apelar a essas pessoas que aqui vem, que sempre vieram e que sempre foram tratadas com todo respeito, que entendam que o Poder Legislativo, independente de Deputado A, B ou C, é um conjunto de parlamentares que representam o poder legislativo, os quais devem ser tratados com respeito. Nós aprendemos na nossa casa que respeito é sempre bom e que, para eu ser respeitado, tenho que respeitar os outros. Da mesma forma que este Poder respeita as organizações, as organizações têm que respeitar este Poder. Portanto, Deputada Aurelina, quem quer que esteja sentado aí, Vossa Excelência, o Presidente Guerra, ou o Deputado Chagas tem que estar sempre pronto para tomar as atitudes devidas com equilíbrio e com razão. Obrigado.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhora Presidente, primeiramente gostaria de ocupar esse espaço para dizer que em nenhum momento empurrei este relatório goela abaixo, estive disponível todos os momentos. A pressão vinha tanto dos delegados quanto dos agentes. Recebi todos em meu gabinete e não emiti opinião nem favorável nem contrária a nenhum desses segmentos. E, naquele primeiro momento, em conversa com a Deputada Aurelina, ficou claro que a Deputada pediria vistas do projeto e que o Deputado Chico Guerra, em conversa conosco, não colocaria o projeto em pauta se nenhum Deputado pedisse vistas. Então, estou nesta Casa há dezoito anos e não sou diferente e nem semelhante a ninguém, não sou melhor, nem pior que ninguém, agora, sou cidadão e mereço o respeito de qualquer cidadão. O sentimento do medo não coagula no meu sangue não. Sou um cidadão como qualquer outro, agora, não posso, Senhores Deputados e Senhora Presidente, é ver na Casa que eu trabalho, que venho todos os dias trabalhar, cidadãos chegam aqui e achincalham a Assembleia Legislativa. Se eles não recebem os salários, a Assembleia pode mover ação contra o Estado, contra o Governo, reivindicar. Esta Casa pode fazer isso. Não são os Deputados que pagam os salários dos servidores, quem paga o salário dos servidores é o Governador, ele sim deve ser o culpado. Agora, chegar aqui, e apontar o dedo para a Assembleia Legislativa e achincalhar com palavras de baixo calão Deputados e servidores desta Casa, isso é inconcebível, é contra o artigo 27 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa que fala que qualquer pessoa, desde que decentemente trajada,

poderá assistir as Sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Casa. Mas o que estamos vendo aqui, é um segmento da Polícia vindo achincalhar Deputado. Essa é uma parte da Polícia, porque não é toda, é um pequeno segmento da polícia que trata assim as pessoas públicas deste Estado. Então, isso sim tem que ser levado em consideração, porque contraria também o artigo 128 que diz que, quando, por simples advertência, não for o Presidente a manter a ordem, e a palavra da Mesa não for mantida, poderá o mesmo retirar qualquer cidadão do Plenário. Isso está no Regimento Interno da Casa, não estou inventando fábula. Então, eu quero dizer que não sou contra que nenhum cidadão venha aqui reivindicar os seus, direitos, isso está dentro do sangue e da vida do cidadão. Agora, o que eu não posso admitir é o achincalhamento pessoal, isso não. Não é dessa maneira que vamos resolver o problema. Então, quero aqui dizer aos Senhores Deputados que estou, dentro do meu direito, apresentando aos Senhores aquilo que eu acho que é certo, que se norteia pelo Regimento Interno. Quero parabenizar a Deputada Aurelina, quero dizer que sou solidário a atitude de Vossa Excelência e quero aqui agradecer aos Deputados que apoiaram o que a Mesa fez, de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Obrigada, Deputado. Quero usar o Expediente de Explicações Pessoais para falar sobre as duas leis que foram aprovadas hoje e que eu fui relatora das duas na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acho que todos os Deputados sabem que a grande luta das Assembleias do Brasil é o poder de legislar das Assembleias Estaduais que foi retirado pela Constituição de 88. Hoje, nós nos deparamos com um poder onde a Constituição Federal nos amarra em todas as posições que a gente possa tomar, tanto que há movimentos de várias Assembleias do Brasil para tentar dar uma outra leitura, uma outra redação a nossa Constituição Federal para que os Deputados voltem a ter o poder de legislar. Infelizmente, as duas leis são úteis, são importantes, mas não posso retirar o meu posicionamento como Deputada Estadual, pois sou responsável pela elaboração de leis que daqui a pouco vão ser vetadas, como a apresentada pelo Deputado Xingú, com a anuência de todos, por causa de um vício que poderia ser sanado e a tornaria legal.

No mais, eu queria dizer Deputado Flamarion que suas palavras foram de muita sabedoria. E, Deputado Sampaio, que as decisões nesta Casa não podem ser tomadas com uma única direção, ou com pensamento de situação ou de oposição. Nós vivemos aqui e assistimos momentos difíceis pelos quais passou a Prefeitura de Boa Vista e passa até hoje. Em nenhum momento Vossa Excelência apoiou aqui os servidores da Prefeitura que sofreram devido a esses problemas. Quero dizer que nunca ouvi também nenhum Deputado de situação aqui criticar os problemas porque passou a passar a Prefeitura de Boa Vista, até porque nós votamos um orçamento e, como Deputados Estaduais, temos a obrigação de conhecer, acompanhar e ter muita calma, muito equilíbrio, porque é um momento onde não é só Roraima que passa por crises. E, não estou defendendo ninguém, estou defendendo a minha pele aqui dentro desta Casa, para não ser cobrada como palmatória do mundo. Mas, se eu estou aqui, eu tenho a obrigação, Deputado, de conhecer o orçamento que eu aprovo.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Em primeiro lugar, gostaria de lamentar o ocorrido aqui na nossa Assembleia, com essas pessoas que já passaram por momentos difíceis em outras oportunidades aqui. E, faço minhas as palavras do Deputado Flamarion. Acho que o momento é de calma, é de reflexão, tanto por parte da Casa, como por parte dos representantes dos servidores do Estado, dos Sindicatos, dos representantes de classe, da sociedade como um todo. Eu concordo com Vossa Excelência quando diz que esta Assembleia tem que ser respeitada e precisa ser respeitada, porque se a Instituição que representa um dos pilares do Poder não for respeitada, passaremos para a balburdia, para o desagravo. Eu lamento e tenho certeza que esses poucos servidores que se manifestaram dessa forma, irão refletir, porque são servidores do Estado, são concursados, pessoas que têm conhecimento e sabem até onde vão seus limites. Sei que um momento de desespero pode levar a isso, mas eu tenho certeza que essa atitude não representa a vontade da categoria dos policiais civis como um todo e que estamos aqui exatamente para trabalhar pela sociedade. Eu, às vezes, lamento quando certos colegas fazem algumas colocações dizendo que a Assembleia tem sido omissa. Acredito que nós podemos não ter feito tudo o que poderia ser feito, mas omissão, não acredito, porque nós estamos todos os dias aqui e todos os problemas têm sido enfrentados, muitos deles não são resolvidos, como de fato não são, mas não cabe a nós resolver todos os problemas do Estado, principalmente quando

se trata do financeiro, pois não somos ordenadores de despesa. Somos o Poder Legislativo, estamos aqui para fazer as leis, normatizar o funcionamento do Estado e, tenho absoluta certeza que esta função temos desempenhado, mesmo que com algumas deficiências. Eu não me considero um Deputado omissivo nesta Casa, pois tenho feito o que posso, na medida do possível, assim como todos os demais colegas que exercem suas funções com dignidade.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 13 de novembro, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 13/11/2012

## ATAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2012

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às quinze horas e quarenta minutos na Sala de Reunião desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se Extraordinariamente a **Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle**, sob a Presidência do Senhor Deputado **Célio Wanderley**, presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Marcelo Natanael, Marcelo Cabral**; registrada a ausência do Senhor Deputado **Flamarion Portela**, presentes ainda os senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.** **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, comunicou aos Senhores Deputados Membros que de acordo com o Requerimento nº 037/12 aprovado em Plenário no dia 10/10/12, esta Comissão tem por objetivo ouvir a Excelentíssima Senhora **Marta Maria Santana**, Secretária Adjunta de Estado da Fazenda e o Excelentíssimo Senhor **Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER, para prestar esclarecimentos sobre a situação das Operações Financeiras realizadas por essa Instituição e dívida do Governo do Estado junto ao **IPER**.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley**-Agradeço a presença dos Senhores Deputados. Inicialmente fará uso da palavra o Excelentíssimo Senhor **Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER.

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER. Boa-tarde a todos, Excelentíssimo Presidente, Senhores Deputados, funcionários do IPER, imprensa, funcionários desta Casa. Recebi do Deputado Célio Wanderley ofício datado de 11/10/12, solicitando minha presença nesta Comissão para prestar esclarecimentos sobre os investimentos do Instituto de Previdência do Estado. Ponderei com o Presidente da Casa, que estamos no fundo Diferencial que está sob auditoria, e esta só foi conclusiva ontem, no Rio de Janeiro, em uma reunião quando, solicitei o adiantamento da minha convocação para o dia 30/10/12, no mesmo local. O Deputado Celio prontamente atendeu, agradeço-lhe pela compreensão. Passo, então, a explanar todos os nossos investimentos, após vou abrir espaço para perguntas. O IPER, quando eu assumi, no ano de 2011, nós tínhamos em caixa R\$ 728.088.211.81. As aplicações que tínhamos no IPER todas estavam na SELIC ou CDI. Assim que assumi, saímos de CDI, saímos de SELIC e investimos, todos foram pautados no IMA-B, IMA-C e RFM, nós tínhamos 100% de nosso PL, observando 100% para títulos públicos em segunda diversifiquei os títulos públicos, demos uma nova roupagem, os títulos públicos geram nos últimos anos a maior rentabilidade, que tivemos. O IPER nunca esteve atrelado ao IMAS, esteve sempre atrelado em CDI, CDB, títulos públicos comprados fora da curva e na taxa SELIC. Então anualmente a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, quando você olhava no balanço do IPER, apresentava um descompasso entre os ativos do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Nesses onze anos, esses títulos nunca saíram de SELIC para CDI, mudamos por que? Por causa

da dívida brasileira, com essa crise na Europa, sabíamos que os títulos públicos iam dar uma baixa, deixamos ainda 80% do PL em títulos públicos, e 20% em títulos privados. Então, nossos títulos estão indexados nas notas do tesouro em IPCA mais 6%, temos no histórico do IPCA. E o título público, cuja a maior perda que tivemos foi em 30/01/2006 o IPCA mais 10,85 de títulos públicos, enquanto o mais baixo foi no dia 26/10/12. O mesmo título está valendo IPCA mais 2.748 ao ano. Então, podem observar o casamento que houve durante esse período. É muito difícil para qualquer gestor que tem uma meta a cumprir é continuar em títulos públicos, se tivermos em SELIC que está em torno 7.25 nominal. Então, para cumprir a meta, existem duas coisas: ou eu aumento a alíquota de 11 para 14, e de 14 para 20, se o Governo achar que é melhor, não tem problema, aumenta-se a alíquota do servidor ou, caso contrário, temos que partir para uma exposição de núcleo privado ou renda variável. Hoje a diversificação da carteiras, em 29/09/12 saímos do título público e fomos para o investimento, temos fundo de investimento atrelados ao IMA-B, temos hoje R\$ 216.000.000 na Caixa, e 100% de LFT de IMA-B, IMA-C. Temos hoje BB previdenciário, 600.000.000 em IMA—B fundo BB previdenciário, que mudei no IMA-B 5, temos 106 milhões, temos um FIC da Caixa de ações que são 6 milhões e 273 mil, e um índice SMALL CAP, que é um outro índice, nos temos o FI ELO que tem 49 milhões que é um IMA B e títulos privados; os Ático Geração de Energia que tem hoje 31 milhões nesse fundo, ele está pagando em torno de IPCA mais 10; o Fundo Renda Fixa Diferencial que nós temos hoje IMA-B também com 51% de Títulos Públicos, e 49 Títulos Privados; e temos um FIDC de 42 que paga IPCA mais 8%. Em Títulos Públicos Federais hoje nós temos alocados ainda 87,23%. Se observarmos nos temos 898 milhões em Títulos Públicos, em Títulos em Crédito Privado com 102 milhões; temos hoje alocados 9,42, em Ações, temos hoje alocados 055; e em FIP de Participações, nós temos 31,639 que nos temos 2.80 de alocação do nosso PL, perfazendo um total de 100% do PL e um patrimônio 1 bilhão 131 milhões de reais. Se nós observamos aqui, vamos ter os 87 em Títulos Públicos Federais, o restante está dividido em 2,8, 055, 9.2. Quanto aos Títulos Públicos Federais, hoje não estão mais como estavam antigamente, observarem lá em cima olha Títulos Públicos Federais nós não estamos mais. Mas está zero o limite seria 100%, com zero nós fomos pra onde? Nós fomos para os Títulos Públicos, mas em fundos de investimentos, nós não estamos mais naquele Título Público Direto, se nós estivessemos hoje naquele Título Público Direto nós estaríamos recebendo 2,37, é o que estão pagando hoje 2,37. Então, nós saímos dos Títulos Públicos, como se vê, está zero nós não temos nenhuma alocação lá, estamos nos fundos. Então, nós temos aí o Fundo de Renda Fixa, de Títulos Federais nós temos um Fundo de Renda Fixa do índice IMBIMA, também um FIDIC que perfaz um total de 1 bilhão e 93. Ai nós temos em baixo os Fundos de Ações, um Fundo Imobiliário, nós não temos nada em Fundo Imobiliário. Nós não temos hoje nada em de multi mercado, mas temos 31 milhões em variável, que perfaz um total de 1 bilhão cento e trinta e um em PL. No total de rede variável, temos 3 e 35 só em PL, tenho a posição da carteira em 20/09/2012, a rentabilidade de cada um. Quando começamos o ano, nenhum analista financeiro acreditou, eu não conversei só com um, mas com muitos no mercado financeiro, ninguém acreditava este ano a partir do mês 06 que o mesmo IMA fosse dar alguma resultado, mesmo dentro do Banco do Brasil, Caixa Econômica deveria fazer a diversificação, porque seriam outros produtos e não teriam resultados. Apostei, sobre a orientação de alguns conservadores, mas os IMAS até este ano não iam ter problema algum. Então, em janeiro, a rentabilidade foi 1.67; fevereiro foi 2.26; março foi 1.78; abril 4.33; maio 0.82; junho 0.58; Percisti no IMA, acreditando que não iam ter alguma mudança econômica, em julho recuperamos para 2.94, 1.87, 1.32 etc...Então batemos nossa meta no mês de junho, no mês de setembro tínhamos 18.74, no BB previdenciário foi a mesma coisa. Quando foi em junho, o IMA -B, não acreditaram, o próprio banco de uma maneira geral nos orienta a mudar de investimento. Quanto ao BB previdenciário ninguém acreditava nesse fundo, e outros Institutos não acreditavam na rentabilidade do IMA-B 5. Persisti, conversei com o assessor Rigoberto, e decidimos manter no IMA B5 e temos rentabilidade até o mês 09 de 22.30. No Fundo ELO, temos uma rentabilidade de 12.18 o diferencial 12.5, FIDIC 8.42, a rentabilidade do FIDIC e o IPCA mais 8.513, mas não está tendo rentabilidade. Hoje temos dinheiro em caixa, e com essa recessão definiu-se que não contraria e deixaria esse dinheiro em CDI do Bradesco ou Santander. O fundo variável tem um FIC de ações que é da Vincet Party, esse fundo é igual ao do Banco do Brasil, que, por sinal, está negativo, e este fundo hoje foi o que mais rendeu na carteira do IPER. Isso é um fundo de ação e

pode cair, se puder, no final do ano, retirar, já ganhamos a rentabilidade. Temos o ÁTICO geração de energia, primeiro mês rendeu 041; segundo 002; terceiro deu 0.13; quarto 014, quando foi o fechamento da cota fechou em 28.1. Então, até hoje, fechamos, batemos meta com 26.54. E nossa meta era 12%. Todos nossos investimentos bateram meta anual. Você vai acertar em tudo? Sai de uma reunião ontem no Rio de Janeiro, conforme foi colocado, com mais de 155 Institutos de Previdência, o IPER Roraima está muito bem. Observem, a Caixa Econômica em junho deu negativo, o Banco do Brasil também deu, o ELO deu positivo, e o ARTICO deu 04. Então tivemos uma perda de 050 por causa dos títulos públicos, mas foram compensados pelos títulos privados. Portanto temos neste ano de 2012, até o mês 09 batemos todas as metas possíveis que alguém poderia ter em um Instituto de Previdência. Todos os investimentos feitos no IPER foram auditados pela Receita Federal e pelo Ministério da Previdência. E quando os técnicos da Previdência estiveram em Roraima, o Deputado Flamarion Portela e o Deputado Soldado Sampaio, se não me falha a memória, estiveram reunidos com os dois técnicos da Super Receita. Tenho certeza absoluta que ele pode dizer sobre o que falarem. Então todos os investimentos estão adequados no limite permitido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922, e o IPER foi auditado pelo Ministério da Previdência e Receita Federal. E mensalmente, tenho que mandar, todos os documentos para Receita Federal, e cada 6 meses mando para o Ministério da Previdência, se não mandar, a Receita Federal comunica a Polícia Federal e o Ministério da Previdência e vai buscar documentos necessários. Estava na imprensa assim: com a recente liquidação do Banco Cruzeiro do Sul e do BVA e DIFERENCIAL pelo banco central, o IPER já perdeu nada menos que 21 milhões de fundo destinados a aposentados. O Deputado Flamarion Portela foi o signatário do Requerimento, mas não está aqui para conversar. O Banco Cruzeiro do Sul, em nenhum momento, entrou em contato com o IPER, até porque o Banco Cruzeiro do Sul não tinha produtos para o que queríamos, o Banco só tinha o FIDIC, porém nós não queríamos entrar em consignados. Esse Banco quebrou, e teve intervenção do Banco, eles colocaram 580 mil cpfs falsos dentro do Banco, esse foi o motivo da quebra. O fundo DIFERENCIAL nunca foi banco, era uma gestora dos nossos fundos, um fundo de 600.000 reais, no qual participamos com 70, o BVA não foi liquidado não, passo a documentação que tenho aqui, ele está sobre intervenção. Temos um acordo que todos os Bancos e o Banco Central assinaram, chamadas. Acordo de Baziléia. O banco BVA está em desacordo com e Baziléia. Então, houve uma intervenção, até os sócios aportem em torno de 600 mil reais, se não for aportado o banco será liquidado. O banco BVA, Celso Antunes é do FGC, soltou nota, dizendo que a intervenção não era a liquidação. A intervenção era para que se aportassem os recursos necessários que o banco precisa no momento. O banco BVA tem no fundo DIFERENCIAL 217 milhões nos CDBS do banco BVA Hoje, se o Banco Central estiver de fazer a liquidação do BVA, pode ter certeza que o IPER não terá nenhuma perda. Para todos os fundos que temos tem comitê de investimento e gestores. Eles estão atentos a tudo, quando pedi adiantamento até o dia trinta, realmente era para que pudessemos negociar com os bancos o fundo de investimento que vai sair do BVA. Vamos aportar em outro banco, nós não vamos perder um centavo, hoje o BVA está em processo de intervenção, não sabemos se ele será liquidado ou não. Não estamos em um FIP, estamos no fundo de investimento, o banco BVA era um banco que tinha um desempenho acima da média do setor. Era um dos bancos mais respeitados no país. Observem, ele teve um aumento de capital, aprovado e 2012, dentro do laudo de avaliação da KPGM ele tinha BB-3. Temos a REFER que é o fundo de pensão da rede ferroviária federal, IFRAPREV e a previdência da Infraero, PETRU e o fundo da Petrobrás, BRB e o fundo do Banco Regional de Brasília. Então, esses são nosso parceiros hoje, e pergunto aos Senhores aqui, será que todos dentro desse sistema sabiam que ia quebrar? Hoje esses fundos giram em torno de 4 bilhões. Nós não estamos no Patriarca, o nosso é Diferencial, todos esses fundos estão junto com o IPER. Tenho aqui uma planilha para ser atendida. Quando assumimos o IPER mudamos todos os fundos para IMA- B, tínhamos 728 milhões, terminamos o ano com 898. E hoje, no mês de setembro, temos um bilhão cento e trinta e um é novecentos e oitenta e um; em março de 2011, tínhamos 728; temos agora 1 bilhão cento e trinta e um, tivemos uma evolução de quatrocentos e três milhões. Temos, pois uma evolução patrimonial percentual de 64 32%, isso está à disposição de qualquer Deputado, da Receita Federal, de todas as Instituições que queiram fiscalizar o IPER. Quando falei sobre o BVA, o Deputado Naldo balançou a cabeça, e vou passar para Vossa Excelência a documentação que

tenho da avaliação do BVA. O rendimento dele era BB positivo. Então, se não fosse assim, o BRB, a Caixa Econômica Federal ia aplicar dinheiro dentro do BVA. Os títulos públicos, hoje, estão no portal do Banco Central, receita federal, e qualquer um com a menor habilidade que tenha pode acessar todos os documentos que estão dentro da CVM. No mercado secundário são taxas mínimas de aplicação de capitação. Hoje, é difícil fazer esse tipo de aplicação, tem que reunir com assessores e estar junto com outros Institutos, para achar uma melhor rentabilidade, temos metas a cumprir. Todas nossas ações são enviadas ao Tribunal de Contas. Quero falar sobre a dívida do Governo: o fundo do Banco do Brasil está negativo 10 meses, ninguém vai garantir que esse fundo no ano que vem não vai ser um dos melhores? Esse fundo é diferenciado. Banco do Brasil tem um fundo de governança corporativa, ele tem 20 meses de retorno positivo. Sobre a dívida do Governo, eu não sei qual foi o Deputado que na Assembleia falou que o governo está atrasado com as parcelas do repasse patronal do servidor. Mas mensalmente cobramos do governo, não posso obrigar o governador pagar, todo mês mando para o Tribunal de Contas, Gabinete Cível, Tesouro Estadual e para Secretária de Saúde, o boleto para que seja pago. Não posso obrigar o secretário da Saúde a pagar, o dinheiro que foi ventilado o dinheiro que o Instituto repassa para o governo, explicarei; O governo do estado paga auxílio-doença e maternidade, é competência do IPER, e não do Governo. Não temos um corpo clínico. Nosso concurso foi feito recentemente, vamos montar nosso corpo clínico. E, no momento em que estiver funcionando a nossa junta médica, o governo deixa de pagar, e quem vai pagar e o Instituto de previdência? Então, o dinheiro que repassamos é do estado, o governo cobra, eu já fiz vários encontros em relação as contas para, mas os últimos o governador não devolveu. Doutora Marta sabe que tive que ir a Brasília fazer uma negociação da previdência para que não perdêssemos o CRP, que só tem validade até o próximo mês. E se o Governo não repassar o dinheiro que nos deve hoje ele perde o CRP e deixa de receber todos os convênios que estão para chegar no Estado. São 7 milhões. São dívidas patronais e dos servidores, o Ministério da Previdência já sabe, o Tribunal de Contas já sabe, a Receita Federal também, e o Governador é notificado mensalmente. Agradecer a paciência de cada um e fico à disposição, e o IPER, assim como está aberto para os órgãos fiscalizadores, está para Assembleia Legislativa. Obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Vou franquear a palavra aos Senhores Deputados.

**O Senhor Deputado Marcelo Natanael-** Senhoras e Senhores, boa-tarde, estou atentamente acompanhando sua explanação, não muito diferente da anterior também proferida nesta Casa. Gostaria que Vossa Excelência explanasse as razões para o investimento no Ático gerador de energia. Que Vossa Excelência, de maneira macro explicasse, qual a flexibilidade de movimentação desses recursos, se é curto, médio ou longo prazo? Qual a providência que Vossa Excelência tomou devido à inadimplência do repasse. Já explicou que notificou o Tribunal de Contas e o Governador, se tem ciência do que foi feito com o que foi deixado de repassar por parte do Governo? O que foi feito com esse recurso?

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga,** Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER. O Ático Geração de Energia é um fundo que tem uma rentabilidade de 26% ao ano é uma das maiores, porque optamos pelo Ático, porque o Sul e Sudeste já estão interligados no sistema de energia nacional e vendemos energia para Mato Grosso, Espírito Santo. Então quanto ao ático, a garantia que temos é de uma hidrelétrica, uma termo a gás, temos dinheiro sobrando. Em audiência com o Governador do Estado há pouco tempo, perguntei-lhe se não tinha interesse em vender Jatapú para o fundo, até porque o Ministério da Previdência, a partir do próximo ano, vai exigir que cada Instituto invista 5% do seu patrimônio no se estado, porque passamos de 1 bilhão de reais, então deve ser investido no Estado, se fôssemos detentores do Jatapú, ela seria totalmente reestruturada, e iríamos vender a energia para o Governo. Se o governo vai cobrar ou receber é um contrato que, no dia em que terminar o mês, o dinheiro cai na conta, só que não podemos perder a garantia real, que seria no caso o FPE. O Governador respondeu que lá não podia mexer trata-se de um problema social, seria importante se pudessemos adquirir a hidrelétrica de Jatapú. Agora o que o Governo faz com o dinheiro não sei, não posso saber. Não é o governo em si, é o fundo saúde que não está repassando.

**O Senhor Deputado Marcelo Natanael-** O senhor respondeu essa pergunta, só não falou sobre a flexibilidade da movimentação, se a maioria desses recursos e com resgate a curto ou

longo prazo ?

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER. Todos esses fundos que temos, a começar pelo Ático em relação ao qual no ano que vem temos 30%, se quisermos nos desfazer não haverá problema nenhum, no próximo ano vai para a bolsa, então vamos vender. O mercado, quando se ganha um dinheiro suficiente em um determinado ativo, um exemplo, 30%. Então, você já ganhou o máximo, o conselho é sair senão pode causar um prejuízo, e há uma ação de 22%. Quando você pensa que ela vai baixar, você vende e procura outro ativo, mesmo que ela suba, você não corre mais risco, você já ganhou nesse investimento. Mas no próximo ano se quisermos sair do Ático, se quiser hoje não posso porque não foi para bolsa, vender para Petrobrás não tinha problema algum, para nós não é negócio vender agora só a partir de um ano.

**O Senhor Deputado Marcelo Natanael**- A outra pergunta foi: que providência ele tomou a respeito do não repasse por conta do fundo de saúde. Ele informou que enviou ofícios aos órgãos competentes, solicito, possível enviar a esta Casa a cópia desses ofícios a respeito desse repasse, Vossa Excelência não tem ciência do que foi feito.

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima- Os ofícios estão todos aqui.

**O Senhor Deputado Marcelo Natanael**- Solicito senhor Presidente, que seja enviado ao gabinete.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley**- Efetivamente passo agora.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra**- Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos aqui presentes boa-tarde. Minhas perguntas são bem objetivas e gostaria que o senhor fosse objetivo. Quando o senhor passou a ser gestor do Instituto de Previdência tinha um capital de 728 milhões, no final do ano tinha 898 milhões. Esse diferencial positivo se diz aos juros ou é também aos valores dos contribuintes?

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima- Do contribuinte. Se o senhor somar, ele tem hoje em torno de 9 milhões mensais, então no ano deu 100 milhões.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra**- Em torno de 30 a 40 milhões foram aferidos a juros em decorrência das aplicações?

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-Nesse caso foi, porque era título público, ainda não tínhamos diversificado. A diversificação aconteceu a partir de 2011. Se você observar, antes de batermos as metas, em 2010, o IPER não bateu meta atuarial, se o senhor tiver curiosidade e pegue as planilhas e observará que a rentabilidade estava em torno de 10%, havia medo de investir em fundos, até porque é muito volátil.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra**- Então podemos dizer que em 2010 o lucro e 5 milhões mensais, em 2011 o fundo já estava com 1 bilhão cento e onze milhões de reais. Pela diversificação que o senhor fez, como Presidente, aferiu em lucro bem maior com as aplicações diversificadas, pude prestar atenção quando o senhor mesmo contra as análises feitas, não por um só tópico, mas por muitos experts nas aplicações de fundo, o senhor preferiu junto aos fundos mais tradicionais aplicar nos fundos de diversificação e deu certo, porque o senhor não insistiu em tirar valores que estavam na caixa econômica que estava dando 10 meses negativo. O Banco do Brasil quando vem com 18 meses negativo, o senhor não teve essa inteligência.

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima- IPER – O senhor está errado. Existe fundo, cuja característica é BB governança, fundo de ações previdenciário, característica BB, gestão BB DTVM, e lá no final tem seu histórico; o PL de 12 meses tem 244 milhões, o máximo de retorno foi 12.31, o mínimo foi 8, positivo 20, e 18 negativo, Esse fundo amanhã pode ser um excelente fundo.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra**- Na sua análise?

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Hoje é análise de mercado.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra**- Então, se você seguisse a análise de mercado não teria diversificado o fundo. O senhor acertou, mas poderia ter errado.

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Deixa eu falar uma coisa para o senhor: Temos um CEP conservador, então tudo que queremos tem que passar pelo CEP, em certo momento foi feito

uma análise em cada um dos fundos, você tem que minimizar o CEP aqui, só liberamos tantos milhões para que seja diversificado, o resto vamos diversificar em IMA -B.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra**- O senhor falou que segue os conservadores, e tendencioso a seguir o mercado. Na minha análise, o senhor se contradiz, não estou falando dos números, e aqui vamos andar, e isso aqui não me convenceu. Os números estão aqui, acredito que poderiam ter outros fundos melhores que dessem rentabilidade aos servidores. Vamos analisar, isso, com certeza. Mas vou fazer duas perguntas bem objetivas. Não entendemos essa linguagem técnica. Aqui os Deputados não contam com nenhum economista, temos essa dúvida, foi levantada por técnicos, foi levantada por pessoas entendidas, por peritos e por isso o senhor está aqui para nos explicar. O senhor acha que tem conhecimento necessário para dizer: eu optei que fosse diversificado, tem certeza que tem esse conhecimento necessário para colocar esses milhões do contribuinte nessas aplicações sem seguir a tendência de mercado?

**O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER eu tenho certeza absoluta do que eu faço.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra** – (inaudível) o Senhor tem certeza da garantia desses recursos, nesses fundos, que o Senhor com seu conhecimento diversificou? Eles (recursos) estão seguros?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Absoluta.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra** - Inclusive quero parabenizar-lhe, pois como odontólogo, adquiriu rapidamente muito conhecimento.

**O Senhor Presidente Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Se o Senhor Deputado Brito quiser, pode solicitar técnicos da Receita Federal, do Ministério da Previdência, do Banco Central para auxiliar Vossa Excelência dentro do IPER.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra** – Quero inclusive fazer um pedido ao Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, ao Presidente da Casa, temos que contratar uma auditoria para avaliar esses relatórios que nos foram passados, pois não é o que se fala. Nós podemos sim tomar providências e fazer uma análise mais profunda. Muito obrigado pelos esclarecimentos.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Gostaria de pedir aos colegas o seguinte: acredito que estamos aqui para tentar resolver a questão de desconfiança, de desentendimento. Mas acho também que não cabe aos colegas julgarem o material apresentado. Temos na Casa profissionais competentes, que conhecem de mercado e que podem dar um Parecer posteriormente sobre o material apresentado. É nossa função fiscalizar, no momento em que tivermos acesso à documentação, cabe a nós somente questionar posteriormente. Gostaria de passar a palavra para o Deputado Mecias de Jesus, que não faz parte da Comissão mas está aqui gentilmente nos prestigiando.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, quero cumprimentar o Senhor Presidente do IPER, Rodolfo Braga, e demais servidores daquele Órgão; a Senhora Marta, secretária-adjunta do Estado da Fazenda – SEFAZ; os servidores da Secretaria da Fazenda; amigos da imprensa os servidores da Casa. Quero dizer ao Senhor, Presidente, que estranho Vossa Excelência se manifestar dessa forma ao Deputado Brito, mas não se manifestou anteriormente quando o Senhor Presidente Rodolfo Braga falava desrespeitosamente sobre o Deputado Flamarion (Portela).

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Deputado Mecias, o fato de estarmos apenas com um microfone, eu só permaneci calado porque Vossa Excelência tinha razão, e a Casa, muitas vezes, não nos dá condições de trabalhar. O microfone estava com ele, e eu não me achei no direito de tirar (o microfone), e o senhor tinha um microfone na mão, por isso, fiquei calado e aguardar por entender que tinha razão.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Muito obrigado, Senhor Presidente. fico feliz em ver o Senhor Presidente Rodolfo Braga aqui tão conhecedor do mercado financeiro internacional e nacional. Votei pela aprovação deles aqui nesta Casa e trabalhei para isso, inclusive, contra a vontade de alguns governistas, a oposição toda votou a favor dele porque acreditava nele, menos o Deputado Soldado Sampaio, que na época disse que não tinha votado. Eu votei nele porque foi um colega nosso, aqui na Assembleia Legislativa. Não posso deixar de prestigiar alguém que já esteve aqui conosco. Agora, eu lamento apenas que o Senhor Presidente Braga não tenha sido descoberto pelo (apresentador) Sílvio Santos, senão o Banco do Sílvio

Santos não teria falido. Foi uma perda irreparável para o Sívio Santos porque não conheceu Vossa Excelência. Mas fico triste em ouvir o Presidente do IPER dizer que: por menor habilidade que tenham as pessoas. Fica parecendo que, em outras palavras, queira chamar os Deputados de analfabetos. Mas não vou questionar agora os balancetes que Vossa Excelência entregou, porque, friamente, esses balancetes estão mais que congelados. Apenas quero colocar aqui, Senhor Presidente, que estranhamente o Ático Geração de Energia foi dando negativo o tempo todo, mas quando chegou no mês de maio, \*ele subiu foi pra 28%, foi um pulo extraordinário pra justificar lá na frente os 26%. Mas tudo bem, eu não vou discutir esses números frios, porque eles são frios e só quem estudou para falar sobre eles foi o presidente do IPER, nenhum de nós estudou pra falar sobre eles. Mas Presidente Braga, faço algumas perguntas a Vossa Excelência. Primeiro: os balancetes mensais, se Vossa Excelência quiser anotar, pois são seis perguntas para que Vossa Excelência não responda uma a uma, senão não terminaremos esta reunião. Farei todas perguntas e depois Vossa Excelência responde. Os balancetes mensais que Vossa Excelência manda para a Receita Federal, para o Tribunal de Contas, Vossa Excelência poderia encaminha-los para a Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa? Poderia ser feito isso já a partir deste mês?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – Sem problema algum.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Ótimo, excelente. Estas coisas ajudam a dirimir dúvidas. Outra pergunta a Vossa Excelência: Qual é o tamanho da dívida do governo do estado com o IPER, por secretarias, e qual período? Vossa Excelência citou a (Secretaria) Saúde, é só a Secretaria de Saúde que está devendo? Só a Secretaria de Saúde do Estados está devendo. Houve parcelamento? E estão cumprindo o parcelamento? Está atrasado o parcelamento? Vossa Excelência disse que não pode fazer nada, mas pode, pode acionar a juridicamente. Vossa Excelência tem assessoria jurídica lá? Vossa Excelência pode informar o Tribunal de Contas da União que o Estado está em dívida, que não está cumprindo o parcelamento e aí o Estado é obrigado a cumprir. Então eu gostaria que Vossa Excelência, (inaudível) deixa eu terminar, senão eu me perco e Vossa Excelência é mais sabido que eu, eu acabo por me perder. Eu quero saber qual o montante, do valor atrasado por Secretaria, se foi parcelado, e se houve reparcelamento. Se Vossa Excelência se importaria que a Assembleia Legislativa, com técnicos experimentados, criasse uma CPI, mas uma Comissão Especial para, dentro do IPER, analisar esses números que Vossa Excelência nos apresenta. E que dentro do IPER, não precisaria ser uma CPI. Chegaram a falar aqui em CPI, mas posso solicitar a Vossa Excelência aqui, na presença dos Deputados, da imprensa, se importaria que a Assembleia Legislativa, com técnicos experimentados, adentrasse no IPER, e fizessem uma auditoria, sore esses números que Vossa Excelência coloca aqui, háverá problemas?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Não tem problema nenhum, pode aprovar na Assembleia, a formação de uma Comissão.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Mas tem que ser aprovado na Assembleia. Vossa Excelência vai orientar a bancada para votar a favor.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – (inaudível)

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – É claro que Vossa Excelência orienta. Vossa Excelência vai com o Governador pedir para o Governador orientar. Por que não pode ser? Pode ser feito um entendimento entre cavalheiros aqui, entre Vossa Excelência, a Diretoria do IPER que está aqui e os Deputados que aqui estão. Não pode?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Deixa eu lhe falar. O Senhor pode aprovar, a partir do momento que o Senhor aprovar na Assembleia, não teria nenhum, mas nenhum constrangimento.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Mas depois que aprovar na Assembleia não precisa do consentimento de Vossa Excelência, depois que aprovar, eu estou pedindo um acordo de cavalheiros pra Assembleia Legislativa e Vossa Excelência com técnicos indicados pela Assembleia ir pra lá e analisar friamente com os dados que vocês tem lá, e os dados que Vossa Excelência nos passou.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – O Senhor pode aprovar na Assembleia, eu acho que o Governador (inaudível)

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Se não aprovar, Vossa Excelência não aceita.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – Se o Senhor me pedir os documentos, eu sou obrigado a lhe repassar, como Deputado também.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Mas apenas se for aprovado.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Mas se o Senhor quiser, até como cidadão, como qualquer um aqui.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Eu sei, Deputado, exatamente por isso, então por que nós não podemos fazer um acordo de cavalheiros. Vossa Excelência, Presidente do IPER, aprovado por esta Casa, não pode fazer um acordo de cavalheiros de dizer que a partir só dia “x” vocês estarão lá, aptos a receberem a Comissão da Assembleia Legislativa?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Deixa eu lhe falar uma coisa aqui, o Senhor tem uma Comissão aqui, de Finança e Orçamento, no dia que a Comissão, o Presidente decidir que deva ir lá, não tem problema nenhum também, não.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Se a Comissão decidir fazer uma análise...

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – É a Comissão. Sem problema nenhum.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Eu quero saber se Vossa Excelência concorda sem ser feita uma...

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – Se a Comissão votar, sem problema nenhum também, eu acho que tem que ser votado no Plenário, eu acho que tem que ser votado pela Comissão, se a Comissão decidir, eu tenho que acatar.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, tem maioria aqui na Comissão de Orçamento?

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley** – Tem.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Vossa Excelência poderia colocar um Requerimento Verbal...

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Deputado Mecias, eu gostaria muito que fosse encaminhado. Da mesma maneira que pode encaminhar uma Comissão pra dentro do IPER, por que a Comissão não pode ficar aqui na Assembleia e o IPER fornecer toda a documentação necessária para que ela (a Comissão) possa fazer essa avaliação? Eu acho que Vossa Excelência, quando faz essas coisas, faz de uma forma tendenciosa e não de uma forma correta.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Tendenciosa não, Presidente, eu estou falando como parlamentar pra a assembleia legislativa ter acesso aos dados verdadeiros.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley** – E eu também estou falando como Parlamentar. Se a Comissão tem condição de avaliar e ela vai daqui da Assembleia, por que ela não pode receber essa documentação aqui na assembleia que nós temos uma estrutura muito maior do que no IPER? É a sua opinião e a minha.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Nós vamos decidir, Senhor Presidente, a comissão vai decidir sobre os dados do IPER, então é sobre os dados da Assembleia Legislativa.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley** – A comissão não está reunida aqui pra isso não, senhor Presidente, a comissão está reunida aqui para prestar esclarecimento do secretário de fazenda e secretário (inaudível)

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Então, nós viemos aqui pra escolhida do professor Raimundo, onde o professor fala e a gente fica calado. Senhor Presidente, eu agradeço a Vossa Excelência a atenção

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley** – E eu desagrado a deselegância de Vossa Excelência com a Presidência.

**O Senhor Deputado Mecias de Jesus** – Peço desculpas.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER – Deixa só eu responder sobre parcelamento. Realmente o parcelamento atrasado do governo até agora estava tudo ok. O governo não pode fazer o parcelamento, se governador, em qualquer momento, atrasar 3 meses do que esta parcelado, ele terá que pagar integral, então perde o CRP, ele é obrigado a pagar integralmente porque o Instituto de Previdência não reparela dívida.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, obrigado. Embora não faça parte da Comissão, mas o assunto me interessa. O Presidente do IPER **Rodolfo Braga** sabe do meu interesse

na questão previdenciária, sempre vou no IPER buscar informação, estou constantemente, Senhoras e Senhores Deputados em contato com os Sindicatos que representam os servidores que são maiores interessados neste processo que estamos discutindo aqui. Presidente Rodolfo Braga, lhe confesso que o anseio desse Sindicato é grande. Tenho formação acadêmica na área de Contabilidade, confesso, tenho dificuldade de me debruçar sobre aplicação, rendimento, mercado financeiro como um todo. Sou formado pela Universidade Federal, mas sou curioso, acho que já tirei parcela do meu ressarcimento, e todo pedindo apoio técnico para que me oriente nos questionamentos prioritários. O senhor falou que eu e o Deputado Flamarion estivemos com os técnicos é verdade. Estivemos, Deputado Brito, acho que Vossa Excelência também teve conhecimento da nossa conversa. A orientação deles foi que o investimento em si não tem nada de irregular, o rendimento, outra coisa, não vamos, em momento algum, assinar, dar parecer, se posicionar, se o rendimento..... só o tempo vai dizer, eles se limitaram a isso, estivemos com o gerente da Caixa Econômica e Banco do Brasil, quanto ao posicionamento, temos que dar um desconto porque eles têm interesse de puxar sardinha para suas farofas, já disseram outra coisa, que o IPER estaria tirando o dinheiro de um fundo de investimento seguro, e se aventurando em um fundo diversificados que não teriam know how no mercado financeiro. Esse foi o ponto de vista, e ficamos com essa interrogação, aguardando o tempo passar para ver esses rendimentos. Solicito de Vossa Excelência os extratos de todas as aplicações e investimentos do IPER, não daqui para frente, inclusive, a partir dessa diversidade de aplicações de recursos, mês a mês, tanto na Caixa Econômica, Banco do Brasil como nos outros fundos. Há algum problema em nos ceder? Quando posso passar e pegar? No máximo 5 dias? Então já estou oficializando para Vossa Excelência esses extratos, terá como me debruçar tecnicamente em cima desses dados. Presidente Rodolfo Braga, inclusive minha maior curiosidade é procurar entender esse fundo Atico, não é Deputado Mecias? Mas acho que tem uma explicação técnica para isso.

**O Senhor Rodolfo Braga,** Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER Esse fundo rouba sua cota anualmente, ele tem o ano todo o desinvestimento, então no final do ano ele rouba a cota e vê a valorização da cota dele, temos cota suja. Então, só vai rodar uma vez por ano a cota, vai dar positivo muito pouca coisa, mas a valorização das cotas só vai acontecer quando completar um ano, que acontecerá no ano que vem. Tudo que pensamos em investimento, pensamos em curto prazo, hoje está dando negativo, amanhã dá positivo e assim sucessivamente, depois dá um salto positivo.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio-** É muito estranho porque esse é um único fundo que tem essa ..... de rendimento a longo prazo, enquanto outros são mensais. Outra pergunta, Presidente Rodolfo Braga, Vossa Excelência tem conhecimento do Conselho Previdenciário, fiquei preocupado quando abordei essa questão há pouco, as decisões de Vossa Excelência partem em cima de orientações técnicas, muito bem preparadas, qualificadas, a própria previdência exige alguns certificados para os trabalhadores operarem no sistema financeiro. Existe o Conselho Previdenciário que, para mim, é o órgão mais importante dessa discussão. Presidente Braga, me preocupa a composição do Conselho, já há algum tempo venho batendo nessa tecla. Quero pedir a Vossa Excelência mudanças imediatas, porque o Conselho Previdenciário é escolhido através de uma lista triplíce, escolhido aqui na Assembleia, (inaldível), procurador, representante do Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado e dos servidores que, segundo a Lei nº54 em seu artigo 9, diz que serão indicados em processo eleitoral expressivo, que se dá através de uma eleição, enquanto líder sindical. Participei, inscrevia a sua chapa, tinha algumas exigências: curso superior, cursos específicos, e o Sindicato votava e elegia dois representantes; um servidor na ativa, outro inativo. Os servidores mais interessados, através das suas entidades, têm participação efetiva no Conselho. Mudou o regulamento dessa lei, houve outra interpretação que regulamentaram, então passou a ser indicada pelo Governador, são indicados três servidores ativos e três inativos, o governador escolhe para representar os servidores. Hoje, temos dois servidores que representam e tenho minhas dúvidas, porque quando você passa a ser um defensor nato da eleição, da democracia, do concurso público, para dar garantia ao cidadão com maior tranquilidade. Mas me preocupa a eleição desses servidores, falo porque tenho acompanhado as atas do Conselho e vejo algumas mensagens feitas pelo seu João de Carvalho, alguns questionamentos, observações, registro dele, no entanto não tenho visto esses representantes, não os conheço, não posso julgar, o fato de serem nomeados pelo Governador, faça com

que ele não tenha essa imparcialidade. Então pergunto a Vossa Excelência: qual a possibilidade de retormarmos o processo eleitoral anterior, onde o Sindicato dos servidores participarão de maneira efeiva, conforme a lei?

**Senhor Rodolfo Braga,** Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Haverá uma mudança no Conselho, nós estamos nos reunindo essa semana, passei duas semanas fora, e vou ver se vamos usar a lei que está aí, e vamos dar oportunidade. A secretária da nossa Comissão já expediu a todas as Secretarias, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Defensores Públicos, para que mandem nomes para que possamos compor um novo CEP. Ficarei muito feliz, se conseguirmos montar um CEP, onde todos os nossos conselheiros procurarão aprofundar-se no mercado financeiro, o que acontece hoje? Doutor João de Carvalho é que faz tudo dentro da Assembleia, vai para um Conselho e não ganha um centavo, é o único Conselho que não tem remuneração. E um Conselho de maior responsabilidade que você possa imaginar, é preciso tempo para ficar no Conselho do IPER, onde os problemas não são micros, são macro. Vou dar um exemplo, estamos terminando a elaboração da nova legislação previdenciária, no momento em que tivermos um boneco, vamos repassar para os Sindicatos da PM, Professores, aí vamos sentar, trazer para Assembleia Legislativa, ver como e o que queremos dentro da lei previdenciária. Vamos discutir. Temos até março do ano que vem para apresenar esse projeto, segundo o Governador acertou com esta Casa, em 180 dias nos daria uma solução, não é muito fácil. A maior especialista em regime próprio de previdência em São Paulo, com dois técnicos desse escritório estão elaborando a nova legislação, hoje a nossa Diretoria de Previdência é advogada da, nossa Diretora Geral, também está em São Paulo dando os últimos retoques na lei para que possamos distribuir para todos os segmentos dentro do Estado. E dentro dessa nova legislação, vamos contemplar o que o Senhor quer hoje. Então, teremos dentro do IPER um CEP muito forte. Quando encontramos o IPER tinha 700 milhões e vamos entregar com 2 ou 3 milhões de reais. Não é um Instituto de pequeno porte, é muito grande, muita responsabilidade de se administrar neste período crise econômica. Posso dizer para o senhor, segundo a revista insitucional de junho, o IG previ de Tocantins publicou que um dos melhores gestores de Previdência levou um tombo 150 milhões, e tem os maiores especialistas dentro REFER, Caixa Econômica que tem técnicos experientes estão com problemas dos FIPES do BVA, mas o mercado exige capacidade. Fizemos um concurso, iremos treinar todos os funcionários da área, a partir do próximo ano em São Paulo, visando instalar um Instituto arrumado, sólido. Mas o importante é o CEP, primeira coisa que fiz quando assumi o IPER foi oferecer um curso, mínimo possível, da Caixa econômica para saber como funciona a diversificação, não é fácil de convencer alguém, cada um tem um ponto de vista. Ao se tirar um título público e colocá-lo num IMA-B, o conselheiro questiona, por que não deixar em título público? Todos nossos fundos estão atrelados em IMA-B porque o mercado dizia que poderíamos investir na rentabilidade, mais vai ter ano que vem? Ninguém sabe. **O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** gostaria de solicitar ao Presidente Rodolfo Braga que fosse mais objetivo nas respostas.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio-**Eu não me senti convencido pela sua fala. O Conselho é órgão mais importante que delibera, aprova ou não, e é o que fiscaliza é Presidente do IPER, a eleição como se dava era o Sindicato escolhendo. Eu representava a entidade de 800 servidores, policiais e corpo de bombeiros associados tive o cuidado de escolher dentro da entidade o melhor nome. O Sargento Jaime, formado em Administração, fez pós- graduação, então tentamos o melhor nome que tínhamos na cooperação para ser candidato a Presidente do Conselho, mesmo assim foi o Tribunal de Justiça que ganhou, mesmo assim tinha exigências por parte para ser candidato. Hoje estamos simplesmente numa indicação, isso é gravíssimo, a ponto que o Conselho do IPER não tem legalidade, contrariando a lei nº 054, contrariando outra lei estadual que diz que o presidente do Conselho não pode ser Secretário de Estado, mas quem presidiu o Conselho por muito tempo foi o Secretário de Saúde, Doutor Leocádio, inclusive, eu tenho documento que o Secretário Leocádio não estava pagando o IPER, o patronal do fundo de saúde, e ele mandava documento para o próprio Conselho pedindo uma negociação, ou seja, foi secretário de Saúde e presidente do Conselho ao mesmo tempo. Ele não se sentiu apto a jogar porque tinha interesse, enquanto secretário, talvez se abstesse, mas teria influência direta na orientação do Conselho, . Eu queria saber de Vossa Excelência, se vamos ter eleição direta dos servidores, porque

o Governo do estado já tem seu representante, que é o Procurador, a sociedade civil já tem seu representante, será que o servidor, que é o dono desse recurso, é o maior interessado, não pode eleger seu representante? Eles tem capacidade técnica para isso, se for o caso, servidores que têm conhecimento na área, para serem habilitados para essa vaga, então gostaria de dizer a Vossa Excelência que, desde já, estou fazendo uma campanha com os demais sindicatos que se sentem lesados, Sindicatos que estão alegando que mandaram documento para Vossa Excelência pedindo os extratos das aplicações sem obter respostas, é o caso do SINTER. Falei hoje pela manhã, acho que a melhor forma que temos para montar um Conselho legítimo, é a sociedade civil indicar seu representante, passar pelo crivo da Assembleia, e os servidores elegem seus representantes, inclusive o mandato do CEP termina agora em novembro, para não ter que fazer isso daqui a dois anos. O Presidente Braga, tem um ofício com data do dia de hoje, que a dívida do Governo do Estado, principalmente no plano de saúde, IPER patronal que não está recolhendo o previdenciário, e o mais grave ainda são valores por parte do segurado, ou seja o Governo está sendo um depositário infiel, além de não estar repassando a partida dele que é obrigação, ele está recolhendo do servidor, mas não está repassando para o IPER, é um depositário infiel. Isso dá cadeia de imediato, não dá para discutir, bem como, Presidente Braga, não é só a Secretaria de Saúde, Vossa Excelência sabe, e tem ofício com data de hoje, e tem outras secretarias que fazem um total de 12 milhões de reais, outra secretaria do governo, ofício com data de hoje, Sérgio Pilon, 30/10, há uma tabela, outra secretaria do estado, agosto, valor 1 milhão 477 mil, essa é parte patronal e outra por parte do segurado, 336 mil 400 arredondado, ou seja ofício de Vossa Excelência com data de hoje, de outra secretaria que não está sendo recolhido do segurado, o governo não está repassando.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Foi o primeiro mês.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio**-De hoje aqui. Você falou que era só o fundo saúde. O Leocádio ainda é Presidente do IPER?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Não.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio**- Quem é Presidente do CEP hoje ?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima- E o Adir.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio**- Quem é Adir?

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima- É um servidor inativo.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio**- (inaldível) rejeitou seu posicionamento, reconduzi.

**O Senhor Rodolfo Braga**, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Preciso responder, o que foi mandado no ofício, não tem nada a ver com a legislação, vamos devolver amanhã o ofício, ele quer que façamos, quer que mande para ele, isso vai demorar, você pode ter certeza vai demorar no mínimo 60 dias. Desde a fundação do IPER, ele quer tudo o que o IPER fez, do primeiro ano até hoje, vamos atrás, pode ter certeza que não tenho nenhuma, neste momento teria que ser, não posso ficar sem Conselho, até porque precisamos cobrar do Governador ou cassar o CEP dele, pela previdência. É a partir da próxima semana, já vão começar me ligar cobrando o pagamento, se não perdermos.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley**- A Deputada Aurelina.

**A Senhora Deputada Aurelina Medeiros**- Obrigado, Deputado Célio. Boa-tarde a todos, Presidente do IPER. Vou falar porque tinha feito minha inscrição, não sei se eu teria perguntas, seriam muito primárias com relação a tudo que foi dito aqui. Não me sinto com capacidade técnica para discutir a questão do IPER, já disse isso aqui, quando ouvia críticas no plenário. Que esta Casa contrate um especialista, inclusive, o mesmo que o Deputado Flamarion, tinha como acessor, o orientava. Eu sugiro que seja o mesmo, que seja convidado, e mais alguém da Casa para que tirar, esclarecer nossas dúvidas. Realmente, quando se falava que o banco Cruzeiro do Sul, o dinheiro do IPER sumiu, o banco faliu, alguém me diz aqui que não tem um tostão no banco, a começo a duvidar de uma série de coisas: o Diferencial, o Banco Central, sei lá o que o Banco Central fez. Eu começo ver que Diferencial não é lugar que se bote dinheiro nenhum, eu quero ver os extratos que Vossa Excelência está colocando aqui á disposição, aí começo a não ter o que perguntar, começa a se falar em CPI, e que é constitucional a autorização do plenário para pedido de informação. Isso é constitucional sim, tem que ser aprovado, CPI tem que ter objeto definido e claro. Ai começo a me perguntar, se tem razão para isso, se os fundos vão dar certo

ou não, só a mãe Diná vai dizer, ninguém vai dizer, exemplo a Europa estava muito bem, mas amanheceu todo mundo falido, quem me garante que o Banco do Brasil amanhã não vai falir, fechar as portas, quem me garante? A petrobrás às vezes, perde investimentos. Com relação ao interesse dos Deputados que têm sido objetos que já tem cansado, pelo menos a mim. Preciso muito ter clareza com relação a essas coisas, chamar assessor para esclarecer, pois certas coisas que eu não posso aceitar. Deputado Mecias já saiu, é ele achar que os Deputados são parceiros de ladroagem, isso não posso aceitar, fomos chamados aqui de ladrões e corruptos, foi dito aqui, que os Deputados da situação são orientados por Vossa Excelência, pelo Governador para não aprovar os pedidos de informações que tivesse. Então, aqui na presença da imprensa, servidores, eu deixo claro que Deputado é fiscalizador do serviço público, ele não compactua com roubalheira não. Temos todo interesse de realmente colocar ás claras essas questões, ás vezes, não aprovamos determinadas matérias porque nossa responsabilidade com o Estado é muito grande, não dá para falar tudo que se quer, tudo que achar preciso, mas é interesse desta Casa, ter conhecimento de tudo quanto se diz do IPER, tanto faz situação como oposição, dinheiro do servidor público, dinheiro do Estado é sagrado, independente de ser situação ou oposição. Então, eu gostaria de dizer que não vou perguntar, gostaria de dizer que vamos ter acesso a todas as informações, e o que ouvi parece-me que o Deputado Joaquim também ouviu. Cadê os extratos bancários para vermos que o extrato está lá, esta dizendo que pode nos fornecer. Então, que venham todas as informações, acho que devem vir para Comissão ou, se quiser, uma Comissão especial, o ideal é que venham para cá, para que realmente as coisas sejam esclarecidas, e não ficarmos sendo tachados de Deputados que escondem sujeira, isso que gostaria de dizer. Obrigada.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley**- O Senhor Deputado **Naldo da Loteria**.

**O Senhor Deputado Naldo da Loteria**- Senhor Presidente, senhores Deputados, Prsidente Braga, eu fui um dos que pediram a CPI, justamente por várias denúncias, cadê os extratos, as documentações? A maioria dos Deputados presentes se prontificou a aprovar, depois se levantou que o Senhor viria aqui hoje dia 30, caso se negasse, não trouxesse os documentos necessários para que realmente chegássemos à conclusão e ter oportunidade de procurar alguém para analisar, só então a CPI seria necessária, seria uma forma de trazer os documentos. Portanto, já que o Senhor se prontifica a fornecer todos os documentos que forem solicitados por qualquer Deputado ou Comissão, acho que, por enquanto, não tem porquê compor CPI, mas a CPI foi proposta por mim, pois todo mundo reclamava dos extratos, documentos, o Braga veio aqui não trouxe nada. Então vamos pedir uma CPI, a CPI é um instrumento que cabe ao Parlamento. Eu recebi uma ligação do Tribunal de Contas, do Conselheiro Ersen Pinheiro, informando que amanhã estaria encaminhando um relatório sobre a situação do IPER, e vamos fornecer o relatório para todos os Deputados. A preocupação hoje, como Deputado, é em garantir o patrimônio do servidores, direito dos servidores. Conheço o Senhor, não acredito jamais que tenha a intenção de ser irresponsável com essa questão que é muito grande. Mas esse negócio do Banco BVA é um banquinho mesmo, de agiota legalizado, tem um monte. Esses banquinhos que tem, BVA não sei o quê, são agiotas legalizados, que conseguem laudo o governo legaliza, conseguem consultoria e falem do dia para noite, como vários faliram aí, porque são agiotagem legalizada das grandes, eles tentam derrubar os outros. Sabemos que no mundo financeiro não se dá nada, só se tira, se compra folha de pagamento, se faz tudo por interesse, tem banco que paga uma taxa maior, mas na frente ele lhe cobra, ninguém dá nada de graça. O Senhor mesmo disse, quando se ganha um pouco vamos sair dessa, porque depois vai tirar, a financeira é assim, tira amanhã. Era isso que queria falar, mas digo ao Senhor, que estou satisfeito, estamos com a documentação aqui, vamos começar a analisar, e quando tivermos a conclusão aí poderemos cobrar alguma coisa, o que não pode é denunciar sem ter documentação sem ter prova de nada. É isso Presidente Braga.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley**- O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**.

**O Senhor Deputado Joaquim Ruiz**- Presidente, peço a Vossa Excelência, que seja retirado da ata, a estoria da escolinha do professor Raimundo, porque fui eleito pelo povo como todos aqui, não faço parte da escolinha do professor Raimundo, tampouco vim hoje aqui perder meu tempo, eu vim para escutar, sou leigo no assunto, não sou técnico da área disse isso para Deputada Aurelina no plenário, quando Deputado Naldo propos a formação da CPI, disse vamos convocar, eu voto na convocação, no convite ao Presidente do IPER, que venha a Secretária da Fazenda, afinal de contas esta é a Casa do povo, e não é a escola do professor Raimundo. Nos fomos atendidos, está tudo aqui colocado na mesa, dúvidas, que se peçam documentos,

que sejam chamados os órgão de fiscalização apurar aquilo onde houve dívida a qualquer colega parlamentar. Tenho todo respeito de aceitar uma dívida que Vossa Excelência tenha. Mas, faço apenas uma pergunta; Vossa Excelência já colocou que o Governo, este mês, atrasou o repasse? Colocou também que o fundo estadual de saúde está atrasado? Quando fui líder do Governo, veio uma crítica de um Deputado da oposição sobre a situação do fundo de saúde e tinha obrigação de ir atrás das informações para explicar publicamente aqui na Casa, com direito do contraditório, com acusação contra o Governo do qual era líder. Então, eu gostaria de fazer essa pergunta bem objetiva. Houve uma pactuação de uma dívida dos governos anteriores que não recolhiam nem o patronal nem do empregador, gostaria de saber se essa dívida vinha sendo paga, inclusive, até o ano passado enquanto fui líder, estava sendo pago rigorosamente em dia, o que me preocupou aqui foi mexer no passado, buscar do passado para o presente, tendo uma dívida renegociada não há uma outra negociação, gostaria de saber como esta a situação do empregado e do empregador de anos anteriores que não foram recolhidos?

**A Senhora Deputada Aurelina Medeiros-** Inclusive, só complementando a pergunta, essa dívida refere-se ao Executivo ao Legislativo e ao Judiciário, que me parece que já vem sendo descontado do próprio FPE.

**O Senhor Rodolfo Braga,** Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- O governo do Senhor Flamarion Portela deixou de repassar ao IPER em torno de 42 milhões de reais tanto do servidor como patronal, esse dinheiro meste sendo pago, o Estado não pode renegociar essa dívida, mais ele tem que pagar, se atrasar ele perde o CRT, não pode repactuar essa dívida, o que pode fazer, foi janeiro, fevereiro, março e abril o Governo Anchieta não pagou o patronal, ai me pediu que fizesse o acordo, fui no Ministério da Previdência, esse acordo foi feito e fizemos em seis meses e vence agora em novembro, ele não pode deixar sob hipótese alguma, vai perder o CRP. Tem uma parte do Neudo, mais a maior parte foi dele, que hoje corrigido esta dando 100 milhões de reais, o problema que deixou de pagar na realidade, existia uma legislação que dizia que no décimo dia do mês de setembro o governo tinha que repassar o dinheiro para o IPER,mas o que aconteceu é que o Governo Flamarion mandou uma lei para que não fosse mais repassado, então usou essa brecha e não pagou.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Eu gostaria de fazer uma ressalva na nossa reunião. Com absoluta certeza que o Deputado Mecias teve a infelicidade na sua colocação. Ele me conhece. Eu como Presidente da Comissão, já fui Vice- Presidente desta Casa por duas vezes consecutivas e sempre me portei nesta Casa pautado na realidade dos fatos. Todos, aqui, que me acompanham, alguns mais anos, outros bem menos, outros com bastante tempo como a Deputada Aurelina, e o próprio Braga que se faz presente aqui, conheci a minha atitude, sempre me portei de uma forma correta, mesmo sendo líder do Governo, procurei facilitar o papel da oposição quanto às informações, quanto à chamada de secretários para, nesta Casa prestarem esclarecimentos. E quando diz que veio nesta tarde participar da escolinha do professor Raimundo, estava chamando todos nós de palhaços, lamento. Gostaria que tal fato não se repetisse, sem menosprezar nenhum palhaço, porque eles me trouxeram muita alegria na infância. Respeito provavelmente ele falou de uma forma, mas foi infeliz ao se expressar, na colocação. Todos os colegas que foram convidados por mim para participar nesta tarde. Acredito que participamos aqui independente de ser situação ou oposição, temos o mesmo objetivo que é tentar esclarecer os fatos, trazer à tona. Contudo se a proposição deles não foi aceita por mim, que discordei da posição dele, não era razão suficiente para que fizesse tal colocação. Gostaria de abrir uma exceção para o Deputado Soldado Sampaio.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio-** Venho procurando me debruçar nessa questão do IPER, tenho tido muita cautela, Presidente Braga, nos meus posicionamentos, tenho buscado mecanismos para ter o máximo de transparência nessa questão do CEP que é essencial. Só quero repassar para Vossa Excelência que, em cinco dias, irá me entregar todos os extratos com todos os fundos de investimentos. Gostaria de adicionar, também, a taxa de administração de cada um desse fundo. Não basta só ter rendimento bom, quando descontar a parte de rendimentos, vamos ver o que sobra, o extrato de cada fundo com rendimento e parte da administração de cada fundo. Serei bastante contemplado com essas informações.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Queremos adiantar um pouco nossa reunião, pois temos nossa Secretária de Fazenda aqui. Pela ordem Deputada Aurelina.

**A Senhora Deputada Aurelina Medeiros-** Eu gostaria, Deputado Célio, dar uma sugestão. Hoje, foi retirado um requerimento do Deputado Brito com realção à lei 215, e falamos, presidindo a sessão, que hoje aproveitávamos a vinda da Secretária e discutia-se a questão do orçamento, que são dois assuntos complexos. Eu peço Presidente, que esse assunto não seja tratado nessa tarde, que se possível marcar para amanhã ou depois de amanhã, não tem nada com o setor produtivo. Eu estava presidindo a sessão e não tem discussão com o setor produtivo, a discussão de hoje não seria sobre a lei 215. Só sugeri pelo tempo, mas não constavaS no requerimentoe nem foi acordado.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Só para esclarecer uns pontos pendentes. Firmamos compromisso extraoficial com os demais colegas que poderíamos fazer, e temos que ser corretos. A Senhora provavelmente já tinha se retirado, a Senhora já tinha saído da Presidência, mas gostaria deixar acertado para que voltássemos e a Doutora Marta fizesse uma explanação rápida sobre a lei 215, ver o que está autorizado. Esta aberto espaço para Doutora Marta, e após aos demais Deputados. Gostaria de dizer ao Presidente Braga, que, se quiser permanecer, será um prazer, mas se tiver algum compromisso a fazer e esta liberado da Comissão.

**O Senhor Rodolfo Braga,** Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER- Quero agradecer a Comissão, e vocês podem com certeza de que cada vez que a Comissão tiver alguma dúvida, sem problema pode solicitar se quiserem algum documento é só requisitar do IPER, todos os documentos estão à disposição dos Deputados com relação aos investimentos. É a partir de amanhã vou solicitar do nossos funcionários, disponibilizarem tanto para Comissão como para o Senhor Deputado todos os documentos que o senhor achar necessários sobre investimentos do IPER. Não há nada a esconder, o IPER é fiscalizado pela Receita Federal, Polícia Fedral, Ministério da Fazenda, Tribunal de Contas. Não teria porque esconder documentos de Deputado. Os documentos que vão para lá são os mesmos que vêm para cá, sem problema algum. Muito obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Gostaria de agradecer também a presença de vocês e dos técnicos do IPER nesta tarde. Então, vamos abrir, tem um Deputado que se fez presente, ele é membro da Comissão de Agricultura, eu o convidei porque é um profundo conhecedor do setor da agricultura, e não faz parte da Comissão de Finanças. E em respeito a ele e aos demais colegas presentes, podemos dar sequência á reunião, passando á explanação. Passo a palavra á Secretária de Fazenda, Doutora Marta Maria de Santana, que nos esclarecerá mais o decreto que suspendeu a lei nº 215, foi suspensa na integralidade, ou foram suspensos dois itens, conforme acompanhei na reunião do Palácio entendi que foi suspenso apenas o ítem combustível, material de construção, foi como entendi. Já tive oportunidade, inclusive, de ligar para Secretária que ao chegar no estabelecimento comercial, e dizem que tudo está suspenso. Poderia á Senhora fazer uma explanação para que nós posamos esclarecer a população e os usuários da lei nº 215, sobre o que, etivamente foi feito com o Decreto.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana -**Boa- noite, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores produtores. Na redação da lei, propriamente não houve nenhuma alteração, o que aconteceu? Esta lei (inaldível). (continuação) ...Quanto ao conselho de política fazendária, o CONFAZ, nenhum Estado, exatamente para evitar a guerra fiscal, poderá conceder qualquer benefício sem homologação do CONFAZ, visto isso o Estado conseguiu em noventa e oito um convênio concedendo isenção para os produtores rurais, de quê? Tudo que ele produzisse seria isento nas vendas internas interestaduais, e tudo que ele adquirisse lá fora de equipamentos, tratores máquinas seria comprado sem diferencial de alíquota, e o ICMS seria descontado dessa isenção. A isenção é a seguinte: O equipamento custa cem mil, por exemplo, então ele desconta o imposto do Estado, e ele paga oitenta e três, que já é um grande benefício. E mais ou menos como acontece com a área de livre comércio. Bom, isso foi em noventa e oito, e em dois mil e quatro houve um decreto por não intercobrança da classe e de alguns políticos que também são produtores, o que acontece? Foi solicitado ao governador, que baixou um Decreto incluindo a palavra Mercadorias e Óleo Diesel exclusivamente para tratores e máquinas utilizados na agricultura. Então, o Decreto já veio ferido o Convênio e a Lei. E como isso é baixado pelo Poder Executivo e era benefício para área de produtores, ninguém reclamou. Ultimamente, o Ministério Público, nós realmente não sabemos a

razão, trocou a ação civil pública, está lá para todos verem, pedindo a suspensão da Lei porque ela está em desacordo com o convênio, e que o convênio só amparava os insumos agrícolas, tanto que se comprar defensivos agrícolas, insumos, isso tudo é isento. Então, ele disse que, realmente, para combustível e material de construção, era impossível, porque foi detectado com provas de fiscalização, feito in loco, houve muitos desvios desses produtos. Estamos devolvendo porque o ICMS de alguns produtos são pagos por substituição tributária na entrada, por exemplo: A bebida quando entra, calculado o tributo já agregado até o consumidor final, o contribuinte tem um prazo para recolher esse tributo. E quando ele vender pelo preço que ele bem entender, e o mercado alcançar, e ele não paga essa diferença, é o que acontece hoje com os veículos. As indústrias pagam o ICMS ao preço da indústria, quando o carro chega aqui ele é vendido com vinte ou trinta por cento a mais, depende do mercado, e nós não cobramos mais a diferença. Bom, quando o posto compra o combustível já paga o imposto para Remon no Estado do Amazonas e no momento em que ele vende com a carteirinha do produtor rural, ele dá o desconto ao pé da letra; se ele comprou mil reais ele vai pagar só oitocentos e trinta, e isso é muito bom para o produtor que leva esse combustível para utilizar nas suas máquinas da sua bomba d'água, nos equipamentos para os peixes respirarem e uma série de coisas. Então dezessete por cento ajuda muita, inclusive os postos tem em média nove por cento de resultados (repetiu: Dezessete por cento). Nós já pegamos isso com fiscalização, e os proprietários de postos já informaram dentro da SEFAZ que existem produtores que infelizmente são empreiteiros e compram a carga de vinte e cinco mil litros de combustível, e dizem para eles: entreguem dez mil litros na fazenda e quinze mil no almoxarifado da minha empresa de terraplanagem. Alguns deles informam que não fazem isso, que os quinze que mandam para lá vão com a tributação normal. Mas eu não posso confirmar se está certo ou errado. No caso de madeira, há empresas aqui que vendem diariamente para os produtores rurais, eu acredito que nem sempre para os produtores: MDF, aquela lâmina de aglomerado para fabricar móveis mais chiques, nós estamos devolvendo de vinte e cinco a trinta mil de ICMS só para isso. Se você for lá na fazenda, por melhor que seja a casa, talvez o quarto do casal em uma casa tinha um Home desses, o resto não tinha nada feito com MDF, o porquê você conhece! Então nós estamos com as equipes SEPLAN, SEFAZ e Agricultura fazendo essas visitas. É uma tristeza, inclusive tem caminhões fazendo fretes para Manaus abastecidos com nosso combustível. Existe um desvio muito grande, donos de postos já confessaram que não podem segurar porque o cara dá a sua carteirinha para quem quer. Agora mesmo, durante a campanha, pegamos vários carros adesivados, estava o candidato é produtor e tinha o carro licenciado e estava botando de equipe de trabalho com..... Então, é muito sério, o Ministério Público soube de tudo isso e está cobrando do governador uma posição. Então, ele teve que fazer alguma coisa realmente de impacto, e suspendeu o Decreto que falava em Mercadoria e Óleo Diesel. Vai prejudicar a classe? Vai, mas nós temos que dar um basta. Chamamos as cooperativas, que vão se comprometer só para aquilo, porque tem um que tem oito anos, comprando produtos, mas já vendeu sua fazenda há muito tempo, continua comprando de tudo que você possa imaginar. Chegamos lá com, o dono da fazenda... São três técnicos especialistas: um em agricultura. Então, nós não vamos mais mandar fiscal de tributos sozinho, porque ele não entende sobre agricultura, está plantando ou não está, eles trouxeram fotografias. Outra coisa, o cara compra quarenta e cinco mil litros, porque infelizmente quem autoriza isso sou eu, e estou preocupada com isso. Passa pela divisão de tributação por análise da diretoria, depois vem para os secretários, como eu sou da área tributária, eles preferem que eu veja isso para não haver dúvidas. Devolvo, muitas vezes, o cara compra quarenta e cinco mil litros de combustível em trinta dias, vinte hoje... Quando nós mandamos lá, observamos que ele tem seis tanques de mil litros, como é que ele coloca um caminhão de vinte mil litros de combustível? Tem alguma coisa mais clara do que isso? Enquanto tem pessoas que realmente usam dois mil litros de combustível por dia, é verdade, comprovada por pessoas que tem fazendas e têm o mesmo equipamento, e a gente nem disse por que, estava pedindo. Outra coisa, esses produtores, não são todos, absoluta mente, eles apresentam um documento chamado: PAEA, Plano Anual da Empresa deles, da Fazenda, acontece que ele apresenta um patrimônio bem diversificado, às vezes, de dois milhões e meio até de cinco milhões, e são obrigados a nos apresentar o resultado, como: empregos, investimento dentro do Estado, o reinvestimento e principalmente emprego, mas nós não conseguimos

absolutamente nada, na Declaração do Imposto de Renda da Empresa que nominou item por item do seu patrimônio, apresenta rendimento no ano na sua declaração para o Imposto de Renda: dezoito mil, trinta e seis mil. Eu acho que, se ele tem animais, como: gado, nem o sal ele compra para esse gado com a sua renda. É meio complicado. O Ministério Público quer que a Lei seja cumprida de acordo com o Convênio, porque é um assunto Constitucional. O Governador já se comprometeu com a equipe que esteve reunida no palácio, a classe empresarial na área de pecuária e agricultura, que vai conversar, ele esteve agora com o Ministério Público pedindo uma reconsideração para deixar o combustível, material de construção, não porque já pegamos muitos pisos de qualidade com nota de produtor o dono da residência diz que nem conhece nem sabia que tinha essa Lei. Então, já existe nota de produtor e o cara mandando porque ele ganha mais dezessete por cento. É muito dinheiro que ele ganha quando o Estado está numa situação financeira terrível, uma crise enorme, o mundo inteiro está, mas com essa manutenção da isenção do IPI, o nosso FPE está, hoje, por exemplo, do repasse desse período foi menos um e setenta e cinco negativos. Só para ser real, hoje eu repassei para os poderes vinte e um milhões e pouco, foi o saldo líquido que sobrou para o Estado todo cumprir seus compromissos foram trezentos e um mil reais, o que vamos fazer? A folha dos funcionários? Só quem vai receber certamente é a Educação. Fui ao Banco do Brasil e mandei a do FUNDEB, e cento e quarenta e cinco que aquele MDE da Educação que são os cinco por cento para completar os vinte e cinco. Então, são as únicas folhas que sairão amanhã. E porque se eu recebo vinte e um milhões, e estou devendo para todo aos poderes eu tenho que cumprir esse Duodécimo Constitucional. Isso é perigoso para o Gestor. Então fica o Secretário de Fazenda junto com o Chefe do poder Executivo de mãos atadas. Nós não temos, olha! os senhores..., essa conversa talvez seja chata mas é preciso saber o seguinte: Em dois mil e sete, com a Lei cento e vinte e três, a Lei da Microempresa, nós tínhamos alguns contribuintes, com uma média, inicialmente, de noventa e um por cento optaram pelo SIMPLES Nacional, o que significa que eles faziam a apuração dos seus créditos e débitos, de suas compras e suas vendas e pagavam dezessete por cento ao Estado e, de repente, eles passaram dentro do nosso limite a pagar um vírgula vinte e cinco, e no máximo dois e quarenta e seis. Agora a arrecadação de dois mil e sete e dois mil e oito despençou. E, segundo um trabalho que nós fizemos eu fiquei assustada, porque eu não posso fiscalizar, mas sei fazer o trabalho e o analiso para mim mesma, e levo para fiscalização que vê o que está acontecendo. Infelizmente a sonegação de alguns atividades do ramo da Microempresas foi de oitenta e dois por cento, em média, chegando a noventa e um por cento. É assustador. Ele já era contribuinte da SEFAZ, digamos que ele pagava qualquer valor, como dez mil reais por mês e, de repente, essa alíquota caiu, logicamente de dezessete por cento, mas ele não paga nem meio por cento do que ele pagaria, e cujo limite dentro de suas compras deveria pagar em média dois vírgula e alguma coisa. Hoje, com a nota fiscal eletrônica, a SEFAZ sabe na hora que é emitida uma nota para o Estado de Roraima em qualquer lugar do País, do Rio Grande do Sul até aqui. Alguem emitiu a nota para Roraima, eu fico sabendo e posso acompanhar, quando ela passa pela Bahia, passa em Minas Gerais, quando chega em Manaus. Então, simplesmente eu verifico, não preciso mandar a auditoria lá, em um período X ele recebeu, por exemplo, duzentos mil de mercadoria e nesse mesmo período, como esse documento é anual e mensal é apresentado para Receita Federal praticamente não tem fiscal para isso, eles apresentam nesse período que ele pagou duzentos mil aos fornecedores. Todos os boletos já estão pagos, não está devendo nem está com títulos protestados, apresentam uma venda de dezesseis mil, quatorze mil. É uma coisa absurda. Ele não paga essa dívida, não paga folha, se tiver aluguel não consegue pagar. É um negócio muito sério. Então, estamos trabalhando, inclusive pedimos..., a Receita Federal convocou a SEFAZ e a prefeitura para fazermos um trabalho em conjunto. A Receita Federal escolheu trinta e duas empresas, para os senhores terem uma ideia, no mesmo período a Receita Federal desenquadrou vinte e cinco dessas trinta e duas empresas por causa da sonegação delas... Uma apresentou duzentos e trinta mil no exercício, quando ela foi notificada ela apresentou dois milhões e oitocentos, de repente, apareceu e ela fez uma retificação e perdeu..., mas nós tivemos sonegação nessas vinte e cinco empresas de até quinhentos e oitenta por cento em relação só às compras e às vendas. Coisa assustadora. Então, isso é muita perda de receita. Eu quero chegar., para os senhores terem uma ideia, a Área de Livre Comércio muito bom para desenvolver o comércio é, mas veja bem, a base de cálculo do ICMS

hoje é reduzida pelo valor da Área de Livre Comércio. Então, quando chega aqui já calcula menos o Imposto que seria cobrado lá que é descontado para o comerciante, aí vem mais nove virgula vinte e cinco do PIS CONFIS, que também desconta. O fornecedor não paga mais, mas também não faz parte da base de cálculo do ICMS. Então, se o produto é comprado por cem, a base de cálculo do Estado hoje é na média de setenta por cento. Então, já está reduzida naturalmente, e se ele é Simples Nacional, acabou, paga um vírgula e alguma coisa. Então, quem sustenta o ICMS no Estado é a PETROBRAS, com trinta por cento, as telecomunicações, bebida, cigarro e parte dos gêneros alimentícios, porque onde estamos trabalhando agora a sonegação é muito alta. Então, a arrecadação do Estado hoje está nos termos de dois mil e dez, trinta e seis milhões, tira desses trinta e seis milhões vinte e cinco por cento para os municípios; depois vinte e cinco para educação; manda doze por cento para Saúde; o Poder Executivo fica com o quê? E desses, ele tem que passar vinte e nove milhões para os poderes. É meio complicado. Chegou a um ponto de esgotamento total. É o que aconteceu hoje, por exemplo, não vai dar para pagar a folha em dia, quando chegar o dia dez que iríamos pagar os encargos da folha IPER e tudo que é o dia que o Estado paga, vamos pagar a folha, será que vai dar para pagar o líquido e a previdência? Vai depender do que vem. O Estado está com dificuldades enormes, e quem quiser também pode fazer auditoria no Estado, não tem nenhum problema, na realidade..., eu hoje fiquei assustada eu sou uma pessoa que infelizmente tenho um defeito muito grande, eu não tive tempo de ser política me dediquei puramente à área técnica de tributação. Se me perguntar outra coisa eu também não sei, mas sou estudiosa nessa área, faço o possível, passo o dia naquela SEFAZ, o tributo é vinculado em Lei, não tem conversa mole com tributo, ou você deve ou você não deve. Hoje eu fiquei assustada porque a Constituição fala que os poderes são harmônicos, mas eu estou vendo que o pessoal esta meio assim, parece até numa guerra, o Poder Judiciário e os demais Poderes contra o Poder Executivo. Eu acho que a oposição, inclusive o Braga a quem respeito muito sei que ele é oposição e oposição é um negócio muito importante numa democracia. O Deputado Mecias, até gostaria que ele estivesse aqui, principalmente o Deputado Flamarion, por quê? O Flamarion assumiu o governo, quando o Neudo saiu candidato ao Senado, alguém indicou meu nome, ele disse que queria uma pessoa para fazer uma mudança na Saúde, naquela Cooperativa. Então feliz ou infelizmente alguém indicou meu nome para eu cortar um bocado de cabeças lá, botar sobrinho de Neudo pra fora. Bom, uma serie de coisa, resultado é que conseguimos enxugar, fizemos o melhor trabalho possível, que essa é minha função e obrigação, não é? Mas, verifiquei, assim que cheguei lá, que o dinheiro que ia para Saúde para pagar folha dos servidores naquela cooperativa, nunca foi um centavo a mais do que o líquido, todas essas dívidas que estão aí, são, inclusive, de Imposto de Renda do início da década de dois mil.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Vamos nos deter aqui, Secretária, na questão da Lei duzentos e quinze, em função do adiantado da hora para que possamos minimizar os trabalhos para dar sequência, posteriormente, em uma outra oportunidade. Estamos começando devagar nos nossos questionamentos, e gostaria que a senhora fosse bem objetiva para abrirnos espaço para os questionamentos dos senhores deputados e encerrar os trabalhos.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Desculpem por ter misturado os assuntos, mas eu estava falando de todas as perdas que o Estado tem com isenção. Então, não se pode manter uma isenção com tanta insegurança, mas mesmo assim o Governador se comprometeu, já marcou com o Ministério Público, porque esse convênio que vence agora em dezembro de dois mil e doze. Precisamos solicitar ao CONFAZ a prorrogação do convênio para manter essa isenção vigorando. Também ele quer solicitar ao Ministério Público para incluir o Óleo Diesel destinado às áreas rurais. Portanto, ele não se nega a discutir, ele quer manter isso, já o material de construção é muito perigoso porque realmente estão construindo muitas casas com esse benefícios.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Vamos abrir espaço aos senhores Deputados para que suas perguntas. Gostaria, devido adiantado da hora, que as perguntas sejam objetivas, e as respostas mais ainda, com a palavra o senhor deputado Naldo da Loteria.

**O Senhor Deputado Naldo da Loteria** – Senhora Secretária, Presidente, Senhores Produtores, deputados, minha primeira pergunta é se hoje a Lei duzentos e quinze está suspensa.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Não, a Lei duzentos e quinze

não está suspensa, apenas o Decreto que acrescentou sem o respaldo do CONFAZ está suspenso, porque o Ministério Público está questionando, através de ação, tudo isso, está sob júdice e o Governador está negociar com ele para manter pelo menos o combustível até que possamos conseguir prorrogar no CONFAZ, incluindo esse produto.

**O Senhor Deputado Naldo da Loteria** – Então, hoje o produtor só não está tendo o benefício sobre o combustível e o material de construção, o resto continua normal?

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Tudo normal, (respondendo pergunta inaudível continuou) peça de reposição para tratores e equipamentos agropecuários, sim.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Não, vou lhe dar uma informação. Tive a oportunidade de ligar para o fiscal que está passando essas informações, se não estou enganado, o nome dele é Dinei da SEFAZ, pedi que ele entrasse em contato com a senhora, porque todas as informações que me foram passadas, como líder do governo, era que estavam suspensos apenas estes dois itens e os demais itens estavam liberados e todas as pessoas que foram fazer compras no comércio, segundo informações saídas da SEFAZ, é que está tudo suspenso, inclusive, eu cito um exemplo, arame farpado não é material de construção.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Arame farpado não é material de construção, e sim agropecuário.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Sim, mas essa informação não é a que a SEFAZ está passando para o comércio, este cidadão é um fiscal de lá, eu entrei em contato com ele, e a informação que ele me passou foi que tudo estava suspenso. Falei a ele que ele estava errado, e que o governador me passou informações junto aos produtores, então quero que você procure a doutora Marta que está aí na SEFAZ. Perguntei se poderia falar com a senhora, ele respondeu que não, pois a senhora estava em reunião naquele momento, e que iria falar com a senhora e me daria um retorno, mas não me deu esse retorno nem eu me identificando como Deputado, Líder do Governo, porque essa informação está sendo passada de dentro da SEFAZ para o Comércio.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – O Senhor lembra o Nome da pessoa?

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Acho que Dinei.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – A partir de amanhã, o secretário está retornando, vou conversar com ele para voltarmos a orientar essas empresas com relação a peças para manutenção de tratores, arame farpado, essas coisas, o que vamos fazer com arame farpado se não utilizar nessa matéria?

**O Senhor Deputado Naldo da Loteria** – Eu acho que a SEFAZ tem que fazer um memorando para distribuir no Comércio, para as cooperativas, para que tanto o Comércio como os produtores tenham conhecimento do Decreto que foi feito. Quanto á questão da Lei, é de grande importância para o Estado, os produtores daqui da Região Norte têm um custo maior, mas há muito desvio. Agora vamos ver de quem é a culpa. O governo é o primeiro porque não fiscaliza, as cooperativas também porque atestam os projetos, associam o produtor sem ele ser produtor, tem muita gente se beneficiando sem ser produtor. Então, quem está pagando o pato? O cara que produz está pagando o Pato, o cara que comprou material de construção, que vendia o óleo diesel, comprando dois, cinco mil litros por dia, ele não apenas deixou de ganhar. Acho que tem que haver uma investigação, essas pessoas têm que ser descadastradas das cooperativas e punidas, como devem ser punidas? Mesmo que sejam produtoras não podem mais fazer parte e entrar no cadastro de inadimplentes já que sonegou. Este Estado não vai para frente por causa disso, a agência de fomento, o Baner faliram por causa disso, emprestavam o dinheiro a aparentados, a indicados, ninguém pagou e ninguém cobra. E um produtor rural que quiser fazer um projeto sério para produzirem Roraima, vai lá na agência de fomento mas não tem recursos. Então, a SEFAZ tem que fiscalizar, tem que punir para que possamos fazer com que o produtor tenha o benefício, separando o joio do trigo, com certeza o governo vai poder ajudar bem mais o produtor rural. Era isso.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Com a Palavra o Senhor Deputado Brito Bezerra.

**O Senhor Deputado Brito Bezerra** –Boa- noite, senhor Presidente, senhora secretária, eu também tenho muito respeito pela senhora. Eu

sei que a senhora me achou um pouco enérgico aqui na primeira reunião, percebi que a senhora até me desconheceu em um determinado momento, é que tínhamos tantas informações, e se fazia necessário provocar algumas atitudes. Me perdoe, não é o meu perfil, eu sou muito tranquilo. Quero também cumprimentar todos do setor produtivo em nome do nosso amigo Agenor Faccio. Conversei com o Deputado Célio, fiz esse requerimento, solicitando um encontro nos para dirimir dúvidas quanto à duzentos e quinze. Mas, olha só, eu não tenho uma vaca, eu não tenho terra, só nas unhas, que eu cuido direitinho para não ficar tanta terra, é porque realmente eu entendo que o setor produtivo é prioridade total neste Estado. Em todas as campanhas políticas, sendo político ou não, todos sabem que o setor produtivo é prioridade, e a duzentos e quinze atende esse setor com alguns benefícios necessários para alavancar o setor. E diante da atual situação, eu me profitei para efetivarmos um encontro, visando dirimir essas dúvidas, e saber quando as providências vão ser tomadas para retomar esses benefícios, por isso estamos aqui. E quanto ao IPER, gostaria de dizer que eu também não sou servidor público, não contribuo, mas a minha preocupação real é com recurso do servidor público. Efim nesta reunião com o setor produtivo, como todo, que para gente crescer é assim. Mas, doutora Marta, na minha opinião, deveríamos dar uma celeridade nas providências, que o governo do estado deveria tomar medidas para retomar os benefícios da Lei duzentos e quinze, ao mesmo tempo, precisamos criar mecanismos junto às cooperativas que deverão ter um papel fundamental para que só aprove projetos viáveis, e se o produtor for realmente for utilizar o benefício da duzentos e quinze para a produção, senão vamos bater em ferro frio aqui, e vai colocar nosso nome em cheque e por aí vai. Estamos defendendo os produtores sérios, aqueles que compram diesel para caminhão de frete tem que ser cortado e pronto, aquele que compra material de construção como foi mostrado, aqui, tem que ser cortado e punido, ou tratamos com seriedade ou distratamos. Agradecemos a presença da senhora, seu pronunciamento foi bem esclarecedor, a nossa principal demanda é a celeridade para retomar os benefícios e criar mecanismos junto às cooperativas. Muito obrigado.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Senhor Deputado eu me comprometo em levar essa preocupação e esse pedido da classe, se possível, amanhã mesmo ao Senhor Governador e ao Senhor Secretário que retorna amanhã, para junto ao Ministério, pois ele já marcou audiência para tentar, antes mesmo da renovação do convênio do CONFAZ, manter esse material neste resto de exercício, no caso de equipamentos e peças. Amanhã mesmo eu falarei com o Senhor Secretário para encaminharmos ofício para empresas que vedem esse produtos, porque na realidade arame farpado e etc..., não estão suspensos. Acho que eles não entenderam o ofício.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Não é que eles não entenderam, Senhora secretária, não está correta. Eu conversei com esse cidadão, liguei vinte e um, vinte e um, noventa, noventa e seis, me botaram nesse outro telefone, eu falei com ele, eu fui uma das pessoas que compraram, falei para vendedora, que estava permanecendo, depois eu tive que cancelar minha nota e fazer tudo de novo, porque ele dentro da secretária confirmou, reinterou, e eu disse que ele, está errado, a informação que tenho é outra, garanti para vendedora que eu estava autorizado, que era líder do Governo e participei de uma reunião. Em seguida, ela me ligou passando o telefone, conversei com ele que insistiu na questão, já procurei outros comércios, e a mesma pessoa com as mesmas informações para outros vendedores.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Gostaria de dizer para nosso deputado Brito que estamos fiscalizando essa equipe de representantes da SEPLAN, porque o projeto inicia lá na Secretaria de Agricultura, porque são técnicos especializados da área, e os da SEFZ na área tributária. Encontramos realmente algumas irregularidades na região sul, mas digamos, noventa e nove por cento estavam produzindo, não sei se é certo ou errado, mas temos que modificar a Legislação de cadastro para resolver questões como: Em uma área existia uma fazenda que foi cadastrada da SEFAZ, e teve um benefício. Em seguida foram comprados mais lotes e teve início a criação de gado. Então é usado o benefício desse cadastro para beneficiar a ampliação. Acontece que o projeto inicial foi todo modificado, como e que vou calcular o combustível declarado? Temos que rever a Legislação de inscrição para ver se, nesse caso, pode ser visto como um produtor só, com todos os direitos.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Com Palavra o senhor

Deputado Soldado Sampaio.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhora Secretária, eu não a conhecia pessoalmente, Senhores produtores, senhoras e senhores presentes, essa é uma Lei de suma importância, e se ela for bem aplicada, aliás, como muitas Leis, que temos no Brasil, se fossem bem aplicadas, teríamos hoje um país bem melhor. Acredito que o Legislador, quando aprovou essa Lei, estava preocupado com a situação do nosso Estado, onde oitenta por cento dos recursos dependem das transferências Federais. Estamos hoje à mercê do IPI e de uma crise internacional, e o Governo do Estado fica sem poder honrar seus compromissos, além, essa é uma questão política minha, da má administração pública do poucos recursos que temos, que, talvez, se bem aplicados o dano não seria tão grande como vem acontecendo hoje. A Senhora falou que repassou o duodécimo dos poderes, e ontem mesmo eu fiz um pronunciamento na imprensa. Dizendo que eu vejo aí o Governador numa saída justa, o Tribunal de Justiça pressionando Tribunal de Contas, Assembleia, Ministério Público, até com ameaças de cassação do Governador por não estar cumprindo com o repasse do duodécimo. Eu até declarei que voto pela cassação do Governador por vários motivos, não por esse. Essa pressão toda existe porque está mexendo com gente grande, quando atrasa o salários dos terceirizados, dos servidores da ponta da lança, enquanto dos servidores que ganham o salário mínimo, que não têm sua reposição integral ninguém chiava. Agora, mexeu com os poderes, talvez o governador está deixando o servidor do Executivo que ganha um salário mínimo ou dois para pagar dia dez, para privilegiar a Assembléia e o Tribunal de Contas. Infelizmente isso é regra. Agora, há pouco, ouvi uma conversa do Deputado Célio que fica bem claro o que está acontecendo com a duzentos e quinze, Temos bons produtores, é uma Lei que pode ajudar nosso Estado a crescer e fugir dessa dependência econômica das transferências Federais. Temos geração de renda e emprego, é isso que queremos. Mas, por outro lado, existe o jeito brasileiro de pessoas..., e aí cabe não só ao Governo mas à própria cooperativa fiscalizar e dizer: “Essa maçã podre aqui não serve na Cooperativa porque está causando prejuízo às maçãs. Essa é a questão, é um equívoco do atual governo em não construir políticas públicas em mesa redonda, com discussão. Eu tenho alertado e eu gostaria de ver com a Senhora qual a possibilidade da construção desse novo Decreto, dessa regulamentação, com a participação do Ministério Público, das cooperativas, ouvi-los para sairmos com uma redação e um entendimento que contemple, com compromisso por parte da cooperativa, aquele produtor que está investindo na ponta da lança. Acho que, se buscarmos essa construção, deixando claro e criando nessa regulamentação uma publicidade, mostrando onde fazenda tal, tem um projeto tal com reconhecimentos dos órgãos de fiscalização, para poder desfrutar dos benefícios da Lei duzentos e quinze em cima do que ela apresentou, e não como está hoje, conforme a Senhora citou. Exemplos carros de candidatos abastecendo e fazendo campanha eleitoral com carteirinha de um cooperativado, ou seja, há um desvio de finalidade e nós não podemos deixar de usar a Lei. Falo sempre na minha corporação, eu sou Policial Militar e lá nós não vamos tirar os policiais da rua por causa de um ou outro Militar que teve desvio de conduta que o penalize, afaste-o, puna, como deve ser, isso também valeria para ser aplicado na regulamentação da duzentos e quinze. Fica nossa sugestão para esse novo regulamento com a participação efetiva das cooperativas, assumindo responsabilidade na emissão das inscrições junto aos cooperados, e que haja uma publicidade maior do Projeto que cada empresário do Agronegócio teria que implantar durante o ano, buscando as isenções da duzentos e quinze. Essa a minha contribuição. Obrigado.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – O senhor falou bastante claro, entendi. A construção desse Decreto, vamos chamá-lo a quatro “a quatro mãos”. É o exercício da cidadania política, é muito importante. O problema, hoje, com a participação do Ministério Público, é juntar toda essa equipe, ele vai entender o anseio da classe e sua importância. Suponhamos que, se ele apenas fiscalizar a Lei, mas não conhecer a real situação...quer dizer, ele conhecendo é outra coisa, vou levar essa informação. E, em relação ao convênio de noventa e oito, antes da Lei, eu era representante da COPEP no CONFAZ, onde na oportunidade eu representava o Secretário e tive que trancar a pauta do CONFAZ, impedindo que São Paulo, vejam a minha audácia! No CONFAZ é unânime, se Roraima disser não, pode ser o menor Estado da Federação mas ele impede qualquer coisa para o Rio, São Paulo. Eu tive que trancar a pauta para podermos conseguir e mostrar que Roraima era

um Estado pequeno e necessitava. Naquela época houve o Incêndio, então esse convênio surgiu em razão daquele incêndio que assolou nossas florestas, e só valia por seis meses. Mas fomos prorrogando e prorrogando, fomos à luta para prorrogar de novo. Tive uma participação muito ativa, briguei muito por isso, não sou eu que quero tirar, o que queremos é ordenar, e as cooperativas seriam a mola mestra, cassamos três pessoas que venderam a empresa e foram embora. O cara achou ruim porque estava dando a sua carteirada comprando um absurdo de coisas. Comunicamos a ele oficialmente que estava sendo cancelado, enquanto o novo empresário que vier a fazer seu cadastro, não terá impedimento nenhum.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Com a Palavra o Senhor Deputado Erci de Moraes.

**O Senhor Deputado Erci de Moraes** – Bem, eu participei da reunião com o Governador e os empresários, onde emiti minha opinião que não muda muito do que vou dizer agora. A lei duzentos e quinze e do século passado, é de noventa e oito que sofreu só uma alteração, através da Lei três nove, de trinta de setembro de dois mil e três, que era para colocar cooperativas e associações que não tinham sido incluídas, Era uma Lei meio genérica, ficou para o governador à época regulamentar-la aí saiu um Decreto, e foi uma confusão, as mudanças estão focadas no Decreto, e não na Lei. Eu estranhei porque se pediu, acho que foi o representante da Cooperarce, Senhor José Lopes, falou que o Decreto estaria modificando a Lei duzentos e quinze. Estranhei porque um Decreto jamais poderia modificar uma Lei, e na realidade não modificou, na regulamentação ampliou bastante o que não era explícito na Lei, e nos não temos que acabar, mas definir isso claramente para que não reste dúvida. Portanto, temos que fazer isso a quatro ou seis mãos se for o caso. O Governo Executivo, o Poder Legislativo, os Produtores interessados a participar para uma solução, porque a sacanagem existe, minha gente. No que diz respeito a material de construção, se compra container de Formosa da China, de material de construção para revender aqui sem nota fiscal. Eu fui vítima disto, quando fui pedir a nota fiscal, não tinha, só tinha recibo. Sobre o combustível, a senhora secretária deixou explicado, o governador quer preservar o combustível, mas quando penso em quando penso em combustível, penso cem por cento em Diesel, quanto à gasolina deixo uma interrogação, pois entendo que é muito mais para carro urbano.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Hoje, só é Diesel.

**O Senhor Deputado Erci de Moraes** – Então já é um avanço.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Hoje, gasolina não é um problema porque quem usa é o pequeno em suas bombinhas e não deveria ser tirado, porque quem usa é quem tem moto.

**O Senhor Deputado Erci de Moraes** – Mas a Marta está explicando que só está valendo o Diesel, o certo nisso é que o Estado, representando a sociedade, não pode abrir mão de controlar essa situação, e os senhores produtores também não. Eu sei que não é a maioria, mas é uma minoria ativa e audaciosa, e que, em função dessa ação, prejudica os que querem produzir, progredir são empreendedores e querem o bem deste Estado. O senhor José Lopes falou naquele dia que a Lei duzentos e quinze era tão importante que a comparou com a lei da Zona Franca de Manaus, mas é uma comparação que não podemos entrar nesse particular isto é, considerar este estado miserável, pobrezinho comprar com a Nação com o Estado Brasileiro, porque os bilhões e bilhões são quase trilhões de recursos que o governo tem colocado na Zona Franca de Manaus para se restringir ao desenvolvimento da capital, enquanto o interior continua como dantes, nenhum melhoria se propagou por lá com todos esses investimentos, e aqui temos uma preocupação inversa, esse incentivo tem que ser defendido tanto por nós parlamentares, quanto pelos produtores, o Executivo, mas de forma que ele seja fiscalizado, rigorosamente, e canalizado para os que efetivamente querem produzir. Isso, no meu entender. A moral da história, é essa fiscalização, senhora secretária, tem que ser feita, não só pela SEFAZ, mas com a participação do técnicos da Secretaria de agricultura que podem chegar em uma propriedade e interagir com os produtores rurais, para rapidamente dar um aval sobre o que uma propriedade rural precisa demandar em média por mês e estabelecer uma demanda média, permitindo que as pessoas trabalhem sem nenhuma preocupação. Quero dizer que ambos têm razão. Se por um lado, eu vejo produtores preocupados, pois essa suspensão traz prejuízos para alguns; por outro lado não podemos continuar enquanto Estado vem se arrastando com essa evasão de recursos tão escassa para favorecer uma atividade, quando precisamos tanto a redenção econômica de Roraima, que só virá pela atividade

agropecuária. Vocês sabem disso melhor que eu, eram essas minhas colocações. Obrigado.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Com a Palavra Deputado Gabriel Picanço, que é Estudante e não pode perder aula.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Obrigado, senhor Presidente, demais colegas, pecuaristas e produtores e Doutora Marta. Como o Doutor Erci e o Deputado Célio falaram sobre óleo Diesel e gasolina, eu me refiro ao que a senhora e o Deputado Célio se referiram ao arame farpado eu pergunto se o arame liso faz parte, peças de Máquinas e peças de veículos?

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Quanto a veículos, no momento, é meio complicado, porque foram detectadas duas oficinas mecânicas comprando todas as peças de reposição com cartão de produtor rural.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Mas nesses casos tem que ser descredenciados e punidos com mais rigor.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Sim, mas no caso a oficina é contribuinte só do ISS e eu vou descredenciá-la de onde? temos que descredenciar o produtor que entregou.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Claro, o produtor que entregou.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Foi descredenciado, mas, enquanto isso, essa oficina já ganhou muito dinheiro nas costas do Estado e que ela não trabalhe para alguma secretaria, e o Estado pagando duas vezes para ela.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Só para reafirmar o que o Deputado Célio falou, sobre o fiscal desinformado. Semana passada presenciei na Nordiesel um rapaz que recebeu uma ligação que não poderia mais vender peça nenhuma de reposição porque esse convênio tinha sido cancelado. Por isso, pedimos à senhora, como secretária, que seja divulgado em jornais ou mesmo em cooperativas, especificando documento os produtos que foram descredenciados, e os que estão valendo. O setor produtivo, como o Doutor Erci falou, é a única esperança em nosso Estado, a curto prazo, não existe outro meio de desenvolver o Estado. Então é para ele que temos que dar toda credibilidade, e pedimos aos produtores que nos ajudem a fiscalizar, como disse o Deputado Soldado Sampaio, que não é por um que vamos envolver todos na ilegalidade. Estamos prontos para dar apoio à senhora, ao governo, mas também queremos apoio deles porque é de interesse nosso, viemos para o Estado para crescer, já que tivemos nossa oportunidade aqui, vamos dar oportunidade aos nossos filhos, filhos do Estado e que querem crescer. Então conte conosco como parlamentares. Hoje estou como Presidente da Comissão de Agricultura aqui na Assembleia, que todos contem conosco para o que for preciso para formar parceria, e visando alavancar a produção deste Estado. Obrigado, boa-noite.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana** – Agradeço as palavras do senhor Deputado colocadas de forma muito especial, e me comprometo levar todas informações e o manifesto desejo de elaborar esse Decreto “a quatro mãos” ao senhor Secretário que logicamente encaminhará ao senhor Governador. Assim como, de imediato, encaminhar ofício à cooperativa e para aquelas empresas que forneceram temos a relação de cada tipo de produto. Neste sentido, perco muito sábado, conferindo item por item, calculando nota se foi colocado o percentual certo eu que estar errado eu corrijo e mando refazer, então minha responsabilidade em assinar, o tributo do combustível do amazonas é pago, quando o Posto recebe aqui ele já pagou ao preço da bomba, quando ele vende para o produtor ele quer os dezessete por cento que ele já pagou. Essa é a complicação. Na venda de um trator, caso ele não pagou na entrada, ele, em vez de devolver, desconta na nota o valor do ICMS que ele pagaria ao Estado. Nesse caso é mais simples porque o produtor paga só a diferença, e o Estado não interfere no desembolso, somente mais tarde na fiscalização é que o Estado observa se o cálculo foi feito de forma correta. Eu me comprometo em observar se temos condições de preparar um ofício ainda esta semana, antecipando essa parte do arame farpado, só que preciso de uma autorização do Ministério Público, não para alterar o Decreto porque já está acordado com o Governador sobre como vai ser. E para agilizar essa parte de peças e equipamentos, porque eu acredito que não adianta isentar o trator e sua reposição, pois acho que tem uma certa lógica nessa reivindicação, vou levar essa preocupação dos senhores.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – em relação ao caminhão

também, doutora Marta, porque os produtores usam muito camionetes pesadas.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** Fica muito difícil realmente um técnico tributarista conversar com um político nesse sentido. Eu separei uma equipe de fiscais, muito contrariados, e os coloquei em alguns postos. A maioria dos empresários tem a camionete, realmente, conforme se observa trabalha na fazenda. Mas, em seguida, vem sua esposa abastece o carro, depois seu filho, que é universitário, algumas famílias a gente conhece. Então, os fiscais ficaram apavorados, dizendo que se faz fila: vem filho, a filha umas dez pessoas com a mesma carteira, todo mundo agora só compra carro a DIESEL. Fica complicado. Não podemos ter um fiscal em cada posto, é a consciência da Cooperativa e do Empresário, se ele quer esse benefício, que ele ajude também.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Vamos franquear a palavra aos senhores produtores. Peço, que pelo adiantado da hora que as pessoas sejam bem sucintas. Peço-lhe desculpas porque a senhora foi convocada para às quinze horas, e a senhora antes foi poupada porque todos também queriam lhe fazer perguntas.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley-** Com a Palavra o Senhor Lineu, representante da COOPERFAR.

**O Senhor Lineu, representante da COOPERFAR-** Boa-Noite a todos os presentes. Sou presidente de uma cooperativa. Percebo, as vezes, que alguns produtores saem de lá um pouco chateados comigo por causa dos problemas da Lei duzentos e quinze. Os sócios só adquirem benefícios depois que apresentam trazem para mim um orçamento sobre o que ele quer comprar. A cooperativa não dá a carteira para ele sair comprando o que ele bem quer. Nossa cooperativa não funciona desse jeito. Isso chega até a engessar um pouco, mas para mim é mais viável engessar do que fazer a coisa como foi falado aqui, tem a peça da camionete? Tá certo. Tem o Pneu da Camionete? Tá certo. Às vezes, quando chega projeto de produtor para ser assinado eu procuro saber quem é o produtor. Dentro da cooperativa está sendo criado um departamento para fiscalizar aqueles produtores que nós não conhecemos. Faço questão de fiscalizar para saber se o projeto que ele trazendo para eu assinar é compatível com o que ele vai fazer na fazenda ou no seu lote. Não saio assinando qualquer tipo de documento assim, não. Sou meio rígido com isso, e às vezes chego até a engessar algumas coisas. Obrigado.

**O Senhor Presidente Célio Wanderley** – Com a palavra o Senhor Genor Luis Faccio – AARR.

**O Senhor Genor Luis Faccio-** AARR – Boa-noite senhor presidente, demais deputados, doutora Marta, conheço sua posição e ela também conhece a minha já há muito tempo. Mas, tanto nesta reunião como a que tivemos com o senhor Governador, ficou bem claro que o Estado precisa arrecadar, e sem dúvida ninguém é contra o Estado, precisa arrecadar. Anotei alguns itens, a Lei duzentos e quinze tras benefícios, mas para nós os produtores não é o principal. O principal benefício que eu vejo na Lei duzentos e quinze é atrair novos produtores para o desenvolvimento do Estado. O produtor que vem de fora faz duas perguntas, qual é o preço da terra? Qual é o preço do óleo diesel? Ele precisa saber isso porque na hora de produzir ele sabe que o óleo diesel tem uma importância muito grande dentro do trabalho em sua propriedade. A questão do óleo diesel tem que ser bastante estudada. É lamentável que isso tenha acontecido agora que tem chegado bastante produtor de fora para conhecer o Estado em virtude dos melhores preços da soja. O pessoal que está acompanhando o mercado chega aqui questionando o benefício que temos aqui. Respondemos que temos o benefício da lei duzentos e quinze. Mas dizem eles, que já foi cortado parte do benefício. Essa fofoca corre, e corre ligeiro. Acho que o Governo precisa correr para corrigir esse problema. Sobre a questão do desvio, doutora Marta, nós, como produtores de arroz, compramos muito óleo diesel, somos os que mais consomem óleo diesel em virtude da irrigação. Agora, o Afrânio que também tem irrigação no verão, mas nenhum produtor tem empresa de terraplanagem. Acho que tem que ser fiscalizado, o governo tem o poder para fiscalizar e qualquer coisa que ele perceba irregularidade deve ser cortado imediatamente o benefício desse produtor. O Ministério Público deveria fiscalizar o produtor que está desviando, e não cortar a Lei, fiscalizar pontual. Essa é a função do Ministério Público. Sobre arame farpado ou arame liso, peça de carro, peça de trator, é muito pequeno para ser discutido, é muito simples, temos um projeto é só segui-lo. Se o produtor tem uma camionete inscrita no seu projeto, ele libera a peça para camionete, mas liberar para o Corolla, é muito simples, é só seguir o

projeto. E sobre a questão do material de construção não adianta se esconder, a maioria das casas das fazendas dos produtores são cobertas com palha de buriti, com paredes de adobe. O nosso estado está em construção, temos que liberar cimento, ferro, vigas, telhas, pois hoje é proibido tirar madeira. Se tirarmos madeira no mato, o IBAMA vem, e crã na gente, aí vamos comprar ferro, e não temos benefício. Então, o produtor vai ter que viver em uma palhoça a vida toda. E preciso que seja bem estudada a questão do material de construção.

**O Produtor Rural Denílson Spies-** Vem a parte prática. O Agenor Faccio foi fiscalizado este ano, acho que é benéfico, inclusive, mais do que uma vez por ano. Em relação à área, hoje é muito simples, existe um GPS de mata que se rodeia e mede quantos hectares estão plantados. Se no Projeto falei que plantei 2 mil hectares, mas só plantei mil, então não tenho direito àquele tanto de óleo diesel, na questão de autopeças, se descreve a frota; e na questão de outros insumos da mesma forma. Etão tem uma programação por hectare, de acordo com um projeto, não pode ser assim de qualquer jeito; para agilizar o trabalho, tem que ser digitalizado, aí chegam as notas fiscais, são confronta das com as informações fornecidas, não tem que acobertar nada. Se estiver errado tem que ser punido; se tiver algo em dúvida chama-se o produtor. Existem os nossos dados, intima-se para comparecer em tantos dias, por causa do benefício, tem que se explicar o que está acontecendo e o que estiver de irregular na fazenda, corta-se o benefício. Na questão de abastecer caminhões, deve ser alguém para fazer desaforo. O óleo diesel em Manaus é mais barato do que o nosso isento aqui. É importante para nós, estamos comprando bastante óleo diesel. É na época em que param as chuvas, vem a irrigação, o local de armazenamento tem capacidade para 30 mil litros, vou estar consumindo 6 mil litros por mês, só que eu compro semanalmente, os técnicos podem constatar isso na questão de motores e geração de energia.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** Na parte de fiscalização, além de complicado, por isso que é bom um técnico da agricultura, mas só para ter uma ideia que não é fácil, é preciso que a pessoa tenha muito interesse nisso. Hoje o trabalho do fiscal é praticamente eletrônico tudo é feito com um programa que analisa tudo. O fiscal não gosta de ir para fazenda. Houve um caso complicado, relacionado a um produtor que comprou sete pneus para camionete, fomos fiscalizar, estava tudo errado, o produtor estava produzindo, eu corto o benefício dele? Não é fácil. Tenho medo de auditoria do Tribunal de Contas etc...., chamei e perguntei o porquê dos benefícios não estarem corretos, ele contou a maior historia.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Em função do tempo, acho que esgotamos as perguntas.

**O Senhor Disney Barreto Cooperado da COOPERCARNE-** Na questão da isenção, falada no início, que a Lei nº 215 está contemplando todos os benefícios. Na verdade, os benefícios que tínhamos contemplado, através do decreto seria o combustível e o material de construção. Os outros são isentos por lei federal. O sal, medicamento, através do Estado, portanto não estamos tendo nenhum incentivo ao benefício.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** Na realidade, essas isenções são concedidas através do CONFAZ, é necessário que Roraima esteja presente e seja signatário, senão fica proibida de dar essa isenção. A Lei é por força do CONFAZ, inclusive vamos batalhar para trancar a pauta para conseguir a isenção de óleo diesel.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio-** Quando sugeri a construção da regulamentação da Lei nº 215 com a participação das Cooperativas, vimos que a cooperativa tem que se responsabilizar pelos seus cooperados e construir um termo de conduta entre o Governo e Ministério Público, constatar que o acordo é do cooperativado, se constatar que a cooperativa é conivente com a atitude do cooperativado exclui o cooperativado e a cooperativa. Quando você monta as regras com participação de todos, todos são responsáveis.

**A Senhora Secretária Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** Achei essa ideia magnífica, nós vamos levar a sua preocupação e essa sugestão. Solicitando que, quando for trabalhar esse novo decreto, façam nessa parceria. Considero importantíssimo. Então, quanto o CONFAZ, como eu já falei, seja por unanimidade para se gente conseguir essa isenção nominal do combustível no CONFAZ é muito difícil, talvez seja melhor tentar continuar aqui com um decreto à revelia do CONFAZ. Outra coisa, como eu me preocupo muito com isso, já conversei com vários Estados, todo o produtor rural tem benefício de todos esses produtos concedidos através dos Estados, não tem nenhuma lei Federal

concedendo isenção de ICMS, nem é porque a constituição proíbe isso. Então o que que acontece? Material de construção nada, é zero em todo o Estado ninguém dá esse benefício, pelo menos foi a informação que me passaram. Agora se você usa arame liso, arame farpado, botas até pro peão, até isso pode comprar porque na realidade você não vai, nem sua filha sua esposa, vai comprar uma bota dessas nem você vai andar na cidade de botas, é o óbvio até, não é? A sua colocação com relação ao que estão falando frequentemente aí sobre questão do material de construção. O material de construção que nós estamos reivindicando ou falando, não se trata de vaso sanitário, não é nada disso, não é uma cerâmica. Mas o que nós estamos reivindicando é material tipo estrutura metálica, telhas como as que se usam em fazenda, eventualmente nós usamos talvez o benefício pra comprar algum material, so mas basicamente é essa a estrutura metálica: ferro, cimento, telha. Eu não falo nem nas telhinhas de brasilite, não são telhas metálicas, galvanizadas, coisa grande. Então, chapa de ferro pra fazer nossas estruturas de tubulação, balsas pra gente poder fazer os flutuantes para áreas de irrigação, enfim esse tipo de material. Jamais estamos reivindicando coisinhas primárias.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Seria muito fácil de resolver, se cada um tivesse no projeto. Tu vai fazer o teu projeto, deve colocar lá teu balcão, deve constar no teu projeto cada coisa, especificar os itens. Você não pode chegar no comércio, chegar lá na Brasferro, e comprar o que você bem queira, entendeu? Necessariamente, você precisa comprar, então deve ir lá na tua cooperativa, pegar a licença, só precisa comprar. Agora, por exemplo, quando se fala de material de construção, temos que tirar o chapéu, é que em Roraima, estão construindo Roraima, casas boas, na sua maioria, não é casa do Programa Minha Casa Minha Gente, não. A grande maioria é material com isenção das corporativas. Mas esses não estão presentes nesta reunião. A chei interessante uma colocação do Deputado Sampaio, que não se pode tirar todo o quartel da rua por causa de uma transgressão, que um elemento cometeu, tá? Então, tudo que foi dito aqui com relação ao projeto, a fiscalização, isso já existe, gente. Nós só conseguimos comprar o que está no projeto, as cooperativas só emitem autorização para que o que conste no projeto desde o ano passado, atrasado. Isso já existe, a fiscalização já foi na minha propriedade, eles viram o meu tanque de combustível, também o tamanho do meu motor, eles identificar inclusive, o quanto que ele consumia, e quantos meses do ano que eu o uso. Então, eu me sinto muito prejudicado com relação a isso, de cortarem, quer dizer, tirarem todo o quartel da rua por causa de um ou outro elemento, mas não quer dizer que o Estado não esteja fiscalizando, ele está, talvez esteja deixando só os maus de lado. Mas é muito fácil identificar quem são os que usam corretamente, estes pois, não deveriam ser enquadrados nessa forma generalizada, os que prejudicam muito o Estado, conforme o Genor citou aqui.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** Alguns foram suspensos, até que ele se regularize, a carteirinha dele tá suspensa e a gente informa pra cooperativa que tá suspensa e eles estão se regularizando.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Mas quando ele fez isso e a Secretaria de Fazenda entrou a irregularidade deveria denunciar ele, não era suspender a carteirinha, deveria denunciar ele exatamente a polícia, a justiça já que ele está cometendo um crime contra o Estado deveria acionar o Ministério Público exatamente para que as providências sejam tomadas contra esse cidadão. É que nem o cara pega faz o financiamento, aí o pobre trabalha pra pagar e depois vem o governo federal e dá anistia. E o Cara que pagou, como é que ficou? Devolve o dinheiro? Não devolve! É a mesma coisa que eu vejo aí, eu acho que do momento em que a secretaria detectou alguns casos, a Secretaria devia ter chamado a polícia.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** Acho muito válido, mas esse trabalho de fiscalização que é muito difícil, estamos fazendo de acordo com a disponibilidade dos colegas. A respeito desse assunto, a cooperativa ao acender a declaração para o produtor adquirir essa mercadoria com isenção, ele já foi, in loco, e verificou que o produtor tem intenção de plantar, ou já está plantando, ao contrário de algumas cooperativas, conforme provamos que o empresário já não está mais nem aqui, já tinha ido embora, enquanto o cara comprando há vários anos com a carteria sem que o dono tivesse ciência, como pode dar essa autorização. É erro da cooperativa muito grande, nesse documento, aí as cooperativas deveriam se responsabilizar, inclusive, a cada seis meses ou todo ano deveria dar uma declaração para SEFAZ, dizendo

que tal empresa continua produzindo, para manter, me desculpe, se formos discutir vai longe. Não gosto falar sobre o que não conheço. Acho que só discuto aquilo que conheço. Verifiquei que o rapaz da cooperativa me disse que os projetos de 2009, 2010 e 2011 e só contra o C e contra V, não mexeu com gado. Não nasceu um bezerro não fez nada, que área é essa? Se plantou tantos hectares de produto X, e não produziu nada, mas tudo é copiado, são apresentados do jeito que está. Então o Projeto não condiz com a realidade.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Então a cooperativa não devia aprovar, é conveniente.

**A Senhora Secretaria Adjunta da Secretária da Fazenda-SEFAZ, Marta Maria de Santana-** A cooperativa tem que ter essa responsabilidade, porque, afinal, o associado é dela. Acho importante que se responsabilizem por suas informações.

**O Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley-** Agradeço a presença de todos, da Secretária Adjunta da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima, **Marta Maria Santana**. Agradeço a presença dos Deputados remanescentes que ficaram aqui Obrigado. **Encerramento:** O Senhor Presidente, agradeceu a Deus e a todos. E, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Edelvânia Silva de Oliveira, secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

**Célio Wanderley**

Presidente

Aprovada em: 17/12/12

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 018/12, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2012 – PARA ARGUIÇÃO DO SENHOR TYRONE MOURÃO PEREIRA E DELIBERAÇÃO DO PARECER CONCLUSIVO**

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às quinze horas e dez minutos, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução n.º 018, de 10 de outubro de 2012, destinada a arguir o Senhor Tyrone Mourão Pereira, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado. Indicado pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o Cargo de Procurador Geral do Estado de Roraima, conforme Mensagem Governamental n.º 038 de 11 de setembro do corrente, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

**I – ABERTURA DA REUNIÃO**

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão, que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**II – LEITURA DA ATA**

O Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira** – Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Deixamos de fazer a leitura da Ata da Sessão anterior, devido a mesma ser de conhecimento de todos os Deputados. Colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação, informo que a Ata foi aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

**III – EXPEDIENTE (Não houve)**

**IV – ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Comunico aos Senhores Deputados membros desta Comissão que o objetivo da reunião é realizar a arguição do Senhor **Tyrone Mourão Pereira**, indicado pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o cargo de Procurador Geral do Estado de Roraima. Solicito ao Senhor Relator desta Comissão, **Deputado Chicão da Silveira**, que proceda à leitura da Ficha de Identificação do Senhor **Tyrone Mourão Pereira**.

O Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira** – Nome: Tyrone Mourão Pereira; Registro Geral:1922528 CRC/GO; CPF: 53060946191; Filiação: Tyrone José Pereira e Miracy Mourão Pereira; Data de nascimento: 23/08/1977; Profissão: Procurador; Nacionalidade: Brasileiro; Naturalidade: Goiás; Estado civil: casado,

Endereço residencial: Rua: José Celestino da Luz, 261, Quadra 510, Caçari. Essa é a identificação do Procurador-Geral do Estado de Roraima, Senhor Tyrone Mourão Pereira, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Neste momento passamos a palavra ao Senhor Tyrone Mourão Pereira, para suas considerações iniciais, onde na oportunidade, Vossa Excelência poderá falar sobre suas metas à frente da Procuradoria-Geral do Estado.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** - Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde Senhores Membros integrantes desta Comissão. Gostaria de dizer que pra mim é uma honra estar aqui na Assembleia para ser sabatinado para ocupar o Cargo de Procurador-Geral do Estado, carreira a qual eu realmente escolhi e pretendo ficar até me aposentar. E com relação à Procuradoria, as metas são várias. Muitos programas, projetos. Mas o que tenho em mente são 2 (dois) pontos principais, na verdade, 3 (três) pontos, questão da agilidade dos processos administrativos. Estamos trabalhando desde que assumi como Adjunto, juntamente com o Doutor Venilson, a agilidade dos processos, para que o processo atinja seu objetivo que é chegar ao final. Então, temos trabalhado com alguns Ofícios Padrões de instrução processual, para que venha o processo devidamente instruído, para agilizar a análise na Procuradoria. Outro projeto nosso é em relação à Dívida Ativa, objetivando aumento da arrecadação da Dívida Ativa. Temos trabalhado a criação de um módulo da Dívida Ativa na Procuradoria, porque atualmente nosso sistema é da SEFAZ, que vai para a Procuradoria, então é um pleito nosso que temos tentado desenvolver. A nossa grande dificuldade hoje na Procuradoria, primeiramente é localizar o devedor e depois localizar os bens do devedor, então nesse sentido, esse ano, já depois que assumi como Procurador-Geral Interino, já firmamos um termo de cooperação com o Cartório de Registro, hoje já fazemos essa comunicação via e-mail. Então tem uma agilidade maior nessa questão de localização dos bens dos contribuintes. E a questão fundiária do Estado, que temos trabalhado junto à Procuradoria Imobiliária, é participar de uma atuação mais presente nesse sentido. Eram essas as considerações, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Antes de abrir espaço para os demais Membros da Comissão, eu quero externar ao Dr. Tyrone, a satisfação em recebê-lo, dizer que conhecemos seu trabalho já há algum tempo, e também do Dr. Ernani, também do Dr. Temair, o qual já trabalhamos juntos na Secretaria de Segurança Pública do Estado, onde o mesmo era Delegado Titular de Pacaraima, dizer que estamos aqui para cumprir com nossa missão constitucional de arguir, sabatinar nos termos da Legislação, aquelas pessoas indicadas pelo Chefe do Poder Executivo para cargos importantes do Estado e a PGE-RR – Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, é um Órgão muito importante para o Governo, dá norte ao Executivo, mostrando o norte que tem que seguir e também defende o Estado nas questões em que o cidadão busca uma tutela jurisdicional. Abriremos espaço agora para os demais Deputados que queiram fazer algum questionamento que acharem necessário.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Boa tarde. Um jovem Procurador, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Estado, isso é bom para Roraima, uma nova visão. Mas eu gostaria de fazer duas perguntas: Os recursos do fundo que vocês recebem, que a Procuradoria recebe, em sua gestão, como será administrado e onde será aplicado o recurso do Fundo? A outra pergunta se refere aos Membros da Procuradoria, foi sancionada a Lei aqui, onde os Procuradores não podem exercer o direito na área privada, há uma interrogação, Dr. Tyrone, uns alegam que falta procurador e que tem que se fazer um novo concurso, mas se os procuradores estão trabalhando na área privada, significa dizer que há tempo e não há a necessidade de um novo concurso público. Mas quero me ater ao seguinte: na Assembleia, foi sancionada a proibição de exercer a advocacia na área privada, gostaria de saber como está e como vai ficar. Seriam estas duas perguntas.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Respondendo à primeira pergunta, sobre os recursos do Fundo existe uma Lei, que é a nº 484, ela regula o Fundo, então tanto as receitas quanto as despesas só podemos fazer de acordo com o que está na Lei do Fundo, por exemplo: pagamento de estagiários, móveis para podermos estruturar a Procuradoria (*inaudível*), a prioridade é a estruturação da Procuradoria. Lembrando que não é uma decisão somente do Procurador-Geral, o Procurador-Geral é o ordenador de despesas juntamente com o Coordenador Fiscal, essas metas são fixadas

pelo Conselho de Procuradores, então temos trabalhado em cima de um planejamento estratégico, mas a definição é pelo Conselho de Procuradores. Com relação à advocacia, após a sanção, na verdade a publicação da Lei, os Procuradores que atualmente estão advogando, exercendo advocacia privada, é porque conseguiram liminar na justiça. Então, salvo engano, acho que foram 3 (três) Procuradores. A questão da advocacia, acho que em 20 (vinte) estados, os Procuradores podem exercer a advocacia privada sendo Procuradores, pelo que já conversamos com outros Procuradores-Gerais, quando tem uma melhoria, são poucos Procuradores que advogam. Aqui em Roraima, se tirarmos cinco ou seis Procuradores que advogavam, a média é mais ou menos essa, de trinta e nove Procuradores.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Há denúncias de que Procuradores estão exercendo e nós desconhecemos essa liminar que foi conseguida. E outra coisa: na maioria dos estados que ele cita, os salários são mais baixos que os daqui, nosso Estado é pequeno, carece de empregos, o P.I.B. – Produto Interno Bruto maior aqui é o Estado: 52% (cinquenta e dois por cento) e um salário como o de Procurador, que é um dos maiores salários do Estado, não justifica estar fazendo iniciativa privada, então é diferente, por exemplo, de um estado como o Rio de Janeiro, como Pernambuco, que tem uma receita grande, que tem um Parque Industrial que sustenta. Aqui o P.I.B. é o Estado. Nós não temos essa liminar que foi expedida, e o salário daqui é um dos melhores do país em relação à Procurador do Estado, eu procurei pesquisar.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Respondendo a pergunta do Senhor, na verdade, a Lei está sendo cumprida, salvo aqueles Procuradores, que conseguiram liminar na justiça, estão advogando.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Quero registrar a presença do Senhor Deputado, **Marcelo Natanael**, Membro desta Comissão.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais colegas Deputados Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Joaquim Ruiz e Marcelo Natanael. Dr. Tyrone, Dr. Temair, boa tarde também. Quero dizer que fico feliz em participar desta Comissão. De ante mão quero lhe desejar toda boa sorte do mundo à frente desse cargo. Hoje somos vice-líder da oposição, temos com clareza enquanto oposição que seu nome é um nome técnico. Vem só valorizar. Alguém da base, não me recorde quem, me pediu apoio. Eu indaguei se era de carreira e me responderam quem sim. Então, já tem nosso apoio. Mas não é por ter nosso apoio que devemos deixar de proceder alguns questionamentos. Senhor Procurador, eu recebi várias perguntas na questão do direito, de o Procurador advogar na iniciativa privada, isso foi motivo de debate nesta Casa, eu tenho a posição de que altos salários não quebram um estado, não quebram um município, não quebram uma nação, o problema em nosso país, em nosso Estado, não é o salário, pelo contrário, bons salários é o resultado de bons serviços para a sociedade. Eu fico feliz pelo salário, gostaria que outras Carreiras tivessem o mesmo salário que vocês Procuradores tem, Defensores, Ministério Público está equivalente. Os Delegados estão almejando isso também, o nosso Oficial da Polícia Militar, nossos Praças, professores também deveriam ter um bom salário. Sabemos que o Estado tem dificuldades financeiras em cumprir esses salários como gostaria, mas, a minha maior preocupação é diante da importância que tem seu cargo, que é assessorar o Senhor Governador, em orientar juridicamente. Perguntei agora há pouco ao nobre Procurador, por que não poderia ser mandato o cargo de Procurador-Geral do Estado, ter uma independência, se posicionar junto ao Chefe do Poder Executivo em cima daquilo que estabelece a lei. Sabemos que um Estado pequeno como o nosso, onde o Juiz é amigo do Procurador, o Procurador é amigo do Promotor de Justiça, que por sua vez é amigo do Deputado, que por sua vez é compadre do Governador e assim vai. Então, infelizmente, um Estado com a dimensão de São Paulo, lá a possibilidade de um Procurador nem conhecer um Parlamentar ou vice-versa é grande, aqui não, e nós não podemos fugir dessa influência. Temos percebido, Senhor Procurador, o Estado tomando alguns rumos onde é preciso orientação, um exemplo é o atraso do duodécimo dos Poderes, Governador nenhum, com sua sensatez jamais faria isso, ele teria de antemão, a Procuradoria, a primeira a alertá-lo: olha, por aí não, está descumprindo a Constituição, descumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, a Lei Orçamentária Anual - LOA. Então minha pergunta é essa: Vossa Excelência hoje tem essa independência, mesmo sendo um Cargo nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, Vossa Excelência tem essa independência política de se posicionar a favor ou contra aquilo que o Governador encaminha? As demandas do

Estado vão precisar do Parecer da PGE-RR? Não sei se Vossa Excelência entendeu meu questionamento.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Na realidade, seria uma independência, obviamente que o Cargo de Procurador-Geral do Estado é uma indicação do Governador, mas as atuações são técnicas, quer dizer, politicamente, a decisão final, é do Governador, a decisão não é do Procurador-Geral, a decisão não é de um Secretário de Estado, mas o Senhor pode ter certeza de que todos os questionamentos que chegam à Procuradoria, tecnicamente eles são levados ao Governador, o Chefe do Poder Executivo. Aí a decisão política é do Governador, mesmo porque a Procuradoria é um Órgão preventivo, então, nós devemos não só fazer essa prevenção de futuras ações em desfavor do Governador quanto de qualquer Secretário. Então nós estamos lá para essa segurança jurídica, as nossas manifestações não são vinculativas, então um Parecer não vincula um Secretário de Estado, não vincula o Governador, chegou um Parecer, um Secretário discorda, quer agir de uma outra maneira, ele pode fundamentar e decidir de uma maneira diversa, mesmo porque é uma gestão e naquela gestão dele não temos essa vinculação. Há algumas Procuradorias, eu estive recentemente no Encontro Nacional do Colégio de Procuradores-Gerais de Estado do Distrito Federal, que iniciaram já um trabalho dessa vinculação, mas sem ter nenhum tipo de sanção, sem ter a manifestação do Governador, são recomendações. O que acontece: um Parecer emitido pelo Procurador-Geral, ele vincula internamente à Procuradoria, o Parecer aprovado pelo Governador, ele vincula toda a Administração. Aí é um Parecer vinculante, tem os efeitos normativos, então esse Parecer vincula toda Administração. O Parecer da Procuradoria em si com o Governador ou com o Secretário de Estado sendo Administração Direta ou Indireta, se não tiver aprovação do Governador, ele não tem esse efeito vinculante.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado. Entendi. Imaginava que a resposta era essa mesma, que o papel da PGE-RR é esse, cabe à decisão política do Chefe do Poder Executivo ou do Secretário assumir ou não a recomendação dada pela PGE-RR dentro da legalidade, e aí o Secretário ou o Chefe do Poder Executivo, arca com a responsabilidade, mas, fica minha preocupação. Eu torço para que a PGE-RR se mantenha e acredite que, pela sua juventude e início de carreira, vai ter toda independência juntamente com os demais colegas para se posicionar dentro da legalidade. É isso que esperamos porque Governador sai, Governador entra e os Senhores continuam lá defendendo o Estado.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Só queria ressaltar um projeto que é o PGE Sustentável, que desde que assumi tenho tentado implementar para que a Procuradoria fosse o primeiro Órgão a conseguir, desenvolver esse projeto para as demais Secretarias. Qualquer tipo de economia hoje é bem-vindo, estamos lá para realizar defesa, emitir as manifestações nos processos administrativos, recuperar os créditos e também ter essa preocupação com os gastos. Então temos um Projeto piloto, já inicializamos pelo Gabinete, todos os documentos hoje são digitalizados, solicitações de Cartório, evita uso de gasolina, servidor, papel, que é justamente já com essa preocupação de economia.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Só uma outra pergunta, Senhor Presidente. Corrijam-me Senhores, operadores do Direito, se o termo técnico é esse, a sucumbência, é isso. Quando numa ação, no caso da PGE-RR essa sucumbência hoje, como esse valor é socializado entre os Procuradores, vai para um Fundo? Andei lendo que em alguns Estados, esse dinheiro iria para um Fundo para qualificação não somente dos Procuradores, mas também para os servidores, ou seja, com esse recurso a PGE-RR teria uma permanente capacitação, em outros Estados, aqui mesmo, não somente para os Procuradores como também para os servidores. E me parece que aqui é dividido entre os Procuradores esse montante. Qual a possibilidade de construirmos um fundo de recursos direcionado à qualificação permanente não somente dos Procuradores, mas de todos os servidores da PGE-RR, que estão no quadro dos servidores da PGE-RR?

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Só lembrando que nossos servidores são todos servidores da Secretaria – SEGAD, nós não temos um quadro da Procuradoria, então são servidores que fizeram concurso para a Secretaria de Estado de Gestão Estratégica e Administração - SEGAD e estão lotados na Procuradoria, esses recursos vão para o Fundo que o Deputado Soldado Sampaio perguntou, onde 70% (setenta por cento) dele tem esse rateio para os Procuradores e 30% (trinta por cento) ficam para

investimento em cursos e outras despesas, tudo regulamentado por Lei, isso seria a fonte de receita, basicamente a única fonte de receita do nosso Fundo são estas sucumbências. Mas teríamos que ter um outro debate para podermos discutir, porque demandaria uma Lei para alterar essa questão de servidor poder entrar ou não porque atualmente a Lei não faz previsão nem do quadro, nem para pagamento de cursos para servidores, mas para Procuradores sim.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Queremos registrar a presença da Vice-Presidente desta Casa, Deputada Aurelina Medeiros e do Deputado Gabriel Picanço. Ainda está aberto o espaço para, querendo, algum Parlamentar fazer alguma arguição.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde Senhores Procuradores e às assessorias tanto da Casa quanto dos Procuradores. Tenho alguns questionamentos, Dr. Tyrone, gostaria de saber não o seu, mas o posicionamento da Procuradoria em relação à Cooperativa dos Médicos, é o primeiro questionamento. O segundo questionamento é que o Tribunal de Contas fez aquela recomendação, pedindo o afastamento do Presidente do IPERR, eu queria saber qual é o posicionamento da PGE-RR em relação a esse afastamento do Presidente, quais medidas serão tomadas? Se a PGE-RR vai se envolver nisso. E o terceiro questionamento é que o Ministério Público Federal baixou um provimento exigindo que todas as titulações de terras tivessem o georreferenciamento, que sabemos que na prática não está sendo respeitado pelo Governo do Estado, gostaria de saber qual é o posicionamento da PGE-RR com relação a estes 3 (três) temas. A Lei nº 215, de 1998, que é aquela Lei dos produtores rurais, de incentivos, foi declarada incidentalmente inconstitucional, eu tenho informação, mas é uma pergunta também, segundo a informação, foi revertido o quadro através da própria Procuradoria, no ano passado, e eu gostaria de saber que medidas a PGE-RR pretende tomar se, por ventura, for declarada inconstitucional outra vez essa Lei, porque vai prejudicar vários produtores, tinha até um defensor aqui nessa Casa, o Deputado Joaquim Ruiz, no ano passado. Recebemos algumas denúncias e algumas pessoas estavam pedindo a extinção desses benefícios e até fiz uma citação de que não poderíamos prejudicar os verdadeiros produtores, aqueles que realmente acreditam nesse Estado, em detrimento de outros que sabemos que existir e usam dessa Lei para outros fins. E o último questionamento é sobre as empresas de construção, não só as de construção civil, porque o que eu vejo, até quando era estagiário lá no Fórum, é que a Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ faz a parte dela, que é a autuação e a PGE-RR entra com a ação de cobrar o débito de fronteira, que é aquela diferença de alíquota, só que essas empresas já pagam o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS e ainda cobram essa diferença de alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Eu queria saber se a PGE-RR tem o pensamento igual a meu, tenho aqui até um ex-professor, de que não se trata de bitributação devido a eles já pagarem, mas essas ações continuam impetradas pela própria Procuradoria e quase todas as ações que eu tenho conhecimento, que foram acionadas a justiça nessa defesa, obtiveram êxito, gostaria de saber o posicionamento também da Procuradoria.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Esse caso, aqui, que o Senhor Vice-Presidente, Deputado Marcelo Natanael está colocando, Dr. Tyrone, é sobre aquelas empresas que prestam serviço e quando compram produtos em Manaus que aqui não tem.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado **Marcelo Natanael** – É para execução do serviço. Eu digo que não é só na de construção civil porque eu trabalhava na rede de hotelaria e comprávamos às vezes, lençóis para execução do próprio serviço que seria oferecido e mesmo assim nos cobravam isso. Como uma empresa compra uma máquina para própria execução do serviço e a SEFAZ (*inaudível*).

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Bom, então, por ordem, a questão da Cooperativa dos Médicos, o Senhor quer saber a opinião da Procuradoria com relação a esse assunto. Na realidade foi feita uma licitação, a questão de médicos, no Brasil todo, é uma briga certa entre Estado e Ministério Público. Pode chamar do que for, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, pode mudar o nome de Cooperativa para qualquer outro Instituto, essa briga existirá. Conversei com o Procurador de Santa Catarina, onde eles estão enfrentando um problema parecido com o que enfrentamos aqui em Roraima. Hoje, aqui em Roraima, existe uma decisão que até o trânsito em julgado, pode haver a contratação da Cooperativa. Foi concedida uma liminar, e a Procuradoria recorreu. Então, temos seguido essa decisão. (*inaudível*) que já está pacificado, foi feito um pedido de afastamento e ele está afastado, só com relação à opinião da

Procuradoria não da exoneração, mas sim do afastamento, que é o que tem previsão legal, até que seja apurado, ele já esteve aqui na Assembleia, os documentos que o Tribunal de Contas pediu, ele tem entregue, então realmente em nosso acompanhamento também temos a preocupação, pois também somos servidores, é justamente essa averiguação o que ele tem feito, ele tem juntado documentação, ele tem se esmerado nesse ponto. Quanto ao georreferenciamento, imagino que o Senhor deva estar se referindo, inclusive, à esta Ação Civil Pública, do Ministério Público Federal, que diz que não houve o georreferenciamento, a Procuradoria está atuando junto com o Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA, foi feito embargo de declaração, recurso, um agravo de instrumento e agora a contestação. Mas o georreferenciamento, até mesmo porque é uma coisa nova, é a primeira vez que o Estado tem feito isso. É um trabalho que o Roraima Legal vem fazendo, juntamente com o Secretário Haroldo na Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, a questão da base cartográfica. Eles tem uma documentação muito robusta com relação a essa questão do georreferenciamento. Nós juntamos nessa ação agora, fizemos reunião com o pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de Brasília na semana retrasada, onde nos passaram os 8 (oito) processos dessas 8 (oito) glebas, que estão sendo discutidas judicialmente, nos passaram por processo de doação com georreferenciamento e nós juntamos nessa ação. Óbvio que pode ter algum equívoco, nós estamos trabalhando em conjunto com o INCRA de Brasília, de onde vieram servidores para nos auxiliar. Temos trabalhado, em conjunto, para resolver essa questão. Pedimos uma conciliação, tanto o INCRA quanto o Estado e o ITERAMA, para ver se conseguimos solucionar porque do meu ponto de vista é uma questão essencial pro Estado, realmente precisamos pacificar para que o Estado continue seu desenvolvimento de uma forma segura, sem conflitos. Quanto à questão da construção civil, essa questão da tributação, existem os conflitos entre SEFAZ, existem os conflitos entre a Procuradoria, então temos tentado minimizar toda essa situação. Esse ponto já vem sendo discutido, o coordenador fiscal tem feito um estudo pra podermos ver se pacifica essa questão. Já acompanhei um caso parecido com o que o Senhor está falando. A outra questão a respeito da Lei nº215, que foi declarada inconstitucional, o Senhor quer saber a (*inaudível*). Mas tem declaração de inconstitucionalidade?

O Senhor Vice-Presidente, Deputado **Marcelo Natanael** – Por isso que eu fiz a observação.

O Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira** – Houve um decreto suspendendo a eficácia dela (*inaudível*).

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Essa parte da inconstitucionalidade eu desconheço.

O Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira** – Já está em vigor novamente.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Tem a informação desse Decreto que na verdade está em vigor novamente.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado **Marcelo Natanael** – Então, aproveitando o que foi respondido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio, o Senhor falou que vocês não tem um quadro da própria Procuradoria, e hoje, até no meu pronunciamento, eu falei sobre essa questão que está sendo levantada, que o Estado está sem recurso. Mas vocês não tem um estudo? Eu acho necessário para a Procuradoria ter seu próprio Quadro de Pessoal, que não seja uma coisa exorbitante, mas essa desculpa que é dada à população de que não tem o recurso, pra vocês também está sendo colocada dessa maneira, então vocês poderiam colocar em nível de sugestão um estudo para a PGE-RR ter seu próprio Quadro de Pessoal porque vocês devem se deparar com situações de indicações políticas, onde vocês tem que usar esse pessoal como Quadro de vocês e sabemos que quando a pessoa não é concursada a maneira com que trabalha não é a mesma.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Na verdade esse debate já existe na Procuradoria, realmente tem que ser uma Comissão, pois depende de lei.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Boa tarde a todos, quero saudar o Senhor Procurador Dr. Tyrone, Dr Ivaniildo, Dr. Temair e o Dr. Antônio, que está lá no fundo, colegas Deputados, boa tarde. Dr. Tyrone eu quero ser um tanto quanto objetivo em minhas colocações e colocar preocupações que eu tenho com relação à Corregedoria de uma forma bem objetiva, entendo que sempre que vamos tomar uma decisão, que tem que ser em cima do contexto que se vive, entra o contexto que vivemos, num Estado jovem como Roraima que acumulou tantos vícios, ainda de sua fase de Território, que boa parte da população ainda não se desvinculou daquilo. Eu diria até que, não que isso sirva de desculpa, mas que o concurso público ainda não foi realizado em todos os níveis porque os políticos que tem o

poder de decisão, tem medo de encarar o concurso público porque a população, em grande parte, não é favorável, prefere ainda o emprego do Q.I.: do Quem Indica, isso é uma herança do antigo Território. Mas isso tudo é para fundamentar uma coisa: no caso, foi falado aqui que alguns Procuradores advogam porque estão amparados por liminar mas, aqui eu gostaria de colher a sua opinião, o contexto que vivemos aqui, é um quase compadrio, alguém já falou aqui, acho que foi o Senhor Deputado Soldado Sampaio, todo mundo se conhece, então não fica uma situação embaraçosa para um membro da Procuradoria-Geral advogar? Pois em determinado momento ele vai estar envolvido na quebra da ética funcional, por outro lado, se o mesmo que está lá para representar o Estado, cobrar aquilo que é devido em termos legais, imagine se, de repente, ele se deparar com um caso onde haja uma ligação desse profissional ou coisa com relação ao cliente, pois sabemos que ainda há uma grande inadimplência na parte de cobranças principalmente de tributos, e nossos empresários, não todos bem verdade, mas tem uma parcela que se esforça para escamotear sempre o aspecto legal. Então eu pergunto se os nossos Procuradores ganham bem, e eu não sou contra e votei a favor disso e acho que devem ganhar para se sentirem permanentemente estimulados, mas não se torna um pouco embaraçoso para o próprio grupo de Procuradores saber que tem colegas que se valem de uma liminar para tentar advogar, num contexto que não deveria ocorrer isso porque somos menos de meio milhão de habitantes, uma população muito pequena, talvez os problemas, no caso, o Procurador na condição de advogado, não sejam somente os que estou levantando, às vezes ele próprio se fizer um exame de consciência, ele mesmo tem problemas com os colegas que vivem para advogar aqui no Estado. Então gostaria de ter sua opinião a respeito. E a segunda pergunta minha é sobre, por exemplo, acredito que, se pudermos encaminhar uma regularização fundiária embasada na lei e rápida, estaremos abrindo caminho para o desenvolvimento do nosso Estado, com toda certeza, para que ele possa trabalhar em cima dessas vocações, a minha pergunta: nós vimos que já está surgindo, em nível do Órgão encarregado, indícios de problemas sérios, e não só os problemas da regularização e da titularização em si, como esse embate que se vive agora de que o Ministério Público Federal conseguiu embargar a titulação, isso é um atraso para Roraima. Gostaria de saber na sua visão, qual a contribuição que a Procuradoria poderá dar para concorrer de forma positiva e agilizar esse processo já que ele é o nosso Calcanhar de Aquiles. E, a terceira e última pergunta se prende também à questão de recursos, orçamentos, que afeta todos nós independente de se Poder, se Órgão vinculado ao Poder Público, que é o momento que nós vivemos, eu diria que esse Estado vive um momento sem precedentes, em termos de crise financeira dessa ordem, não vou entrar no mérito, quais as causas disso, mas a verdade é que estamos vivendo uma situação em que o que o Estado está arrecadando não é o suficiente para atender sua demanda, nos contingenciamentos e tudo o mais, questão de não repasse do duodécimo integral, pode até atingir proporções maiores, quer dizer, aí eu perguntaria: que contribuições, a PGE-RR poderia dar para que venha concorrer para o aumento da receita estadual, que eu acredito que sempre exista uma margem de faltosos, de devedores que se conseguíssemos cobrar, contribuiria naturalmente para reforçar o caixa do Estado, do Executivo. Então só estes 3 (três) questionamentos que gostaria de fazer.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Eu gostaria de começar pela última. A contribuição da Procuradoria, é justamente a implementação de algumas metas, principalmente na Procuradoria da Dívida Ativa, temos mantido contatos por telefone com contribuintes, separamos por Procurador que atua na Procuradoria do Contencioso Fiscal, pegar uma média de 25 (vinte e cinco) processos, daqueles processos, não só de valores mas que sejam bons processos, Procurador que vai atuando, ele sabe uma empresa que tem condições de pagar. Como já disse anteriormente, a Procuradoria tem que localizar o devedor, depois de localizado o devedor, tem que localizar o bem do devedor, então é uma tarefa árdua, não é fácil. Pela atuação dos colegas, nos processos eles separamos àqueles melhores processos pra ter uma atuação mais próxima, são o que chamamos de um bom processo, não se referindo à valores mas aqueles processos que a gente sabe que a empresa tem condição de trabalhar, está na ativa. Outro ponto é um Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, juntamente com a Chefe da Dívida Ativa, Coordenador Fiscal, não somos nós que levamos, não é a Procuradoria que leva ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ – para que seja aprovado no convênio, é a SEFAZ, então já encaminhamos para a SEFAZ, para que seja levado ao CONFAZ, para o ano que vem tem um PPI que está em aberto até o dia 10 (dez) de dezembro, que esperamos aumentar essa arrecadação e para o ano que vem temos um estudo, se der tudo certo, e se for aprovado no CONFAZ, esperamos ter um retorno, porque PPI, é voltado, principalmente, para a Procuradoria do que para a Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles débitos que tiverem prescrição

intercorrente, temos que correr atrás desses débitos, nossa contribuição tem sido nesse sentido. Com relação à questão fundiária, nossa contribuição tem sido diária, Roraima Legal, temos sido chamados para participar dessas reuniões e várias discussões, e temos sido ouvidos em várias delas. Temos atuado cotidianamente junto ao Procurador-Chefe da Procuradoria Imobiliária, tendo acesso às informações, que saem na mídia, para podermos verificar os rumos dentro daquela linha, onde podemos orientar, sugerir mas não temos o poder de decisão final. Quanto à liminar da advocacia: primeiro confio muito no caráter dos colegas Procuradores, eles prestaram concurso, essa questão da advocacia administrativa, que na verdade é até crime, nós temos a corregedoria para apurar. O Procurador que advoga, ele não pode advogar contra o Estado, contra a Fazenda Pública que paga, prejudicar os colegas de que eles estejam algo errado nesse sentido, isso infelizmente não tenho como fazer, eu confio que eles estejam atuando dentro do limite legal. A liminar é um cumprimento de uma decisão judicial, se ele se sentir no seu direito ferido, ajuizou uma ação, conseguiu uma liminar, tanto Instituição, quanto Estado vão ter que esperar realmente o resultado da decisão judicial, a Corregedoria não pode atuar para punir um colega sendo que o mesmo está resguardado, se houver interesse posso até passar as liminares dos colegas que estão advogando. Percebi uma preocupação. O Governador disse que em 2014 (dois mil e quatorze) será feita uma revisão para a Carreira como um todo, tem Estados que fixam uma gratificação para quem advoga, outro valor para quem não advoga, é uma discussão que está aberta também à Carreira, então haverá um debate interno para resolver essa questão. Mas temos a Corregedoria, o Dr. Ivan, que faz o acompanhamento cotidiano de publicação, de tudo o que sai no Diário, e tem feito uma atuação, temos também que levar em consideração que não são só os Procuradores, nós temos vários servidores advogados, alguns advogam, são servidores pagos pela Fazenda Pública, que advogam contra o Estado, o Dr. Ivan também tem feito esse acompanhamento, a restrição não é só para Procuradores, são vários servidores advogados, com Cargos Comissionados ou Cargos Efetivos e alguns advogam contra o Estado. Esse acompanhamento o Dr. Ivan também tem feito.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Eu não tenho mais perguntas, me dou por satisfeito com as respostas.

A Senhora Deputada, **Aurelina Medeiros** – Boa tarde. Quero dar boas-vindas ao Dr. Tyrone, em seu nome e a todos os Procuradores que aqui estão. Eu não sou da Comissão, posso perguntar mas não vou perguntar, vou fazer algumas observações partindo daquilo que foi dito quando cheguei, o Senhor Deputado Soldado Sampaio estava falando da questão da vinculação dos Pareceres, ao compadrio, essa coisa toda. Estava lembrando da gente, aqui temos uma Consultoria Jurídica na Assembleia, que muitas vezes, os Pareceres são contrários à Proposta do Deputado, nós aqui sempre tomamos uma posição diferente, sempre não, aqui e acolá, tomamos porque achamos que: eu vou tomar essa posição e não vou ouvir a Consultoria Jurídica, eu e o Dr. Erci que somos mais velhos aqui, só para reforçar essa questão e dizer da isenção do Órgão, e o que eu sempre bato aqui com os nosso advogados também, eles tem uma postura, eles não podem dizer aquilo que é diferente da Lei, ora, é o caso do Governador, se ele toma uma outra posição e é o nosso posicionamento também, arcamos com nossos erros e acertos, então, o Senhor Deputado Soldado Sampaio estava falando e eu fiquei vinculando essa questão. Outra questão que eu queria até aproveitar a oportunidade, não para perguntar, até para pedir, aqui temos vários Procuradores, principalmente agora temos denúncias demais sobre a questão de terras, está terrível aqui na Assembleia, há pessoas que deixam denúncias e provas concretas e isso está preocupando muito porque o ITERAIMA é uma Instituição do Estado, a gente sabe nossa luta toda pra conseguir transferir as terras, eu acho assim: a posição do Ministério Público Federal não foi a posição de “não transferir mas vou impedir”, até mesmo porque eles não podem, é uma Lei Federal, regulamentada pelo Presidente da República, participamos muito disso e eles não podem fazer nada contra isso, dizer que aqui estamos executando de forma errada ou com vícios, já é uma outra realidade, eu acho que a decisão do Ministério Público foi: para tudo até que se faça o georreferenciamento. Aí, Dr. Tyrone, entra aquela questão: a Lei de Georreferenciamento é anterior ao registro dessas glebas no cartório daqui. Quando veio a Lei de Georreferenciamento, essas glebas já eram demarcadas, todas com...

O Senhor Vice-Presidente Deputado Marcelo Natanael – Posterior.

A Senhora Deputada, **Aurelina Medeiros** – Não, anterior, essa Lei é de 1981 ou 1982, já registrada em nome da União, toda com levantamento topográfico, memorial descritivo, tudo. Então, para mim, esse procedimento, naquela época substituía o georreferenciamento. O quê que ficou acertado, pois me preocupo com o que o Estado está fazendo. Dentro de cada gleba tem a área da FUNAI, tem a Reserva Ambiental, tem Título Definitivo, tem as

áreas de preservação, tudo isso, a própria regulamentação e a própria Lei dizem que tem que ser excluído do repasse das terras ao Estado, e eu acho que é isso que não está sendo observado, não que precise se fazer, porque pra mim, a terra da FUNAI já é demarcada, registrada, memorial descritivo pronto, tudo pronto. Faltou fazer digital...

O Senhor Procurador-Geral do Estado Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – São os destaques.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – São os destaques. É isso que não está sendo feito e que está possibilitando a superposição de áreas...

O Senhor Procurador-Geral do Estado Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Mas que já está sendo solucionado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Que é fácil, estou dizendo isso porque está se tornando um pesadelo para nós e a solução é fácil, é só mostrar isso. Porque a área da Fundação Nacional do Índio - FUNAI já está registrada, demarcada. Aqui tem um marco, aqui tem outro, memorial descritivo pronto, só falta o ITERAIMA colocar isso no papel e destacar para ter a solução. Agora, daí a ter superposição de áreas, outras denúncias, aí isso não resolve mais com relação ao Ministério Público Federal, é isso que está pegando. E a outra coisa, hoje pela manhã passei na Procuradoria Geral, para obter uma orientação, não vou falar em Cooperativa de Médicos, nem de IPER, porque já foi falado aqui, duodécimo é constitucional, é problema nosso, e a questão do salário, Defensor, Procurador, Ministério Público, é constitucional também. Temos o Processo dos Odontólogos, que não é o primeiro, temos vários nessa situação, a Lei nº 392 do Estado, não tem o nome das Carreiras: Cirurgião-Dentista, Buco-maxilo, temos uma Lei para criarmos, só para colocar no Plano de Cargos Geral do Estado para que possam fazer concurso, tivemos uma reivindicação dos profissionais da área dizendo que já são efetivos, concursados como cirurgião-dentista, que é a única existente, não tem as especialidades, queríamos que vocês abrissem uma brecha para dizer que possa ser aproveitado em outra formação, mas eu não fiz concurso para tal.

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – Porque hoje eles já tem uma outra formação.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Já tem outra formação, mas prestou concurso para outra coisa. A gente quer ajudar, eu estou pedindo com intuito de ajudar. Como nós podemos abrir um precedente para que o Estado, sem a realização de concurso público diga você fez concurso público, para cirurgião mas vou te enquadrar como buco-maxilar, essa é uma questão que estamos querendo ajudar. Outra, uma Lei dos Médicos extinguiu as 20 (vinte) horas dos dentistas, eles querem que volte as 20 (vinte) horas...

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – É por que tem uma Lei Federal que ampara.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – É. Mas só que, da forma que está, eles estão querendo 20 (vinte) horas com o salário de 40 (quarenta). Então, se criarmos 20 (vinte) horas com o salário de 40 (quarenta), os 40 (quarenta) vão querer dobrar os salários deles também porque são 40 (quarenta) horas não apenas 20 (vinte). Outra questão que eu queria trazer novamente: temos o problema da Dedicção Exclusiva – DE dos médicos, que vem batendo de frente com a Cooperativa, que é um problema, temos 350 (trezentos e cinquenta) médicos cooperativados e temos mais ou menos 130 (cento e trinta) médicos efetivos. Esses 350 (trezentos e cinquenta) que são cooperativados, são da oncologia, etc, que só vem se pagar bem. A Dedicção exclusiva, que são os 130 (cento e trinta), cerca de 112 (cento e doze) são Dedicção Exclusiva, na época, Dedicção Exclusiva tinha um salário de 40 (quarenta) horas mais 150 % (cento e cinquenta por cento) de gratificação, qual era o objetivo? Trazer especialista pra cá, mas, por erro da administração, entrou todo mundo que não era especialista, até mesmo porque os especialistas não podiam entrar naquela época. E hoje, nos deparamos talvez com 18 (dezoito) especialistas, que tem 40 (quarenta) horas e não estão inclusos na mesma situação e com 112 (cento e doze) de Dedicção Exclusiva prestando serviços na Cooperativa, na UNIMED, no consultório particular, em todo o canto. É possível transformarmos DE, para os efetivos e não para os 350 (trezentos e cinquenta) em Gratificação de Atividade Médica - GAM? Isso era uma Lei que estava aqui, que são problemas que estão nos martelando, então queria ouvir alguma coisa da administração do Governo a respeito. Obrigada.

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – Senhor Procurador, só para colaborar com a Senhora Deputada Aurelina, sobre esse projeto dos Odontólogos, o Governo federal lançou um Programa em nível nacional e esse projeto contém 16 (dezesseis) especialidades, então, por exemplo, a família terá um centro específico e aquela família carente que não tem como ir a um dentista particular, se for necessário a criança se submeter a uma cirurgia com o buco-maxilo, se necessitar de odontopediatria,

enfim, o Governo Federal para fazer o convênio com o Governo Estadual, obriga que tenha esses especialistas, para que a contrapartida dos recursos possa ser feita, para que esse Projeto que é de largo alcance social possa ser implantado. Esse Projeto não tem aqui em nosso Estado e é necessário. *(Inaudível)* No Governo do Estado, há alguns concursados que tem essa especialidade porque continuaram estudando, assim como vocês fazem uma pós-graduação, mestrado, eles também continuaram. Mas são concursados como cirurgião-dentista.

O Senhor Procurador-Geral do Estado Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Acho que foi essa semana que o vice-presidente do Conselho de Odontologia esteve comigo na Procuradoria e me explicou toda essa situação, disse que o anteprojeto de Lei, acho que está aqui na Assembleia, e sua maior preocupação é justamente a questão do aproveitamento desses cirurgiões-dentista com estas outras especialidades. Ele me disse que tem uma reunião marcada com o Governador para tratar sobre esse assunto, e com relação à questão de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas, eu até falei pra ele que essa questão da função desses especialistas, dos atuais ocupantes de cirurgião em outro cargo, acho que seria uma questão mais complicada, mas que emitiríamos um Parecer, e ele falou que teria uma reunião com o Governador, podemos ter essa opinião da Procuradoria, não só pode, como deve, através do Secretário de Saúde, encaminhar esse questionamento para que tenha isso pacificado, a dificuldade, eu falei isso pra ele, a dificuldade é justamente...*(final do lado B da primeira (inaudível) tem na memória todas essas especialidades. Então, é um enfrentamento jurídico que tem que ser pacificado, essa questão aqui esbarra principalmente na Constituição Federal, aproveitamento dos atuais que tem a especialidade para ocupar um outro cargo. E com relação à GAM, esse Anteprojeto de Lei passou pela Procuradoria, que extingue a DE, e foi com Parecer favorável. Acho que foi retirado aqui da Assembleia, Deputada Aurelina?*

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Me parece que a preocupação do Secretário do Estado, é que já havia não sei se em forma de parecer da própria PGE, o fato de que os DEs, os que são Dedicados Exclusivos, já prestarem o serviço em outros locais, o que não é possível.

O Senhor Procurador-Geral do Estado Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Mas aí haveria extinção do DE.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Por essa razão, teria que se extinguir o DE para eles não terem prejuízo salarial, somente aqueles que são DE, os 112 (cento e doze), colocaria no lugar do DE a GAM. E isso possibilitaria também o Estado em dizer que vai fazer Concurso com salário não de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) porque a Cooperativa pode acabar a qualquer momento e nós ficarmos sem médicos.

O Senhor Procurador-Geral do Estado Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – É uma questão judicial, até foi uma pergunta do Deputado, é um enfrentamento de todos os Estados, é uma briga que tem em todos os Estados essa questão de Cooperativa e, principalmente para nós, de essencial importância. O Parecer da Procuradoria sobre a GAM foi favorável, extinguiria a DE e seria criada a GAM. Pra quem é DE não teria redução nos vencimentos e pra quem tem 40 (quarenta) horas, haveria uma equivalência. Até mesmo por que tem a questão de fiscalização, quem é DE não pode fazer isso e tal, assim evita-se toda essa questão e possibilita um Concurso Público mais atrativo para os profissionais.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** - Com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Boa tarde a todos. Boa tarde Dr. Tyrone e todos os Procuradores aqui presentes. Boa tarde colegas Deputados. Em relação ao extinto Banco do Estado de Roraima – BANER, como está o procedimento daquelas dívidas que foram contraídas e o Estado tem direito de receber? Como está o andamento? Outra questão seria: nós sabemos que o Estado tem uma data para cobrar os seus encargos, tem uma data definida e se não pagar naquele dia, os empresários, nós, digamos assim, seremos multados, punidos. O Estado não pode ser orientado a pagar seus contratos em dia também? Principalmente para aquelas pequenas empresas que são os fomentadores de empregos. Eu moro aqui no estado de Roraima há 32 anos, sobrevivo da iniciativa privada, não é pelo Governador Anchieta, é o Estado ter uma cultura perversa de não pagar os pequenos, eles não tem como acionar juridicamente advogados porque não tem dinheiro para isso, e para os advogados, por pouco valor também não compensa seu trabalho, aí fica, às vezes, 1(um) ano, 2(dois) anos, 3(três) anos para receber por seus serviços prestados ao Estado e o Estado não tem aquela incumbência de pagar em dia. Gostaria de fazer, digamos um pedido a vocês que dão os Pareceres para que orientem os Secretários de Estado que principalmente aquelas pessoas, pequenas empresas que tem a necessidade de receber porque

é dali que tiram o sustento de suas famílias, principalmente o que está acontecendo no Transporte Escolar do Estado de Roraima, os pequenos fornecedores das Secretarias do Estado também enfrentam muita dificuldade para receber. Gostaria que nos desse uma resposta a respeito. Obrigado.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Quanto à questão do BANER, na realidade, estamos trabalhando na Procuradoria, com um mutirão na Coordenadoria Fiscal, porque é um assunto já antigo e complexo, desde 2004 (dois mil e quatro), sou da primeira turma do Concurso de 2004, enfrentamos problemas com relação ao BANER, justamente pelo Poder Judiciário, alguns juízes entendiam que a Procuradoria poderia entrar como polo no Processo, outros entendiam que não poderia, então, essa discussão já começou desde 2004 (dois mil e quatro). Foi feita uma Lei, salvo engano, em 2005 (dois mil e cinco) que era para ir para a SEFAZ, eles parcelaram e o que não fosse pago, da SEFAZ iria para a Procuradoria. Então esses Processos que estão na Procuradoria, a Coordenadoria Fiscal está no mutirão desde quando eu assumi em 24 (vinte e quatro) de agosto, quando peguei todos esses os Processos e, já encaminhei para o Coordenador de pedindo agilidade e chegamos num consenso de realizar esse mutirão e eles estão trabalhando com esses Processos. São dívidas, valores altos, mas que muitos já podem estar prescritos, não é um valor líquido e certo que o Estado vá receber, mas a nossa parte será feita em relação à questão do BANER. E temos feito reuniões envolvendo SEPLAN e SEFAZ. Já fizemos 2 (duas) lá na Procuradoria, porque existem vários outros assuntos, o próprio liquidante fica preocupado e as 2 (duas) reuniões foram marcadas pela Procuradoria. Agência de Fomento do Estado de Roraima - AFERR, BANER, Casa Civil, SEPLAN, SEFAZ, SEGAD, porque tem questões patrimoniais, não é só a questão desse Processo, tem imóveis, a Procuradoria imobiliária já está verificando esta questão. Nisso estamos trabalhando. Com relação à questão de pagamento, na realidade, a despesa empenhou, liquidação e pagamento. O pagamento pela administração direta vai todo para a SEFAZ, inclusive nós passamos por essa questão lá na Procuradoria, então quer dizer, eu faço a liquidação, encaminho para a SEFAZ, então quer dizer, não sou eu, enquanto ordenador de despesa, que vou dizer paga esse, esse, esse e esse, porque está tudo na SEFAZ, então é difícil, nossa orientação com certeza é para que paguem, sem sombra de dúvidas. Mas não somos nós que chegamos e falamos: esse será pago, esse não será pago, pague o menor, não pague o maior, pague o maior, não pague o menor. Imagino que isso seja uma preocupação do Secretário de Estado da Fazenda, uma preocupação do Governador em minimizar toda essa questão de pagamento e no que depender da nossa orientação, para deixar isso em dia, a orientação será nesse sentido.

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – Em relação ao BANER, não me falha a memória do levantamento que eu tinha, 49% (quarenta e nove por cento) é dívida de pequenos produtores, dívidas de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que vem de Plano Collor, Plano Cruzado, do antigo BANER, etc. Se fizessem um mutirão para muita coisa prescrita, em cima desses dava uma limpada, melhorava a carteira da AFERR, que está com problema junto ao Banco Central, estão todos impedidos e tem produtor que já está com 72 (setenta e dois) anos, aquele do Balcão de Ferramentas.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Mas esses valores aí, são do Estado não são da AFERR.

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – São do Estado, o Governador tem o poder de anistiar.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – O Senhor tinha falado da AFERR.

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – Mas eles estão na AFERR.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Mas esses que estão na Procuradoria hoje, que eu estou me referindo? Esses do BANER, aí entrariam no Patrimônio do Estado.

O Senhor Deputado, **Joaquim Ruiz** – É. Porque veja bem, já tem muita coisa prescrita, eu tive contato com um agricultor que tem 76 (setenta e seis) anos, lá em Rorainópolis, e de vez em quando ele precisa pagar advogado porque bloqueia o salário dele que é um salário mínimo. Não podem bloquear mas ele tem que pagar um advogado. Tem vários casos que as pessoas nos colocam sobre essa situação.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão Pereira** – Já estamos discutindo, inclusive a possibilidade de alguma Lei. Hoje falei com o Coordenador Fiscal, ele tem feito levantamento, são Processos muito antigos, inclusive os colegas tem que usar até máscaras porque são Processos muito antigos.

A Senhora Deputada, **Aurelina Medeiros** – Na PGE estão apenas os Contratos do extinto BANER, nada da AFERR?

O Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. **Tyrone Mourão**

**Pereira** – A AFERR tem um escritório terceirizado, então os do BANER é que estão na Procuradoria.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Antes de encerrar esta arguição eu quero fazer um questionamento. Acho que é do conhecimento de todos, a situação que vivemos aqui no Estado com relação ao bloqueio da BR-174 (cento e setenta e quatro), lá na Reserva Waimiri-atroari. É uma questão que começou com o Exército Brasileiro para dar segurança às pessoas que pretendiam transitar dentro da Reserva no período noturno e os Waimiri-atroari eram contrários a isso e depois que o Exército concluiu a estrada, ele deixou de controlar a travessia pela reserva e veio uma ONG e assumiu o lugar do Exército e instalou o bloqueio, ou seja, metade do ano estamos bloqueados pela BR – 174 (cento e setenta e quatro) sentido Amazonas. Me parece que há alguns anos houve uma Ação proposta pelo Estado, patrocinada pela PGE. Gostaria de saber como está esta Ação? Se foi dada alguma decisão, enfim, em que pé está?

O Senhor Procurador-Geral do Estado, **Dr. Tyrone Mourão Pereira** – Uma das últimas perguntas e acho que vou ficar devendo a resposta, viu Presidente? (risos) (*inaudível*) Está para alegações finais? É uma Ação antiga, realmente, que foi o Dr. Régis, que nem está mais na Procuradoria, quem ajuizou essa Ação. Nosso Corregedor está dizendo que está para alegações finais. Mas realmente a Procuradoria atuou nesse Processo. Mas eu posso me comprometer a trazer um relatório do andamento desse Processo lá em Brasília, pois é um Processo que tramita em Brasília.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Eu agradeceria para que esta Casa também pudesse acompanhar, e também tem um viés político nisso e de repente ter a atuação da Assembleia, da Bancada Federal e a mobilização da sociedade para sensibilizar àquela Corte. Nesse momento damos por encerrada a arguição. Agradecendo pelos esclarecimentos trazidos à esta Comissão pelo Senhor Tyrone Mourão Pereira. Passo a palavra ao Senhor Dr. Tyrone para que sejam feitas suas considerações finais.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, **Dr. Tyrone Mourão Pereira** – Mais uma vez agradeço, reafirmo que é uma honra estar aqui. O meu compromisso é com o trabalho. Com a técnica, o que eu puder fazer nessa missão que é árdua uma árdua missão. O que eu puder deixar de contribuição para a Carreira e para o Estado de Roraima, eu estou disposto. E me coloco à disposição de todos os Deputados desta Casa. A Procuradoria está aberta e agradeço aos Membros integrantes, aos Deputados que vieram mesmo não fazendo parte da Comissão, ao Presidente e aos colegas que vieram prestigiar. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Da mesma forma, queremos em nome desta Casa e dos Membros desta Comissão, agradecer ao Dr. Tyrone, agradecer também a presença do Procurador-Geral Adjunto, Dr. Ernani, ao Presidente da Associação dos Procuradores do Estado, Dr. Temair e aos Procuradores Dr. Mivanildo Matos e Dr. Antônio Costa. Gostaria de dizer que os esclarecimentos que trouxeram foram de grande importância. Tirou-nos várias dúvidas. E tenho certeza que Vossa Excelência está preparada para esta missão. Desejamos sucesso e mais uma vez agradecemos a presença do Dr. Tyrone Mourão Pereira e informamos que, neste momento, esta Comissão Especial, fará suas conclusões, então, Vossa Excelência querendo, poderá permanecer.

O Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, gostaria de dar as boas-vindas mais uma vez ao Dr. Tyrone, dizer da nossa alegria, nossa satisfação. E dizer que me sinto muito honrado por ter sido escolhido Relator pelos colegas. Gostaria de fazer uma observação: na época, Dr. Tyrone, eu fui contra, votei contra, fui contra a publicação quando o nosso eminente, respeitável Presidente desta Casa, o Senhor Deputado Chico Guerra fez a publicação proibindo os Procuradores de advogarem. Fui contra, debati, mas o que me deixou indignado, foi uma decisão monocrática do Membro do Poder Judiciário de interferir no Poder Legislativo, isso nos provoca e acho que não é por aí. Só queria deixar registrada minha indignação. É uma coisa que brigamos contra e hoje nos sentimos ofendidos.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Neste momento passaremos para apreciação e deliberação do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 010/12**. Solicito ao Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira**, que faça a leitura do Parecer.

O Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira** – **RELATÓRIO**. O Senhor Governador enviou à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima a Mensagem nº 038 de 11 de setembro do corrente, constando a indicação do nome do Senhor **Tyrone Mourão Pereira**, para exercer o Cargo de Procurador-Geral do Estado de Roraima, com a finalidade de submetê-lo à aprovação desta Casa, com base no art. 33, inciso XVIII da Constituição do Estado de Roraima. Após protocolada, lida no expediente da Sessão Plenária do dia 18 de setembro do corrente, foi encaminhada à Comissão Especial

Externa, criada nos termos da Resolução n.º 018/12, composta pelos Senhores Deputados **Célio Wanderley, Coronel Gerson Chagas, Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael e Soldado Sampaio**. No dia seis de novembro do corrente, nos termos do § 2º do art. 43 do Regimento Interno deste Poder, foi instalada a Comissão da seguinte forma: Deputado **Coronel Gerson Chagas**, Presidente; Deputado **Marcelo Natanael**, Vice-Presidente e Deputado **Chicão da Silveira**, Relator. Recebido o Processo, o Senhor Presidente desta Comissão convocou o candidato indicado pelo Governador para ser sabatinado. Este Relator, antes de iniciar a arguição, constatou nos autos que, o candidato indicado pelo Poder Executivo, apresentou todos os documentos exigidos para o ato, os quais indicam que o sabatinado reúne os atributos Constitucionais para o Cargo de Procurador-Geral do Estado de Roraima.

Consta nos autos, o *Curriculum Vitae* do Senhor **Tyrone Mourão Pereira**: formação Acadêmica em Direito, cursado na Universidade Católica de Goiás, com Pós-Graduação em Direito Constitucional e Direito Administrativo, cursadas na Universidade Católica de Goiás e Departamento de Ensino da Polícia Civil. Atuou como Gestor Jurídico, na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos, no Estado de Goiás; tomou posse em 18 de junho de 2004, como Procurador do Estado de Roraima. Foi nomeado Coordenador da Coordenadoria Administrativa, no período de 2004 a 2007. Respondeu interinamente, em cinco oportunidades distintas, pela Procuradoria - Geral do Estado de Roraima. Foi nomeado para a Função de Coordenador da Coordenadoria Administrativa no período de 4 de março de 2008 a 28 de janeiro de 2011. No período de 28 de janeiro de 2011 a 11 de abril de 2011, foi nomeado Controlador-Geral da Controladoria-Geral do Estado. Nomeado para o cargo de Procurador-Geral Adjunto, de 11 de abril de 2011 a 24 de agosto de 2012. Por fim, nomeado para Conselheiro Seccional da OAB/RR para 2010/2012. Pela análise do Curriculum, verificou-se que é detentor de sólida formação acadêmica e vasta experiência profissional, tendo demonstrado aos Membros desta Comissão, em arguição, conhecimentos na área do Direito, bem como experiência para o Cargo, conforme demonstrado acima, o que o habilita ao cargo de Procurador-Geral do Estado de Roraima. Dessa forma, opinamos por sua aprovação. **PARECER DO RELATOR**. Feita a arguição, a **Mensagem Governamental nº 038/12** foi transformada em Proposição Legislativa. A Relatoria constatou que o Projeto de Decreto Legislativo n.º 010/12, de autoria desta Comissão Especial, que aprova o nome do Senhor **Tyrone Mourão Pereira** para exercer o Cargo de Procurador-Geral do Estado de Roraima, não contraria dispositivos constitucionais e não há vícios que possam prejudicar a sua tramitação regular nesta Comissão e, posteriormente, junto aos demais Membros desta Casa Legislativa, através do seu órgão deliberativo que é o Plenário. Portanto, emitimos parecer favorável ao pleito constante da Proposição. É o Parecer. **VOTO**. Diante do exposto, por ser constitucional, legal e regimental, esta Relatoria é favorável a aprovação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 010/12**, e recomenda aos nobres pares desta Comissão a adoção do Parecer desta Relatoria. Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012. **Chicão da Silveira**, Relator.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Coloco o Parecer em discussão. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal. Votando sim, os Deputados aprovam o Parecer do Relator, Deputado Chicão da Silveira, que foi pela aprovação do nome Dr. Tyrone, votando não, rejeitam. Deputado **Marcelo Natanael**.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Sim.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – O Senhor Deputado, **Célio Wanderley** está ausente.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – O Senhor Deputado **Erci de Moraes**.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Sim.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Sim. (*Inaudível*)

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Registrado o voto sim e justificativa do voto do Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Acompanho o Relator, Senhor Deputado Chicão da Silveira.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Acompanha o Senhor Relator Deputado **Chicão da Silveira**. Declaro aprovado o Parecer por 5 (cinco) votos Sim, nenhum Não, apenas uma Ausência. Dou por aprovado o Parecer do Senhor Relator, Deputado **Chicão da Silveira**. Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

**Coronel Chagas**  
 Presidente da Comissão